

1 2 9 0



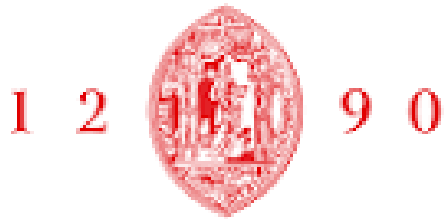
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Mariana Gaspar Neto

A FOME COMO ARMA DE GUERRA
ESTUDO DE CASO DO TIGRAY, NA ETIÓPIA

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais –
Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pelo
Professor Bernardo Teles Fazendeiro e apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra

Julho de 2023



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

A Fome como Arma de Guerra

Estudo de caso do Tigray, na Etiópia

Mariana Gaspar Neto - 2018288985

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pelo Professor Bernardo Teles Fazendeiro e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Julho de 2023

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, por todo o amor, carinho e apoio incondicional, e sem os quais não teria a educação privilegiada que tive, culminando nesta dissertação. Obrigada por tudo o que me proporcionaram e por tornarem os meus sonhos possíveis.

Um obrigado especial à minha mãe, Cristina Neto, a minha “professora da vida”, por toda a ajuda ao longo do meu percurso académico e por todas as palavras encorajadoras. Serei eternamente grata por toda a paciência e dedicação que demonstrou durante o meu crescimento. Esta conquista é tanto minha como dela e devo-lhe tudo o que sou.

Aos meus irmãos, e restante família, pelo incentivo e por estarem sempre presentes da melhor forma possível. Queria destacar o contributo da minha tia, Lúcia Neto, por me ter aconselhado a estudar Relações Internacionais, a decisão mais acertada que tomei até hoje.

À minha avó, Júlia, com quem eu tanto gostaria de celebrar o final desta etapa.

A todos os meus amigos, em especial à Telma Simões, à Maria Maio, à Luísa Fraga, à Albertina Magalhães e à Diana Sili, gostaria de expressar todo o meu amor e gratidão pela vossa amizade ao longo destes anos, mas especialmente por todo o suporte na concretização deste projeto. São o melhor que Coimbra me deu e o melhor que levo desta vida.

Um obrigado também aos meus colegas e amigos do programa do curso integrado Coimbra-Bordéus, pela amizade e entajuda ao longo destes últimos 5 anos, e por terem tornado esta experiência numa das mais marcantes da minha vida. Mesmo nos momentos mais difíceis, aconchegava-me saber que podia sempre contar convosco.

Por último, mas não menos importante, gostaria de expressar a minha profunda gratidão ao meu orientador, o Professor Doutor Bernardo Teles Fazendeiro, por ter abraçado este tema e me ter guiado ao longo deste ano. Nos momentos de maior dúvida em relação ao meu trabalho, a sua atitude positiva foi sempre fundamental para me manter motivada e confiante de que seria capaz de alcançar os objetivos a que me tinha proposto. Nunca esquecerei as nossas reuniões e a sua prontidão em ajudar.

Por fim, a todos que fazem parte da minha jornada. O meu mais sincero obrigado!

Um ser humano tem o direito de viver com dignidade, igualdade e segurança. Não pode haver segurança sem uma paz verdadeira, e a paz precisa ser construída sobre a base firme dos direitos humanos.

- Sérgio Vieira de Mello

Resumo

“Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada” (Ziegler, 2011). O estudo da insegurança alimentar e, naturalmente o desenvolvimento de estratégias para a sua resolução, tem vindo a ser analisado por vários teóricos ao longo do tempo, mas a verdade é que estamos cada vez mais longe de garantir o direito à alimentação a todos os cidadãos. A situação torna-se particularmente desalentadora face a contextos de conflitos armados, como é o caso da Etiópia, onde se verifica um padrão nos diferentes governos: a utilização da fome como uma arma de guerra. Desde o regime imperial até ao atual governo de Abiy Ahmed, é inegável a existência desta estratégia de usar a fome como um instrumento de limpeza étnica e de controlo político. No epicentro das grandes fomes que marcaram o país, nomeadamente nas décadas de 70 e 80, e recentemente em 2022, está a região do Tigray. Apesar de muitos atribuírem o problema da insegurança alimentar às alterações climáticas ou a um problema socioeconómico que afeta os níveis de pobreza e impede o desenvolvimento deste país, nesta dissertação de mestrado vamos observar como as fomes, que assolaram e continuam a assolar o Tigray, estão sobretudo associadas a um problema político entre diferentes etnias e grupos. O objetivo desta dissertação será, então, analisar o comportamento dos diferentes governos na forma como lidam com as insurreições populares, que acabam por se transformar em autênticos genocídios. Desde a negação da existência de fome, ao bloqueio da ajuda alimentar humanitária, e até mesmo a destruição de campos agrícolas, são várias as táticas usadas para exacerbar a insegurança alimentar na intenção de enfraquecer a oposição. É por este motivo que se torna pertinente analisar a questão da insegurança alimentar sem despolitizar a fome. É imperativo que a estratégia humanitária tenha em atenção o problema político existente que se espelha na violência perpetuada com base na etnia. Só desviando as atenções para o campo político é que será possível implementar, no Tigray, uma paz duradoura, livre de ajuda alimentar humanitária.

Palavras-chave: Tigray, Insegurança Alimentar, Conflitos Armados, Crise Alimentar, Arma de Guerra

Abstract

"A child who dies of hunger is a murdered child" (Ziegler, 2011). The study of food insecurity and the development of strategies to address it, has been analysed by various theorists over time, but the truth is that we are increasingly far from guaranteeing the right to food for all citizens. The situation becomes particularly disheartening in contexts of armed conflict, such as Ethiopia, where there is a pattern across governments: the use of hunger as a weapon of war. From the imperial regime to the current government of Abiy Ahmed, this strategy of using famine as an instrument of ethnic cleansing and political control is undeniable. At the epicentre of the great famines that have marked the country, notably in the 1970s and 1980s, and recently in 2022, is the Tigray region. While many attribute the problem of food insecurity to climate change or a socio-economic problem that affects poverty levels and hinders the development of this country, in this master's dissertation we will look at how famines which have ravaged and continue to ravage Tigray, are mainly associated with a political problem between different ethnicities and groups. The aim of this dissertation will then be to analyse the behaviour of different governments in dealing with popular uprisings, which end up turning into authentic genocides. From denying the existence of famine, to blocking humanitarian food aid, and even destroying agricultural fields, there are several tactics used to exacerbate food insecurity in order to weaken the opposition. This is why it is pertinent to analyse the issue of food insecurity without depoliticising hunger. It is imperative that the humanitarian strategy takes into account the existing political problem that is mirrored in the violence perpetuated on the basis of ethnicity. Only by diverting attention to the political arena will it be possible to implement a lasting peace in Tigray, free of humanitarian food aid.

Keywords: Tigray, Food Insecurity, Armed Conflicts, Food Crisis, Weapon of War

Résumé

"Un enfant qui meurt de faim est un enfant assassiné" (Ziegler, 2011). L'étude de l'insécurité alimentaire et l'élaboration de stratégies pour y remédier ont été analysées par divers théoriciens au fil du temps, mais la vérité est que nous sommes de plus en plus loin de garantir le droit à l'alimentation à tous les citoyens. La situation est particulièrement décourageante dans les contextes de conflit armé, comme en Éthiopie, où l'on observe une tendance commune à tous les gouvernements : l'utilisation de la faim comme arme de guerre. Du régime impérial à l'actuel gouvernement d'Abiy Ahmed, cette stratégie consistant à utiliser la famine comme instrument de nettoyage ethnique et de contrôle politique est indéniable. L'épicentre des grandes famines qui ont marqué le pays, notamment dans les années 1970 et 1980, et récemment en 2022, est la région du Tigré. Alors que beaucoup attribuent le problème de l'insécurité alimentaire au changement climatique ou à un problème socio-économique qui affecte les niveaux de pauvreté et entrave le développement de ce pays, dans ce mémoire de master, nous examinerons comment les famines qui ont ravagé et continuent de ravager le Tigré, sont principalement associées à un problème politique entre différentes ethnies et groupes. L'objectif de cette dissertation sera d'analyser le comportement des différents gouvernements face aux soulèvements populaires, qui finissent par se transformer en véritables génocides. De la négation de l'existence de la famine au blocage de l'aide alimentaire humanitaire, en passant par la destruction des champs agricoles, plusieurs tactiques sont utilisées pour exacerber l'insécurité alimentaire afin d'affaiblir l'opposition. C'est pourquoi il est pertinent d'analyser la question de l'insécurité alimentaire sans dépolitiser la faim. Il est impératif que la stratégie humanitaire prenne en compte le problème politique existant qui se reflète dans la violence perpétrée sur la base de l'appartenance ethnique. Ce n'est qu'en détournant l'attention vers l'arène politique qu'il sera possible de mettre en œuvre une paix durable dans le Tigré, sans aide alimentaire humanitaire.

Mots-clés : Tigré, Insécurité Alimentaire, Conflits Armés, Crise Alimentaire, Arme de Guerre

Lista de Siglas e Acrónimos

ENDF: Força de Defesa Nacional da Etiópia

EPRDF: Frente Democrática Revolucionária Popular do Povo Etíope

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FEWS NET: Rede de Sistemas de Alerta Precoce de Fome

FIES: Escala de Experiência de Insegurança Alimentar

IPC: Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar

OCHA: Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

ODS: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OHCHR: Escritório do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

OLA: Exército de Libertação de Oromo

PAM: Programa Alimentar Mundial

PSNP: Programa de Rede de Segurança Produtiva

TPLF: Frente de Libertação do Povo do Tigray

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iv
Lista de Siglas e Acrónimos	vii
Introdução	9
Capítulo 1 – Quadro Teórico e Metodologia	15
1.1 - O Direito à Alimentação	15
1.2 – O conceito de “Insegurança Alimentar”	17
1.3 – Abordagens e teorias da insegurança alimentar: a perspectiva desenvolvimentista e ambiental	20
1.4 – A Politização como causa da Fome	26
1.5 – Metodologia	31
Capítulo 2 – Os fatores históricos, socioeconómicos e políticos que moldaram a Etiópia	34
2.1- A Etiópia – o “Berço da Humanidade” e um símbolo de resistência africana ao colonialismo europeu	34
2.2 - A fome de 1972-73 e o fim do Império Etíope	38
2.3 - A fome de 1982-84: O Derg e a TPLF	41
2.4 - A República Federal Democrática da Etiópia: ventos de mudança	48
2.5 - O fim da EPRDF e da prosperidade no Tigray	52
Capítulo 3 – A fome e a guerra civil de 2020-2022	55
3.1 – Os primórdios do conflito entre a TPLF e Abiy Ahmed	55
3.2 – A fome como arma de guerra no Tigray entre 2020-2022	60
3.3 – Quando a fome é sobretudo um problema político	66
Conclusão	76
Referências Bibliográficas	79

Introdução

“Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada”. Esta citação, proferida por Jean Ziegler (2011), o primeiro relator especial das Nações Unidas pelo Direito à Alimentação, veio alertar-nos para a gravidade da situação alimentar mundial. O estudo da fome e, naturalmente, o desenvolvimento de estratégias para a sua resolução tem vindo a ser analisado por vários teóricos e *policy makers* ao longo do tempo, mas a verdade é que estamos cada vez mais longe de garantir o direito à alimentação a todos os indivíduos. A situação torna-se particularmente grave em contexto de conflito armado, onde vemos a utilização da fome como um instrumento de guerra, de limpeza étnica e de controlo político. E este é o caso do Tigray, uma região no norte da Etiópia conhecida pelo seu historial de insurreições contra os diferentes governos e, conseqüentemente, por ser palco de guerras civis e crises humanitárias.

A crise mais visível, que teve grande cobertura mediática e atenção por parte da comunidade internacional, teve lugar no início da década de 80, numa altura onde a Etiópia vivia sob a ditadura comunista liderada por Mengistu Haile Mariam. A escassez alimentar, sentida sobretudo no período compreendido entre 1983 e 1985, foi considerada como uma “Fome Bíblica” (de Waal, 1991) pelas proporções assustadoras que tomou e pelo elevado número de vítimas mortais que foram registadas.

A dimensão desta catástrofe humanitária tomou grandes proporções, ganhando visibilidade nos órgãos de comunicação social internacionais. É também nesta altura que surge a iniciativa *Band Aid*, em 1984, um *single* de caridade intitulado “Do they know its Christmas?”, reunindo várias personalidades famosas da época, cujo objetivo seria arrecadar o maior número de doações de forma a ajudar a aliviar a fome na Etiópia (History, 2009). Imagens de crianças famintas, e com um olhar vazio, vão sendo disseminadas nas notícias e em campanhas publicitárias, difundido assim a ideia no Ocidente que a ajuda humanitária é necessária e urgente. Esta música veio chamar à atenção para o problema na Etiópia, lembrando o verdadeiro espírito de Natal e as discrepâncias entre aqueles que festejam a tradição cristã, com a família reunida à volta de uma mesa farta e, do outro lado do globo, os famintos, os pobres que “nem devem saber que é Natal”. Inúmeros *remakes* já foram relançados, apelando à generosidade das famílias para contribuir monetariamente, de modo a pôr um fim ao problema da fome.

Porém, a Etiópia continua a sofrer com as crises alimentares de forma sucessiva, vendo-se obrigada a aceitar a ajuda internacional humanitária.

Considerado o “Berço da Humanidade”, a Etiópia permanece um dos focos mais preocupantes no mundo no que toca à insegurança alimentar. Esta situação é relatada pela UN News, em abril de 2022, com o testemunho de Zeineba, uma mulher de 60 anos, forçada a fugir juntamente com os seus 7 filhos, à procura de ajuda alimentar. É esta a realidade de várias famílias; a aflição constante por não ter forma de alimentar os seus filhos e ver-lhes a vida a esvanecer aos poucos nos seus olhos famintos, numa espécie de “morte silenciosa”. Nessa mesma notícia é divulgado que a Etiópia está a passar pela pior seca nos últimos 40 anos, causada pela falta de chuvas na região, tendo-se verificado que a situação de seca severa tem vindo a agravar-se com a crise climática. Ainda de acordo com as previsões meteorológicas, a situação só tende a piorar, não se prevendo qualquer melhoria na precipitação até meados de 2023 (UN News, 2022).

O problema da fome no país é tradicionalmente atribuído ao agravamento das alterações climáticas, à má gestão da ajuda humanitária e à falta de meios financeiros que permitam colocar em prática as políticas de desenvolvimento agrícola necessárias para que o país possa ser autossuficiente a nível alimentar. Contudo, ao longo desta dissertação, vamos perceber como estes não são os únicos motivos, nem talvez os principais, por detrás das crises alimentares que surgem no país, e mais especificamente, na região do Tigray.

Após a grande fome de 1983, e ainda no meio de uma guerra civil, a Etiópia sofreu uma reviravolta na cena política com a criação, em 1988, da Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF). Esta coligação reunia assim os diferentes grupos rebeldes do país, que lutavam contra o governo de Mengistu, designadamente a Frente Popular de Libertação do Tigray (TPLF), a Organização Democrática dos Povos de Oromo (ODPO), o Movimento Nacional Democrático de Amhara (MDNA) e o Movimento Democrático Nacional do Sul (SEPFM). A EPRDF, liderada por Meles Zenawi, também dirigente da TPLF, consegue finalmente derrubar o regime sangrento de Mengistu, em 1991, dando origem à atual República Federal Democrática da Etiópia.

Nascia uma nova era no país, marcada pela esperança no progresso, na democracia e no desenvolvimento. E efetivamente avanços significativos foram feitos nas últimas três décadas sob o governo da EPRDF, coligação liderada pela TPLF até 2018. Durante esta

época, assistiu-se a um rápido crescimento económico, com especial enfoque para a região do Tigray, bem como a uma forte parceria entre o Ocidente e outros doadores internacionais que desejavam prevenir uma nova crise humanitária como aquela vivida anteriormente.

A transformação do Tigray, de uma região de agricultura pouco produtiva e cronicamente insegura do ponto de vista alimentar, para uma das regiões mais prósperas da Etiópia foi possível devido à estabilidade política, fundada na paz e nas mudanças económicas estruturais destinadas a reduzir a pobreza (Clark, 2021). Estes fatores contribuíram para que a maioria das regiões do Tigray fossem finalmente classificadas, em 2019, como “Food Secure” pela Rede de Sistemas de Alerta Precoce de Fome (FEWS NET), correspondendo assim à Fase 1 da Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar (IPC) (Clark, 2021).

Ao passo que a geração mais envelhecida da Etiópia crescera com o estereótipo degradante pelo facto do seu país ser constituído por pobres famintos que dependiam de ajuda externa, a geração mais nova tinha a esperança num país de oportunidades e progresso. Mas enquanto o Tigray prosperava, outras regiões da Etiópia passavam fome, como era o caso de Oromia, a região mais populosa do país. A Frente de Libertação de Oromia (OLF) denunciou o governo por desviar as ajudas internacionais para a população do Tigray, favorecendo assim os apoiantes de Zenawi. Este descontentamento provocou uma onda de manifestações pelo país, exigindo que a TPLF fosse retirada do poder.

Em 2018, os restantes partidos dentro da EPRDF uniram-se para expulsar o Primeiro-Ministro da altura, Hailemariam Desalegn Boshe, acabando por ser substituído pelo novo e atual líder, Abiy Ahmed Ali. Pouco tempo depois, Abiy Ahmed tomou a decisão de extinguir a EPRDF, 30 anos após a sua criação. Imediatamente a seguir, criou o Partido da Prosperidade, uma nova coligação política que continua a unir os antigos membros da EPRDF, com a exceção da TPLF.

Uma nova guerra civil não tardou a eclodir, em novembro de 2020, opondo as forças separatistas da TPLF e as Forças de Defesa Nacional da Etiópia. Podemos inferir que este conflito tem as suas raízes na complexa multiétnica presente no território e na marginalização do povo habitante do Tigray (uma minoria que corresponde hoje a cerca de 7% da população total da Etiópia). No decorrer desta guerra civil, milhares de pessoas

na região norte do país foram novamente empurradas para o limiar da insegurança alimentar grave, e os progressos feitos em matéria de segurança alimentar e desenvolvimento agrícola, nas últimas três décadas, foram completamente obliterados.

O acordo de paz, que previa o fim das hostilidades, foi oficialmente assinado dois anos depois, em novembro de 2022 e o Tigray via-se uma vez mais mergulhado numa crise alimentar e dependente de ajuda internacional. À semelhança do que acontecera no século XX durante as crises humanitárias da década de 70 e 80, o governo de Abiy Ahmed exacerbou esta crise alimentar adotando estratégias de disseminação da fome, idênticas às usadas pelo Imperador Haile Selassie (r.1930-1974) e pelo ditador Mengistu Mariam que esteve no poder entre 1974 e 1991.

Por conseguinte, verificamos que o Tigray esteve por diversas vezes no epicentro de graves crises alimentares e períodos de fome, impulsionados pelo governo como forma de reprimir as insurgências que frequentemente surgiam nesta região. Tanto Haile Selassie, como Mengistu Mariam e, recentemente Abiy Ahmed, tentaram negar no início a existência de uma crise humanitária, escondendo ou eufemizando a fome nas entrevistas aos periódicos internacionais. A escassez era desse modo atribuída às condições climáticas, como o agravamento da seca, numa tentativa de desviar as atenções para o verdadeiro plano do governo: controlar politicamente o Tigray, utilizando a fome e a miséria como armas de guerra. Ao culpar o agravamento das alterações climáticas e as catástrofes naturais resultantes para se explicar a fome, as políticas de desenvolvimento destrutivas levadas a cabo pelo governo são, deste modo, camufladas (Dugo & Eisen, 2016).

O uso de estratégias, umas mais insuspeitas do que outras, por parte das forças governamentais, abrangeram o bloqueio à distribuição da ajuda humanitária; a aliança entre a ENDF e a Eritreia, inimiga de longa data da TPLF; as deslocações forçadas (“resettlement programs”) disfarçadas de ajuda à população, quando na verdade estas pessoas eram apenas transferidas para locais onde seriam vigiadas e controladas pelo exército nacional; a canalização da ajuda internacional a favor das Forças Armadas etíopes, o que prejudicava as vítimas e prolongava o esforço de guerra; a destruição de terrenos agrícolas e o abate do gado em zonas rurais; o bombardeamento de mercados; as pilhagens sistemáticas a armazéns e explorações agrícolas, entre outros exemplos.

Depreende-se com os factos supramencionados, que a guerra é um dos principais motores por detrás da fome, e que existe intenção deliberada, por parte de quem está no poder, em utilizar a fome como instrumento para debilitar e eliminar o inimigo. Nesta disputa, entre as forças governamentais e a TPLF, não é apenas esta última que sai prejudicada; um dos efeitos colaterais do conflito é a insegurança alimentar que se reflete na maioria dos habitantes do Tigray. Estamos, então, perante “um problema intencional, sistemático e generalizado” (Clark, 2021) e enquanto o problema político, visível no conflito existente entre as diferentes etnias, não tiver resolução, o progresso, a paz social, a estabilidade na produção e distribuição de alimentos não serão alcançáveis.

Tendo dito isto, não fará sentido olhar para as causas destas sucessivas crises alimentares e humanitárias de maneira distinta. Mais do que uma crise ambiental e/ou socioeconómica, os motivos por detrás de cada uma destas emergências alimentares são muito semelhantes: a guerra e as disputas políticas. Tal como evidencia de Waal (1991), as fomes repetidas foram em grande parte criadas pelas políticas governamentais, especialmente as estratégias de contra-insurgência contra os rebeldes. Tais políticas só vêm acentuar a crise alimentar, inflamando a fricção étnica regional e desestabilizando ainda mais o país. É por este motivo que se torna pertinente analisar a questão da insegurança alimentar sem despolitizar a fome.

Perante este contexto apresentado, esta dissertação propõe-se a responder às seguintes questões: quais as principais causas para as graves crises alimentares na região do Tigray? E até que ponto é a questão política negligenciada na abordagem da fome pelos diferentes analistas e canais de informação, em detrimento da questão socioeconómica?

Para responder a estas questões, esta dissertação está organizada da seguinte maneira: No primeiro capítulo é apresentado o quadro teórico, em torno dos conceitos de insegurança alimentar e de fome enquanto crime de guerra, seguido de uma análise às abordagens tradicionais que tentam explicar as causas da fome, e ainda a apresentação da metodologia utilizada, expondo a relevância da abordagem política para a análise do estudo de caso. O segundo capítulo analisa o contexto empírico, que inclui a contextualização geográfica e histórica da Etiópia, com especial foco para as grandes crises alimentares da década de 70 e 80 na região do Tigray, e a instrumentalização da fome como arma de guerra durante estes períodos. Por fim, o terceiro capítulo, que faz a análise do estudo de caso à luz do conflito mais recente, analisando os primórdios do conflito entre a TPLF e as forças

governamentais de Abiy Ahmed e como a privação deliberada dos bens alimentares foi utilizada, uma vez mais, como arma de guerra, numa tentativa de exaurir e depauperar o inimigo político.

A ideia proposta é de que enquanto o problema político entre as diferentes etnias na Etiópia permanecer, a ajuda humanitária e as doações internacionais que visam o desenvolvimento no país, nomeadamente o desenvolvimento agrícola e socioeconómico, terão menos impacto do que o esperado. A abordagem vigente em relação a este tema da insegurança alimentar não perspetiva a questão da politização da fome como prioridade máxima a ser resolvida. Devereux (2000) mencionara já que as razões para a fome na Etiópia, pelas lentes da interpretação da “ecologia física” assim como da “economia política”, são meramente explicações parciais da vulnerabilidade da Etiópia face à insegurança alimentar, e que nenhuma delas é considerada suficiente por si só.

É impossível discutir o problema da fome na região do Tigray como um tema isolado dos conflitos armados, e esta ligação entre fome e política não deve ser descontextualizada, tal como aconteceu nas crises alimentares anteriores. Porém, importa ainda referir que não se trata de inferir uma causalidade estrita ou uma generalidade, pois o propósito desta dissertação é apontar para esta correlação e averiguar a ligação entre a fome e a questão política. É imperativo reforçar o estudo do papel dos conflitos no declínio da segurança alimentar e dos meios de subsistência. Só direcionando as atenções para este campo é que será possível implementar, no Tigray, uma paz duradoura, livre de ajuda alimentar humanitária.

Capítulo 1 – Quadro Teórico e Metodologia

Como referido anteriormente, esta dissertação centra-se na problemática da politização e uso da fome como instrumento de guerra e de controlo político, e o seu impacto nefasto na segurança alimentar da região do Tigray. Nesta perspetiva, este primeiro capítulo tem como objetivo a revisão da literatura relevante para o estudo da fome. Pretende sobretudo analisar as abordagens tradicionais na explicação das origens da fome, nomeadamente através das lentes desenvolvimentista e ambiental, e enfatizar a falta de atenção dada à politização da fome. Será feito um breve resumo sobre o direito à alimentação, seguido da definição de “insegurança alimentar”. Posteriormente, segue-se uma análise da literatura vigente e do debate em torno desta temática. Por último, será analisada a literatura que prioriza o problema político ao categorizar a fome, sobretudo em contexto de guerra. Serão assim lançadas de forma clara as bases teóricas e conceptuais da análise que propomos fazer ao longo deste trabalho.

1.1 - O Direito à Alimentação

O direito mais violado no mundo

Começamos por abordar aquele que é, na verdade, o direito mais violado no mundo. No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida no Palácio de Chaillot, em Paris, adota oficialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Entre os 30 artigos elaborados que reconhecem a importância de proteger os direitos fundamentais à liberdade, justiça e paz no mundo, encontra-se o artigo 25 que define, entre outros, o direito à alimentação:

Todo o ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

Apesar de ser um pilar fundamental para uma vida digna, o direito à alimentação acaba frequentemente por ser negligenciado. E o facto de ser apresentado vinculado a outros direitos humanos, todos eles no mesmo artigo, retira a sua devida importância, podendo

dificultar a sua concretização. Morrer de fome é doloroso e uma alimentação adequada é essencial para a dignidade humana, estando intrinsecamente ligada ao direito à saúde. Os avanços na área da medicina revelam a importância de uma alimentação equilibrada que permita ao ser humano a plena realização das suas competências cognitivas e físicas. Está comprovado que uma alimentação deficitária pode desencadear uma série de doenças e outros problemas de saúde, como é o caso da noma, kwashiorkor, anemia, malnutrição, cegueira, beribéri, assim como o atraso no crescimento infantil, havendo a possibilidade de deixar sequelas permanentes no desempenho cognitivo das crianças, entre outros problemas de saúde (Ziegler, 2011).

Reconhecendo a importância de garantir este direito a todos os cidadãos no mundo, as Nações Unidas, mais especificamente, a Comissão dos Direitos Humanos, criaram o mandato de Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação, em abril de 2000, nomeando Jean Ziegler como o primeiro relator do mandato (Right to Food, s.d). O propósito seria, então, “atender à necessidade de uma abordagem integrada e coordenada para promover e proteger o direito das pessoas à alimentação” (De Schutter, 2014). Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o direito à alimentação define-se pelo “direito a um acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente quer através de transações comerciais, a alimentos quantitativamente e qualitativamente adequados e suficientes, correspondentes às tradições culturais das populações a que o consumidor pertence, e que assegurem uma vida física e mental, individual e coletiva, satisfatória e digna, livre do medo” (OHCHR, s.d.). No entanto, não se trata meramente de atingir um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos, pois implica o acesso físico e económico dos cidadãos, em todos os momentos, a alimentos adequados.

Estes factos são reconhecidos não só pelas principais organizações internacionais que regem o sistema, mas também são reiterados pelos diferentes Estados nas suas constituições, estabelecendo a sua obrigatoriedade imediata. De acordo com o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), adotado pela Assembleia Geral da ONU, em 1996, os Estados também têm a obrigação jurídica de tomar as medidas necessárias para mitigar e aliviar a fome (OHCHR, 2010). Para além do referido, os Estados que integram este Pacto Internacional comprometem-se em garantir que as empresas ou os particulares não privem as pessoas do seu acesso a alimentos adequados; a realizar ou participar ativamente em atividades destinadas a

reforçar o acesso das pessoas aos recursos e a sua utilização, bem como os meios para garantir a sua subsistência, incluindo a segurança alimentar; e, por último, a fornecer o direito à alimentação diretamente a um indivíduo ou grupo quando este é incapaz, por razões fora de seu alcance, de desfrutar do direito à alimentação adequada pelos meios à sua disposição, o que também se aplica às vítimas de desastres naturais e outros (Rights, C., 2000). E era justamente esta a função de Ziegler, assim como de futuros relatores especiais do direito à alimentação; assegurar que os governos cumpram as suas obrigações de respeitar, proteger e garantir o acesso deste direito a todos os cidadãos.

Contudo, centenas de milhões de crianças, mulheres e homens – cerca de 828 milhões de pessoas – veem este direito negado, estando as suas vidas atualmente em risco (FAO, 2022). Após um declínio registado durante a última década, os mais recentes dados apontam para o aumento do número de pessoas em situação de subnutrição, preocupando a comunidade internacional para o problema da fome mundial. Mas antes de olharmos para os fatores que acentuam esta crise, é preciso entender o conceito de “fome” e de “insegurança alimentar”.

1.2 – O conceito de “Insegurança Alimentar”

Durante muito tempo não existiu uma definição unívoca para a “Segurança Alimentar”, uma vez que os objetivos e desafios na luta contra este problema eram constantemente alterados a cada Cimeira Mundial da Alimentação organizada pela FAO. No entanto, a definição mais consensual foi elaborada durante a Cimeira de Roma de 1996, que nos diz o seguinte:

A segurança alimentar existe quando todos os seres humanos têm, a todo o momento, acesso físico e económico a alimentos suficientes, saudáveis e nutritivos que lhes permita satisfazer as suas necessidades energéticas e as suas preferências alimentares para levar uma vida saudável e ativa (FAO, 1996).

Assim, o objetivo da segurança alimentar compreende quatro dimensões fundamentais: a disponibilidade dos alimentos, a sua acessibilidade, a sua qualidade e, por último, a sua estabilidade.

Segundo o relatório mais recente da FAO em matéria de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, publicado em 2022, e em parceria com outras agências da ONU (UNICEF,

PAM e OMS), apesar da esperança de que o mundo iria emergir da pandemia da Covid-19 e os níveis de segurança alimentar começariam a melhorar, a verdade é que a fome mundial aumentou ainda mais durante o último ano. Tal realidade reflete as desigualdades exacerbadas entre e dentro dos países, devido a um padrão desigual de recuperação económica e à perda de rendimentos nos países mais afetados pela pandemia da Covid-19 (FAO, 2022). E entre os 63 países que têm o maior número de pessoas desnutridas, encontra-se a Etiópia.

A insegurança alimentar pode então ser considerada como um aspeto particular de vulnerabilidade (ex: vulnerabilidade ao acesso insuficiente aos alimentos ou vulnerabilidade à fome) ou como um resultado da vulnerabilidade (Du Toit & Ziervogel, 2004). E existem diferentes métodos aplicados nas pesquisas para determinar e avaliar os níveis de insegurança alimentar numa determinada região. O mais popular é o método da FAO, permitindo o mapeamento e identificação das populações vulneráveis e uma melhor perceção das consequências deste problema. Esse método estima as calorias *per capita* a nível nacional, utilizando “Food Balance Sheets” e os dados na variação da ingestão energética adquiridos através de inquéritos ao rendimento e despesas das famílias.

De modo a aplicar este método, é necessário fazer um levantamento das seguintes informações: 1) total de calorias disponíveis no ano de interesse; 2) número de pessoas que vivem no país no ano de interesse; 3) coeficiente de variação da ingestão calórica para gerar a curva de distribuição da ingestão energética; 4) “cut-off point” que estime a proporção da população que se encontra abaixo do requisito calórico médio mínimo *per capita*. As vantagens deste método são várias, nomeadamente o facto da grande maioria dos países disponibilizarem os dados solicitados e as estimativas serem atualizadas com frequência, possibilitando uma comparação das tendências nacionais, regionais e globais da insegurança alimentar ao longo do tempo (Escamilla & Corrêa, 2008). Por último, é um método que não exige grandes esforços financeiros.

Após este processo, é possível criar as categorias onde são apresentados os diferentes níveis de gravidade de insegurança alimentar, visível na escala de referência global do FIES (*Food Insecurity Experience Scale*) da FAO. O segundo objetivo da Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), “fome zero”, baseia-se, evidentemente, nesta escala. As classificações de gravidade da insegurança alimentar podem ser descritas como leve, moderada e grave. Outros rótulos dentro da categoria de “insegurança

alimentar leve” incluem a “insegurança alimentar marginal”, que visa descrever uma situação na margem entre segurança alimentar e insegurança alimentar.

De acordo com a construção teórica em que se baseia o FIES, a insegurança alimentar é tipicamente caracterizada pela “incerteza e ansiedade relativamente ao acesso aos alimentos e às mudanças na qualidade da dieta à medida que a situação se agrava” (Ville et al. 2019), nomeadamente uma dieta menos equilibrada e mais monótona (“insegurança alimentar marginalmente moderada”). Com o aumento da gravidade, a quantidade de alimentos consumidos vai diminuindo à medida que o tamanho das porções é reduzido ou quando as refeições são ignoradas (“insegurança alimentar moderada a grave”).

Por último, a insegurança alimentar grave, que é caracterizada por se sentir fome mas não comer, ou não comer durante um dia inteiro, devido à falta de dinheiro ou outros recursos. E segundo a análise mais recente do relatório da FAO, após um aumento acentuado em 2020, a prevalência de insegurança alimentar “moderada a grave” permaneceu praticamente inalterada em 2021, mas a “insegurança alimentar grave” aumentou, refletindo uma situação de deterioração para aqueles que já enfrentam sérias dificuldades (FAO, 2022). Cerca de 2,3 mil milhões de pessoas no mundo encontravam-se em situação de insegurança alimentar moderada ou grave em 2021, sendo que cerca de 12% da população global enfrentava níveis graves de insegurança alimentar.

A fim de facilitar os processos de distinção entre duração e intensidade da insegurança alimentar, foram igualmente desenvolvidos os conceitos de insegurança alimentar “crónica” e “transitória”. Mesmo assim, o PAM (in Hart, 2009) observa que a distinção entre populações que sofrem de insegurança alimentar crónica e transitória nem sempre é clara, na medida em que muitas situações têm subjacentes crónicas.

A insegurança alimentar crónica pode ser caracterizada como persistente ou de longo prazo, pelo simples facto de ser um estado praticamente contínuo. Está diretamente relacionada a falhas estruturais no sistema alimentar ou na economia local, à pobreza crónica, à falta de bens e aos baixos rendimentos que restringem persistentemente o acesso e a disponibilidade de alimentos ao longo do tempo (DFID, 2004). E por ser uma situação recorrente, acaba muitas vezes por ser caracterizada como uma situação “típica”, sendo que o impacto mediático tende a dissipar-se. Pelo contrário, a insegurança alimentar transitória refere-se a breves períodos de indisponibilidade e acesso

extremamente reduzidos a alimentos, e é tipicamente rápida no início, breve na duração ou transitória (Barrett & Sahn in Hart, 2009). Estas circunstâncias podem ser provocadas por fatores climáticos, catástrofes naturais, crises económicas ou conflitos armados. Relativamente aos conflitos armados, mais à frente será igualmente analisado o conceito de fome como crime de guerra e as suas implicações no Direito Internacional Humanitário.

Rematando, podemos afirmar que a segurança alimentar é um conceito interdisciplinar e complexo, com numerosas considerações económicas, políticas e sociais, e esta crescente compreensão das várias dimensões que abrange, levou a múltiplas formulações teóricas e reformulações sobre as causas da fome e como devem ser identificadas e analisadas.

1.3 – Abordagens e teorias da insegurança alimentar: a perspetiva desenvolvimentista e ambiental

Como afirmado, o estudo da fome tem vindo a ser analisado por vários teóricos, *policy makers*, governantes, especialistas de saúde pública, e outros, ao longo das últimas décadas, constituindo uma ambição pertinaz erradicar a fome. Para melhor entender as razões por detrás da insegurança alimentar, começemos por analisar as principais teorias que procuram explicar as origens da fome, e que têm dividido os teóricos.

Perspetiva desenvolvimentista

São inúmeros os trabalhos que propõem uma análise do problema da insegurança alimentar nos países em desenvolvimento, incluindo na região do Corno de África. Entre esses estudos, destacam-se os que se focam no campo desenvolvimentista, atribuindo a fatores socioeconómicos, à pobreza crónica, à desigualdade e à falta de desenvolvimento económico os elevados níveis de malnutrição e de insegurança alimentar numa determinada região.

Josué de Castro (1908-1973), um grande pensador e ativista político brasileiro, foi dos primeiros homens a conceituar a fome através do método geográfico. Ao longo da sua vida, Castro tentou entender e explicar as razões históricas da fome, chegando à conclusão que se trata de um produto direto do subdesenvolvimento económico e social. Foi ainda

Castro que introduziu novos termos relacionados a esta temática, nomeadamente o conceito de fome aguda, fome crónica, fome epidémica, fome endémica e, também, “fome oculta” (Castro, 1946), fugindo assim a concepções unilaterais. No que diz respeito aos dois primeiros conceitos explanados, a sua distinção costuma ser vaga e, por esse motivo, problemática. Os debates relativamente à fome mundial concentram-se sobretudo nos conceitos de fome aguda e fome crónica, mas a verdade é que os órgãos de informações consagram mais atenção à questão da fome aguda, ou seja, aquela que é causada por situações de emergência temporárias como a seca, a guerra, os desastres naturais, e que requerem uma ajuda imediata. Este tipo de fome é mais visível, invadindo sistematicamente os ecrãs de televisão e as redes sociais.

Do outro lado, temos a fome crónica que, segundo Castro, é o tipo de fome mais comum no dia-a-dia, surgindo como uma aliada de alguns problemas enraizados na sociedade, nomeadamente a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidades, e outros. Por este motivo, a sua erradicação é também aquela que requer maiores desafios, pois exige o progresso noutras áreas associadas ao desenvolvimento. A fome crónica também é definida como a condição de desnutrição constante, causada pela falta de quantidade, mas também qualidade dos alimentos, contribuindo para elevadas taxas de mortalidade por doenças relacionadas a esta condição. Deste modo, Castro destaca os tipos de fome que são “menos espetaculares, mas de significação social bem mais tremenda” (Castro, 1961).

Esta linha de pensamento surge como crítica à abordagem malthusiana, elaborada no final do século XVIII, em plena Revolução Industrial, pelo economista inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834). Na sua famosa obra “*Essay on the Principle of Population*” (1798), Malthus afirma que a fome é o resultado do crescimento exponencial da população mundial e do crescimento aritmético da oferta alimentar, ou seja, a produção alimentar não é capaz de responder às necessidades de todos os cidadãos. Nesta perspetiva, a segurança alimentar está ligada ao acesso aos alimentos, e a fome pode ocorrer independentemente da disponibilidade alimentar. A tese central de Malthus aponta para a impossibilidade de alimentar toda a população mundial, sendo que a raça humana não pode escapar à “Lei da Necessidade”. Por outras palavras, a morte e a miséria provocada pela fome são inevitáveis e inerentes à condição humana. E por esse motivo, Malthus acredita que a redução da população através da fome é a única solução possível para evitar uma catástrofe económica.

Nas décadas seguintes, a revolução tecnológica e os avanços científicos no campo da medicina e na agricultura, vieram contradizer a teoria pessimista de Malthus. Também contribuiu para o descrédito desta teoria a difusão dos direitos humanos. Entre os inúmeros críticos, destacam-se as correntes de pensamento marxistas, socialistas, entre outros defensores dos direitos humanos, tal como Josué de Castro.

A crise alimentar mundial de 2007-2008 marcou um ponto de viragem estratégico na luta contra a insegurança alimentar, evidenciando as fraquezas estruturais e o elevado nível de dependência alimentar dos países em desenvolvimento (Boussion et al., 2011). Segundo o então relator especial da ONU para o direito à alimentação, Olivier De Schutter (2008), a crise alimentar devia-se sobretudo ao consumo excessivo e ao desperdício alimentar, bem como ao impasse entre a oferta e a procura resultante do défice de reservas alimentares, o que levou a um aumento exponencial dos preços dos alimentos básicos no mercado internacional, nomeadamente do arroz, do trigo, do milho e da soja. Obviamente, este facto teve efeitos negativos e desastrosos em países sem "redes de segurança social" e em famílias sem poder de compra, realçando como o setor alimentar pode ser frágil, sobretudo devido ao subdesenvolvimento dos sistemas de produção, à dependência dos mercados externos e, conseqüentemente, ao impacto de choques exógenos.

Uma série de fatores inter-relacionados, incluindo o aumento dos preços do petróleo, o aumento da procura de biocombustíveis e decisões comerciais, como as restrições à exportação, tiveram um forte impacto nos preços mundiais dos cereais, e as atenções dos analistas voltaram-se para a fragilidade estrutural do sistema agrícola e alimentar, bem como a sua vulnerabilidade aos choques nos países em desenvolvimento.

Há bem pouco tempo, com a publicação do relatório sobre a Insegurança Alimentar de 2021 da FAO, a atenção mundial centrou-se na pandemia da Covid-19 e o seu impacto no aumento da subnutrição em todo o mundo, especialmente no continente africano. A insegurança alimentar é um problema de saúde pública e a pandemia revelou as fragilidades dos sistemas alimentares existentes, expondo mais pessoas à crise alimentar e à fome aguda no mundo. Vários especialistas começaram a colocar ênfase na necessidade de recorrer a um planeamento adequado por parte das Organizações Governamentais e das instituições de caridade no domínio do abastecimento alimentar em situações críticas (Kakaei et al., 2022).

Outros analistas (Erokhin & Gao, 2022) investigaram os impactos das flutuações macroeconómicas na insegurança alimentar, constatando que os efeitos da insegurança alimentar da COVID-19 são mais perceptíveis nas economias de rendimento médio-alto do que nos países menos desenvolvidos. Isto significa que os riscos de segurança alimentar atribuídos à emergência da crise sanitária, nas economias em desenvolvimento, estavam principalmente relacionados com o acesso económico a um abastecimento alimentar adequado, enquanto que nas economias de rendimento mais elevado, os riscos de segurança alimentar relacionados com a disponibilidade (restrições ao comércio de alimentos e depreciação da moeda) eram mais prevacentes.

Ao adotar uma perspectiva desenvolvimentista baseada nos Direitos Humanos e na associação entre boa governação, redução da pobreza e segurança dos meios de subsistência, é possível entender melhor o impacto das questões socioeconómicas na vulnerabilidade da população à insegurança alimentar. No entanto, não é a única perspectiva prevacente no estudo da origem da fome. Em seguida, iremos analisar a perspectiva ambiental no campo da insegurança alimentar.

Perspetiva Ambiental

O setor agrícola é uma fonte crucial de alimentos, de emprego e comércio, contribuindo para o crescimento económico global e para a redução da pobreza (UNDP, 2015). É a principal fonte de rendimento e emprego para 70 % dos pobres do mundo que vivem em zonas rurais (FAO in Mesfin et al., 2022) e a principal fonte de subsistência para a maioria da população da África Subsariana (Asfaw & Shiferaw in Mesfin et al., 2022). Naturalmente, existirá uma preocupação crescente em relação ao impacto das alterações climáticas na produção agrícola e nos agroecossistemas.

O aquecimento global tem provocado fenómenos meteorológicos cada vez mais extremos, a degradação e desertificação dos solos, a escassez de água, a subida do nível do mar, para mencionar alguns (Makudze, 2013), comprometendo os progressos realizados no objetivo de erradicar a fome. As projeções para o futuro são cada vez menos otimistas, sendo que os estudos científicos indicam que estes fenómenos meteorológicos extremos se tornarão provavelmente mais frequentes e intensos, se não forem tomadas medidas urgentes (EPA, 2022).

O Relatório Global sobre Crises Alimentares de 2023 revelou o quarto ano consecutivo de aumento das populações que enfrentam insegurança alimentar aguda em 2022, constatando-se que a população mundial é desproporcionalmente afetada pelo impacto do aquecimento global. E a FAO tem vindo a sensibilizar a comunidade internacional para o facto das alterações climáticas já estarem a ter um impacto negativo na segurança alimentar e na nutrição dos mais vulneráveis, afirmando inclusive que os mais vulneráveis a este fenómeno são as populações cujos meios de subsistência dependem do setor agrícola e que se encontram em zonas vulneráveis às alterações climáticas (FAO, 2015).

Não existe propriamente consenso sobre qual será o impacto das alterações climáticas na produção agrícola num contexto de variabilidade climática natural pouco significativa (Sandstrom & Juhola, 2016). Porém, o relatório do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC) salienta que a vulnerabilidade da produção agrícola em África se deve à sua dependência da precipitação e prevê prováveis declínios na produção de cereais (Niang et al., 2014).

De acordo com a literatura, o Corno de África continua a ser uma região propensa a carências alimentares extremas, caracterizada sobretudo pela persistência da insegurança alimentar associada à seca (Sandstrom & Juhola, 2016). Segundo Seife (2021), esta região tem registado alterações nos padrões climáticos, e a frequência dos ciclos de seca aumentou subsequentemente, causando desafios relacionados com a crise alimentar, sendo que estas circunstâncias desencadeiam a migração em massa numa missão para salvar vidas. A seca que se registou nesta região, em 2011, transformou-se numa autêntica catástrofe humanitária, conduzindo a graves crises alimentares em vários países, com particular destaque para a Somália, que registou mais de 250 mil mortes relacionadas com a fome (Barata, 2023). Consequentemente, a procura de água potável e de pastos para o gado obrigou milhões de pessoas a abandonarem as suas casas, forçadas a migrar por conta da seca, uma das mais graves e longas da história da região. Além disto, a FAO estima que mais de 60% do gado na Etiópia e no Quênia tenha morrido durante esta seca (Coghlan in Sandstrom & Juhola, 2016).

Hoje, o Corno de África vê-se uma vez ameaçado pela seca que se faz sentir, desta vez provocada pelo fenómeno “El Niña”, um fenómeno climático natural que traz condições mais secas à região durante o curto período de chuvas (Paddison, 2023). Segundo o The Guardian (2023), a região está a sofrer a pior seca dos últimos 40 anos desde outubro de 2020, com condições de seca prolongadas pontuadas por chuvas intensas e curtas, que

muitas vezes levaram a inundações repentinas. No caso da Etiópia, as chuvas sazonais falharam pelo quinto ano consecutivo. A seca é, então, um dos riscos naturais mais dispendiosos e as suas consequências estão a ser uma vez mais sentidas nesta região. E de acordo com um estudo realizado recentemente pelo grupo de cientistas do World Weather Attribution, a seca atual não teria acontecido sem as ações humanas que alteraram o clima. Joyce Kimutai, meteorologista e cientista climático do Departamento Meteorológico do Quênia, alertou inclusive para o impacto das secas frequentes e plurianuais na segurança alimentar e na saúde humana no Corno de África, que continuará a agravar-se à medida que o clima continua a aquecer (Harvey, 2023).

Portanto, podemos ver como esta temática tem ganho mais visibilidade nas agendas internacionais, assim como nos artigos científicos e *medias*. Neste sentido, surgem igualmente recomendações que colocam o enfoque na adoção de políticas que vão para além da ajuda alimentar temporária, enfatizando a necessidade de soluções permanentes que mobilizem recursos a nível nacional e regional e que ajudem a mitigar as emergências derivadas das secas nos sistemas alimentares (Seife, 2021). Uma dessas recomendações é o investimento nos sistemas de alerta precoce e nas previsões probabilísticas de seca, fundamentais para o desenvolvimento e implementação de planos de atenuação da seca (AghaKouchak, 2015). Outros enfatizam uma abordagem voltada para uma melhor gestão das reservas de água em situações de crise, que inclui a melhoria do abastecimento e da manutenção da água nas zonas rurais, permitindo uma governação da água rápida, reativa e responsável, evitando assim “que as secas resultem em emergências humanitárias de grande escala como no Corno de África” (Thomas et al., 2020).

Na sua publicação, Lewis (2017) também acredita que a insegurança alimentar aguda é uma “característica da heterogeneidade do clima e da variabilidade climática na Etiópia”, sendo que o sistema alimentar precisa urgentemente de uma adaptação de modo a sobreviver a futuras crises alimentares. Weldearegay e Tedla (2018) mostram igualmente como a variabilidade climática aumenta o risco de fome no Tigray ao dificultarem a produção de alimentos na região, apelando ao governo etíope para começar a “investir agressivamente na agricultura moderna” e olhar com mais atenção para o impacto do clima na segurança alimentar.

Ora, não obstante o reconhecimento da importância das perspetivas, desenvolvimentista e ambiental, para explicar a complexidade da problemática em questão, importa agora analisar a literatura existente que olha para estas questões socioeconómicas e ambientais

como força motriz da guerra. No artigo “The Coming Anarchy” (1994), Kaplan argumenta que o clima causa constrangimentos ambientais generalizados, resultando assim no aumento das zonas rurais-urbanas e transnacionais que vão agregando cada vez mais pessoas de diferentes culturas, dando lugar a um ambiente propício à violência e contendas. Kaplan defende que a escassez de recursos e a subida do nível do mar em zonas já sobrelotadas irão forçosamente conduzir a migrações em massa dentro e fora das fronteiras, incitando a conflitos violentos entre grupos heterogêneos em todo o globo.

Na mesma linha de pensamento, Ross (2004) centra-se na relação entre recursos naturais e conflito, tendo desenvolvido uma teoria sobre a forma como a disponibilidade de recursos naturais afeta diferentes tipos de conflito. No entanto, ao contrário de Kaplan, Ross defende que é a abundância desses recursos, nomeadamente minerais e petróleo, que podem conduzir à violência política. Ainda segundo Ross, a concorrência pelas matérias-primas perturba os incentivos económicos, provocando uma pobreza generalizada, levando à formação de possíveis governações ditatoriais, ao subfinanciamento da educação, fatores que aumentam os riscos de guerra civil.

Ou seja, ambos os autores salientam a disponibilidade de recursos naturais para explicar o desencadear e o prolongar de conflitos. Isto significa que a fome é, então, um fator desencadeante de guerra, uma vez que suscita o conflito entre grupos e a sua politização. No entanto, no próximo subcapítulo iremos analisar literatura académica que olha para o agravamento da insegurança alimentar não como um fator originário da guerra, mas sim uma consequência, ou seja, um fenómeno derivado de um problema político.

1.4 – A Politização como causa da Fome

Já vimos como as explicações tradicionais para a fome incidem maioritariamente no impacto das catástrofes naturais sobre a produção agrícola (provocadas pelo agravamento das alterações climáticas) assim como no impacto dos problemas socioeconómicos que contribuem para o aumento da vulnerabilidade da população à insegurança alimentar. E podemos encontrar um ponto em comum entre a maioria das soluções apresentadas por ambas estas perspetivas: o investimento no progresso agrícola é algo desejado e urgente, quer seja para fazer face ao problema crescente das alterações climáticas, quer seja para combater a pobreza e permitir o desenvolvimento social e económico. Porém, o que esperar de um governo que não pretende investir no desenvolvimento agrícola de uma

determinada região? Ou pior, um governo que tenciona deliberadamente destruir todo o progresso feito em matéria de segurança alimentar por conta de um conflito político antigo entre diferentes grupos políticos e etnias?

Apesar de ambas as abordagens acima mencionadas explicarem parcialmente a vulnerabilidade da Etiópia à fome e à insegurança alimentar, e de apresentarem soluções que visam o progresso, a verdade é que nenhuma delas é considerada suficiente por si só (Devereux in van Uffelen, 2013). E ao abordar as origens da insegurança alimentar, como acontece no caso do Tigray, certos analistas e académicos tendem a ignorar as ligações entre conflitos armados e fome, incluindo a utilização da fome como um instrumento de guerra, e neste subcapítulo vamos perceber melhor a necessidade de estudar e priorizar esta abordagem.

As guerras induzem a fome. O pressuposto de que o conflito conduz inevitavelmente à pobreza e à fome foi testado - e provou ser verdadeiro - em todos os grandes conflitos ao longo da história da humanidade. É uma realidade incontestável. Segundo Michael Fakhri, o relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, os conflitos e a violência constituem as principais causas da fome, da subnutrição e da carestia alimentar, sendo que não se trata unicamente de um problema de disponibilidade de alimentos, mas advém essencialmente de falhas políticas (UN Geneva, 2023). Deste modo, é importante olhar para a fome não apenas como um efeito indireto dos conflitos, mas também como uma consequência direta, com especial enfoque para as situações onde a fome é usada como instrumento concreto de guerra.

Matar o inimigo à fome é uma estratégia antiquíssima na guerra. Foi uma das estratégias utilizadas pelos espartanos, no século IV a.C., durante a Guerra do Peloponeso contra Atenas (Trundle in Marcus, 1994). Na tradição oriental, no século V a.C, Sun-tzu e outros estrategas militares chineses também apontavam a destruição dos abastecimentos de cereais como uma tática militar para derrotar o adversário (Griffith in Messer, 1990). Na história mais recente, mais concretamente durante a 2ª Guerra Mundial, as mortes relacionadas com a fome igualaram ou ultrapassaram as perdas militares (Gráda, 2019). O “Plano de Fome” (*der Hungerplan*) desenvolvido pelos nazis também foi pensado como um instrumento de aniquilação, consistindo num esquema cuidadosamente elaborado para criar excedentes, negando alimentos aos habitantes dos territórios ocupados pelas tropas nazis, de modo a alimentar soldados e civis alemães (Runge &

Graham, 2020). Lamentavelmente, é uma estratégia que continua em vigor nos nossos dias, apesar dos avanços no Direito Internacional Humanitário.

Os conflitos armados envolvem uma série de métodos utilizados para eliminar o inimigo, desde ataques diretos contra posições militares até à manipulação psicológica indireta da população civil (Provost, 1992). Isto significa que tudo o que seja considerado valioso, concreto ou abstrato, pode ser facilmente transformado numa arma. Ora, sendo a alimentação essencial à condição humana, a fome tornou-se numa das táticas militares mais disseminadas entre os criminais de guerra. Segundo Alex de Waal (2019), diretor executivo da World Peace Foundation e especialista na região do Corno de África, “a fome em massa não é um fenómeno natural, nem um subproduto aleatório da guerra”, mas sim o resultado previsível de ações intencionais e que deve ser tratado como um crime.

A guerra - e a utilização da fome como arma - continuam a ser um dos obstáculos mais importantes na erradicação da fome e ao ODS2. As perturbações sociais que se verificam durante um conflito, juntamente com a combinação da capacidade destrutiva de novas e velhas táticas, assim como a destruição de alimentos e a interdição do seu fornecimento continuam a manter milhares de pessoas numa situação de insegurança alimentar grave (Messer, 1990). E de certo modo, todas as guerras podem ser consideradas "guerras alimentares", na medida em que afetam os sistemas alimentares e, na maioria dos casos, ameaçam os meios de subsistência e o abastecimento alimentar (Messer, 1990).

Os conflitos armados podem, então, provocar insegurança alimentar de diversas formas, nomeadamente através de fatores subjacentes como crises económicas, inflação, desemprego, interrupção de serviços vitais, afetando negativamente a disponibilidade e o acesso a alimentos. No entanto, também existem outros métodos mais diretos, cujo impacto é igualmente prejudicial, nomeadamente através da devastação de campos agrícolas, do saque a armazéns de alimentos ou ainda a destruição de infraestruturas básicas necessárias para a produção e fornecimento desses alimentos (Akande & Gillard, 2019). Ao sabotarem o padrão sazonal das culturas, desenraizarem comunidades agrícolas, e ainda ao destruírem culturas, terras, ou outras fontes alimentares, os combatentes acabam por enfraquecer (e eliminar) o adversário, mas também os não-combatentes. E as crianças são as vítimas mais afetadas quando os hospitais, as escolas,

os sistemas agrícolas e as funções essenciais do governo são alvo de ataques militares (Messer, 1990).

Contudo, desde as Convenções de Genebra (1949) que tais práticas são consideradas um crime e uma autêntica violação do Direito Internacional Humanitário. Estes tratados internacionais contêm as normas estritas que limitam as barbáries da guerra, regularizando a condução dos conflitos armados e protegendo sobretudo os que não participam das hostilidades (civis, profissionais humanitários), bem como aqueles que deixaram de combater (militares feridos, prisioneiros de guerra).

Nas décadas que se seguiram à adoção das Convenções de Genebra, foram ainda elaborados dois novos Protocolos, em 1977, marcando o primeiro grande passo dado para formalizar a ilegalização da utilização da fome como tática de guerra, aplicando-se quer para conflitos militares internacionais como domésticos. Entre esses Protocolos adicionais podemos encontrar o artigo 54(1) do Protocolo I, destinado à proteção de objetos indispensáveis para a sobrevivência da população civil, e que define o seguinte:

1. Starvation of civilians as a method of warfare is prohibited.
2. It is prohibited to attack, destroy, remove or render useless objects indispensable to the survival of the civilian population, such as foodstuffs, agricultural areas for the production of foodstuffs, crops, livestock, drinking water installations and supplies and irrigation works, for the specific purpose of denying them for their sustenance value to the civilian population or to the adverse Party, whatever the motive, whether in order to starve out civilians, to cause them to move away, or for any other motive.

Podemos inferir que, de acordo com as Convenções de Genebra, tanto o uso da fome como instrumento de guerra como a destruição de objetos indispensáveis para a sobrevivência da população são expressamente proibidos. Acrescenta-se ainda que ambas as convenções estabelecem que as organizações de socorro devem ser autorizadas a alimentar uma população civil que esteja a passar fome. A ajuda humanitária pode salvar vidas, mas durante os conflitos também pode ser alvo de uma série de dificuldades, incluindo obstáculos burocráticos impostos pelos beligerantes, conflitos contínuos, colapso da lei e da ordem e insegurança. Neste sentido, é natural que o bloqueio de ajuda humanitária também se insira nesta lista de crimes.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas só mais recentemente é que reconheceu a insegurança alimentar em situações de conflito como uma questão de paz e segurança ao adotar, em 2018, a resolução 2417 (HIEA, 2022). Esta resolução sublinha que a utilização da fome em civis como método de guerra pode constituir um crime de guerra - independentemente da classificação do conflito. Além disto, vários países também proibem o uso da fome como arma de guerra nos seus códigos penais nacionais, como é o caso da Etiópia. No entanto, até ao dia de hoje, nenhum caso de fome intencionalmente provocado pelo homem foi julgado a nível internacional.

Na sua publicação sobre “The logics of war and food (in)security”, Kemmerling et al. (2022) apontam as quatro lógicas de guerra que explicam a razão pela qual os governos ou os beligerantes são frequentemente incapazes ou simplesmente não estão dispostos a responder às crises alimentares: destruição; deslocação induzida pelo conflito; controlo alimentar; e a fome como arma de guerra. Deste modo, este artigo enfatiza o facto da insegurança alimentar não ser apenas um subproduto da guerra, estando na verdade no centro da lógica dos conflitos violentos, quer seja para alimentar os grupos auto-armados, para obter financiamento para a organização militar ou para prejudicar o inimigo, entre outros motivos.

Acrescenta-se ainda que o fracasso da política de enquadramento da fome não está apenas relacionado com o falhanço das políticas governamentais, pois também é dever da comunidade internacional agir e pôr termo a este tipo de catástrofes provocadas pelo homem (Yohannes, 2022). A dimensão das catástrofes humanitárias e, conseqüentemente, da crise alimentar derivada dos conflitos é também uma reflexão do fracasso da política global. As organizações humanitárias continuam a enfrentar desafios para quebrar o ciclo vicioso da violência e da fome, uma ação prioritária quando, nos últimos anos, temos assistido a um aumento dramático da insegurança alimentar e da fome em cenários de conflito (Kemmerling et al., 2022).

Certos autores, nomeadamente de Waal (1991), White (2005) e Gráda (2009) têm justamente se dedicado à análise desta problemática, mais especificamente ao papel do conflito no declínio da segurança alimentar e dos meios de subsistência no Tigray, com especial enfoque para a grande crise alimentar e humanitária que se desenrolou durante a década de 80. Estes autores partilham a ideia de que o que se sucedeu nessa altura não foi uma mera crise alimentar, mas sim uma catástrofe causada pelo homem, numa tentativa

de limpeza étnica e de submissão de um povo considerado “rebelde” aos olhos de um governo ditatorial.

Em suma, apesar da literatura académica reconhecer a complexidade da insegurança alimentar, continua a existir uma tendência para explicar as falhas complexas dos sistemas alimentares aos olhos das "secas" ou da pobreza enraizada na sociedade, sem prestar atenção suficiente a outros fatores, nomeadamente o impacto da falta de vontade política em combater esses problemas. Este facto justapõe-se, assim, às narrativas anteriores dominantes que relatam a fome como uma catástrofe natural ou um efeito de uma rutura social.

A estabilidade e a continuidade das políticas de desenvolvimento são um fator crucial para a segurança alimentar (Devereux, 2000). Consequentemente, ao ignorar-se o impacto nefasto da politização da fome, as crises alimentares suceder-se-ão, manifestando-se a necessidade de intervenção de ajuda humanitária, sendo que qualquer progresso tornar-se-á inconsequente, por existir sempre o risco de um novo conflito armado voltar a destruir, intencionalmente, qualquer tipo de avanço nesta área da segurança alimentar.

1.5 – Metodologia

Considerando todos os elementos enunciados até ao momento, a seguinte secção apresenta alguns dos objetivos centrais e específicos da dissertação, bem como as respetivas metodologias necessárias para o alcance dos mesmos. Em termos metodológicos, optou-se por um estudo de caso do Tigray, na Etiópia. O objetivo será explorar as razões por detrás das grandes crises alimentares que marcaram a região, com especial enfoque para o agravamento recente da insegurança alimentar após o início das hostilidades entre o governo de Abiy Ahmed e a TPLF.

Trata-se de um contexto ilustrativo da forma como os conflitos armados registados refletem esta dinâmica da politização da fome que propomos analisar mas que tende a ser negligenciada em certas literaturas. Esta região no norte da Etiópia tem sofrido repetitivamente crises alimentares graves que vão chegando às manchetes internacionais pelo número alarmante de vítimas que provocam. No entanto, ao analisar o problema da fome, os meios de comunicação e alguns académicos tendem a focar-se nos fatores de

caráter socioeconómico e ambiental para explicar este fenómeno, sem dar a devida atenção ao facto da fome ter sido diversas vezes instrumentalizada para fins bélicos.

Recuperando brevemente algumas noções-chave, a insegurança alimentar define-se pela falta de acesso regular a alimentos seguros e nutritivos suficientes para um crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável, sendo que pode ser sentida em diferentes níveis de gravidade. E dado o aumento recente do número de pessoas em situação de subnutrição (FAO, 2022), a insegurança alimentar global tem se tornado numa preocupação geopolítica presente nas agendas internacionais.

Mas importa ressaltar que as crises alimentares verificadas no Tigray coincidem com os períodos de guerra civil no país, onde se constata um padrão nos diferentes governos que é a utilização da fome como uma arma de guerra, com o intuito de silenciar um grupo político, no caso a TPLF, mas cujas proporções acabam por afetar toda uma etnia presente nesta região. Deste modo, o objetivo será entender como estas crises de insegurança alimentar têm raízes importantes nos conflitos violentos conduzidos pelos diferentes governos.

Neste sentido, o capítulo empírico constituirá numa caracterização dos contextos internos do país selecionado como caso de estudo, assim como a análise das grandes crises alimentares vivenciadas nas últimas décadas. Desde o regime imperial de Haile Selassie I, passando pelo regime ditatorial do Derg, encabeçado por Mengistu Haile Mariam, até hoje ao governo (“democrático”) de Abiy Ahmed, é inegável a existência desta tática de usar a fome como um instrumento de limpeza étnica e de controlo político para fazer face às rebeliões populares. E no epicentro dessas grandes fomes que marcaram o país, nomeadamente na década de 70 e 80 e agora mais recentemente, em 2022, está o Tigray.

Tendo em consideração a revisão de literatura em que vários artigos enfatizam as questões socioeconómicas e/ou ambientais para explicar a persistência da fome, foram então estas as perspetivas selecionadas para comparar e examinar. Porém, para responder à pergunta de partida colocada, a abordagem política parece-nos a mais adequada e pertinente dado que é visível o impacto dos conflitos nos níveis de segurança alimentar da população, não só pela destruição causada nos meios de subsistência, mas sobretudo por partir de um ato deliberado que prevê esse desfecho, sem ter em atenção aos anos de investimento no progresso agrícola e na soberania alimentar. Esta abordagem vai ser sobretudo

fundamentada através dos estudos conduzidos por Devereux (2000) e de Waal (1991), ambos investigadores sobre teorias de insegurança alimentar e que se focam justamente na politização da fome.

Com o objetivo de ter uma amostra mais ampla, e visto que não foi possível estar no terreno, foram escolhidos relatórios de diferentes organizações internacionais, nomeadamente o PAM e a FAO, como também diversos jornais de notícias, para melhor permitir aferir as perspetivas da origem da fome. Para facilitar a pesquisa foi utilizada a plataforma Nexis UNI e algumas palavras-chave como “fome” e “guerra”, tendo sido decidido estabelecer três intervalos, que equivalem às três últimas grandes crises alimentares no país. Primeiramente, para o caso do regime imperial, foi escolhido o período de 1972, uma vez que foi o ano em que a crise se intensificou na região norte da Etiópia, e 31 de dezembro de 1974, ano em que o golpe de estado liderado pelo Derg pôs fim ao regime imperial. O segundo intervalo de tempo foi estabelecido tendo em consideração o intensificar da crise humanitária, em 1982, e o fim da junta militar de Mengistu, em 1987. Por fim, para o terceiro intervalo de tempo, foi escolhido o período que vai desde a data em que Abiy Ahmed subiu ao poder, 2 de abril de 2018, até ao presente dia, mais propriamente dia 20 de julho, de modo a permitir tempo suficiente para a pesquisa e análise das notícias.

Importa ainda referir que dado que o estudo de caso abrange um evento relativamente recente, a informação disponível é relativamente escassa e dispersa, o que torna o seu estudo sistemático e em perspetiva, de certa forma, limitado. Por fim, é importante mencionar que a metodologia utilizada para a recolha de dados e análise deste estudo de caso será principalmente qualitativa e que não serão feitas inferências estatísticas, nem serão testadas hipóteses. Sendo que este trabalho de investigação se baseará sobretudo na análise de várias fontes primárias e secundárias, como documentos oficiais, estatísticas, declarações, discursos, informações jornalísticas, trabalhos académicos, entre outros.

Capítulo 2 – Os fatores históricos, socioeconómicos e políticos que moldaram a Etiópia

Depois de termos exposto o enquadramento teórico-conceitual deste trabalho, importa agora apresentar o estudo de caso sobre o qual recairá a nossa análise. Será esse o principal objetivo deste segundo capítulo, uma breve apresentação geral do país e da sua história, com especial enfoque para as grandes crises alimentares que marcaram a segunda metade do século XX. Posteriormente, analisaremos com mais detalhe a região do Tigray e, sobretudo, o surgimento da Frente de Libertação do Povo Tigrense (TPLF) e da Frente Democrática Revolucionária do Povo da Etiópia (EPRDF). Será assim feita a caracterização dos contextos internos do país selecionado como caso de estudo, e em detalhe a análise das crises alimentares vivenciadas nas últimas décadas.

2.1- A Etiópia – o “Berço da Humanidade” e um símbolo de resistência africana ao colonialismo europeu

Ainda que a Etiópia esteja associada a fomes devastadoras e a conflitos armados que marcaram, e continuam a marcar a imagem do país, da sua história também constam episódios que são celebrados pelo seu povo. Localizada no Corno de África, e partilhando hoje as suas fronteiras com mais 6 países, nomeadamente a Somália, a Eritreia, o Djibuti, o Sudão, o Sudão do Sul e o Quênia, a Etiópia esconde vários tesouros, tornando-a num país fascinante pela história e cultura que possui mas que muitos desconhecem. É o “Berço da Humanidade”, o lugar onde foi encontrado, em 1974, por um grupo de arqueólogos e antropólogos, o esqueleto de “Lucy”, uma fêmea da espécie de homínídeos “*Australopithecus afarensis*” (Marcus, 1994). Tornou-se mundialmente conhecida não só pelo seu estado de conservação, mas sobretudo por ser o esqueleto de homínídeo mais antigo alguma vez encontrado até à altura, com mais de 3 milhões de anos, fornecendo dados essenciais sobre a evolução da espécie humana para a comunidade científica. A Etiópia também lidera, juntamente com a África do Sul, a lista de países africanos com o maior número de Patrimónios Mundiais classificados pela UNESCO, fazendo com que uma passagem por este país se torne numa autêntica viagem no tempo (UNESCO, s.d).

A Etiópia chegou mesmo a ser uma das potências mais esplendorosas da região durante o Império de Axum, do século I ao século X. Atingiu o seu auge no século IV, graças às

rotas comerciais que ligavam a Índia e o antigo Sri Lanka, no Oceano Índico, com o Império Bizantino, no Mar Mediterrâneo. Na altura, os seus territórios estendiam-se desde a Somália moderna e a costa do Oceano Índico, através do Mar Vermelho até ao sul da Península Arábica e a norte até à fronteira com o Império Romano no Egito. É também durante esta época que se assiste a uma enorme influência na história e cultura da Etiópia com a chegada dos “*Nine Saints*” (Marcus, 1994), um grupo de missionários responsáveis pelo desenvolvimento do Cristianismo Ortodoxo durante os séculos que se seguiram, e que é hoje a religião oficial da República Democrática Federal da Etiópia. A área central do cristianismo localiza-se sobretudo nas terras altas do norte do país, nomeadamente no Tigray, mas a sua influência faz-se sentir em todo o território, sendo que mais de 2/5 dos etíopes seguem os ensinamentos da Igreja Ortodoxa Etíope. Já os muçulmanos e os adeptos de religiões tradicionais africanas tendem a habitar as regiões das terras baixas (Marcus, 1994).

Avançando um pouco na história, até ao século X, eis que é fundada, por Menelik I, a Dinastia Salomónica que governou a Etiópia até 1974, ano em que o último imperador, Haile Selassie I (1892-1975), foi deposto após um golpe militar que revolucionou o país, um episódio da história etíope que será mais à frente analisado. Esta dinastia de reis reivindicava a sua legitimidade por serem descendentes de Salomão de Israel e da Rainha de Sabá, sendo inclusive uma das dinastias mais antigas do mundo, com cerca de sete séculos de existência (Marcus, 1994). Em 1270, Yekuno Amlak da Dinastia Salomónica, acaba por derrotar e substituir o reino de Agaw dos Zagwe, dando assim origem ao Império Etíope, também conhecido como “*Abyssinia*”. Ao longo desse período, o Império conseguiu se expandir significativamente, tornando-se na força dominante do Corno de África. Na mesma altura, também se constata um avanço nas artes e na literatura.

Porém, é no século XIX que observamos as transformações políticas e económicas que mais marcaram o Império, sobretudo com a deterioração do comércio do Mar Vermelho, prejudicando as redes comerciais da região (Marcus, 1994). Contudo, o comércio interno persistiu, graças aos comerciantes muçulmanos que vendiam bens locais como o café de Kefa, o sal da Eritreia ou os cobertores de lã de Menz. Estes comerciantes tiveram um impacto significativo sobre as populações nestas regiões, atraindo-os para o Islão. É a partir desta altura que se começa a distinguir mais notoriamente a etnia Oromo, na região sul, dos cristãos presentes na região norte.

Chegando ao final do século XIX, e com a maior parte do continente africano sob domínio das potências europeias, eis que a Etiópia surge como símbolo de resistência ao colonialismo e imperialismo europeu, marcando para sempre a história do continente. A vitória da Etiópia face ao exército italiano na Batalha de Adwa, em 1896, é ainda hoje celebrada e lembrada como uma conquista para todo o continente, “ensinando a todos os africanos a importância crítica da unidade nacional na luta contra o inimigo colonial” (Thabo Mbeki in Addis Abab University, 2017). Durante o reinado de Menelik II, o imperador foi construindo relações diplomáticas com várias potências europeias, encorajando a modernização e o desenvolvimento do país. É inclusive nesta época que Addis Abeba se torna na capital oficial do Império, em 1889. Ao mesmo tempo, crescem as ambições italianas e o desejo de expandirem o seu império colonial, apesar do interesse italiano na Etiópia ser puramente comercial e apolítico até então. Só depois da ocupação de Masisawa, em 1885, é que desenvolveu o potencial para intervenção política e militar (Hess, 1973).

Mas quando as tropas italianas invadiram Adwa, em 1896, foram rapidamente surpreendidas por uma grande e bem armada força etíope. Ao conquistar esta vitória crucial, a Etiópia não só garantiu a sua própria independência, como também inspirou o movimento anticolonialista por todo o continente (Greenspan, 2022). É inclusive um dos motivos pelo qual se definiu Addis Abeba como sede da União Africana, uma organização internacional que visa a promoção da democracia, paz, direitos humanos e desenvolvimento económico de África, constituída atualmente por 55 Estados-Membros.

Enquanto Estado multiétnico, e com uma população que ultrapassa hoje os 120 milhões de pessoas (The World Bank, 2022), sendo inclusive o segundo país mais populoso do continente africano, a atual República Federal Democrática da Etiópia abrange mais de 90 grupos étnicos reconhecidos pelo governo. Esta diversidade étnica está sobretudo relacionada com a classificação linguística, sendo que existem mais de 100 línguas que se dividem essencialmente em 4 grupos: semítico, cuchítico, omótico e nilótico (Britannica, 2023). A maioria da população pertence ao ramo semítico e cuchítico, da família das línguas afro-asiáticas. No noroeste e centro do país a língua semítica mais escutada é o amárico, a língua da região de Amhara. É também uma das línguas oficiais de trabalho da Etiópia, e a língua que mais se destaca na literatura etíope moderna. Mais a norte do país, a língua mais importante é o tigrínia, utilizada em toda a região do Tigray. Por outro lado, as línguas cuchíticas, menos semelhantes com as semíticas, encontram-se

sobretudo no sul do país, sendo o oromo a língua mais proeminente no seio deste grupo, seguindo-se o somali e o afar. Relativamente às línguas omóticas, menos faladas no país, destaca-se a língua wolaytta, que pode ser encontrada sobretudo nas províncias do extremo sudoeste, na área da Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul na Etiópia. Por último, a família linguística nilótica, originária das terras baixas ocidentais, com predominância dos habitantes de Kunama.

Com a implementação da Constituição de 1994, que continua vigente nos dias de hoje, a diversidade étnica passa a ser reconhecida como um facto politicamente relevante, acabando por moldar o mapa regional da Etiópia. Por conseguinte, o país foi dividido em estados regionais de base étnica (*killils*), que hoje correspondem às seguintes regiões: Afar, Amhara, Benishangul-Gumuz, Gambella, Harari, Oromia, Somali, Sidama, Região dos Povos do Sudoeste, Tigray e Nações, Nacionalidades e Povos do Sul (SNNPR). Foram ainda criadas duas administrações autónomas: Addis Abeba e Dire Dawa. A base do federalismo etíope é geralmente descrita como "étnica", por oposição à geográfica. Isto significa que as fronteiras são em grande parte etnolinguísticas e foram sobretudo determinadas pela ideologia, e não pelo senso comum geográfico e económico-ecológico (Abbink, 2006).

Deste modo, não é de admirar a existência de certas disputas entre as diferentes regiões, em particular entre os Oromos, que correspondem a 1/3 da população etíope (32,1%) e os Amharas (30,2%), as etnias com maior representação demográfica na Etiópia (Sénat, 2016). Em causa está a tensão histórica pelo facto do Amárico ser a língua da elite administrativa, cultural e urbana e herdeira de uma centralidade linguística secular. Para além destas duas grandes entidades, juntam-se ainda os Afars (7%), os Tigrés (4,2%), os Somalis (4,0%), os Gurages (4,3%), os Sidamas (3,4%) e os Welaytas (2%), que, no seu conjunto, representam quase 25% dos etíopes, para além de outros grupos ainda mais pequenos (Sénat, 2016). À exceção da SNNPR e da Região dos Povos de Sudoeste (criado em 2021), o nome de cada região está atribuído a um povo e não um termo geográfico. É por este motivo que a Constituição de 1994 descreve a Etiópia como uma união de cidadãos, e não de territórios. Como analisaremos mais à frente, este documento reconhece solenemente os grupos étnicos como unidades constitutivas da federação no seu preâmbulo, cuja primeira frase declara o seguinte: "Nós, as Nações, os grupos étnicos e os povos da Etiópia". Contudo, durante o regime imperial, assim como a ditadura militar, a realidade era muito diferente.

2.2 - A fome de 1972-73 e o fim do Império Etíope

A morte de Menelik II, em 1913, deu lugar a um período de intrigas e conspirações no seio da corte real. Sucedeu ao poder o seu neto, Menelik Iyasu V, que passado pouco tempo acabou por ser deposto dada a sua impopularidade diante da nobreza. A sua filha, a Imperatriz Zewditu, ocupou o seu lugar, tendo nomeado o seu primo, Tafari Makonnen, como regente (*Ras*) do Império. Mais tarde, em 1930, *Ras* Tafari Makonnen sobe ao trono e muda o seu nome para Haile Selassie I, ficando conhecido na história como o último imperador da Dinastia Salomónica e do Império Etíope (Marcus, 1994). Um dos seus primeiros feitos seria a promulgação de uma nova constituição, que limitava rigorosamente os poderes do Parlamento e proibia progressivamente a tributação feudal, daí ser visto como progressista, alcançando um sucesso notório entre as gerações mais jovens. No entanto, com a segunda invasão italiana, desta vez em 1935 e sob liderança de Benito Mussolini, Haile Selassie I viu-se forçado a exilar-se em Inglaterra. Somente com a ajuda da Liga das Nações, e sobretudo das tropas britânicas, foi possível recapturar Addis Adebá, em 1941 (Britannica, 2023), voltando a Etiópia a ser um Estado soberano.

Ao reinstaurar a sua autoridade, Haile Selassie I passou a adotar uma postura mais severa contra a oposição, focando-se em assegurar o poder absoluto e a estabilizar os territórios não governados do país, ao invés de apostar na economia da comunidade rural (Woldesenbet, 2020). Exemplo desta repressão brutal adotada é visível durante a Insurreição de Woyane, em 1943, na província do Tigray, a norte do país. Ao mostrarem o seu descontentamento face ao processo de centralização do poder, e por tecerem críticas à fraca administração, à corrupção e à crise económica provocada pelo governo, esta revolta camponesa rapidamente sofreu uma retaliação violenta por parte do Imperador, que não permitia ver a sua autoridade desafiada (Marcus, 1994). Mas não foi a única insurreição que Haile Selassie I enfrentara, e a verdade é que muitas delas tiveram lugar nas províncias a norte do país.

Nos anos 60, na província de Gojjam, uma das mais ricas de todo o Império, foi planeada uma revolta contra os impostos sobre o rendimento agrícola e, evidentemente, contra o governo central (Schwab, 1970). Quando os assessores fiscais do Imperador entraram em Gojjam, vários proprietários dos terrenos recusaram-se a dar-lhes permissão para analisar a produção agrícola, recorrendo inclusive à violência. A situação agravou-se, em maio de 1968, com as sub-províncias de Bahir Dar, Bichena, Debre Markos, Damot, e Motta

estrategicamente preparadas para defender os seus territórios (Schwab, 1970). A resposta do Imperador Haile Selassie I foi uma vez mais brutal e sangrenta.

Nesta altura assiste-se igualmente à anexação da Eritreia, que desde 1952 vivia sob a sua própria Constituição e Assembleia democraticamente eleita, apesar de continuar federada sob a Coroa etíope (de Waal, 1991). Outrora admirado entre os membros da Liga da Nações pela sua organização na luta contra a invasão italiana que se deu em 1935, desta vez é o Imperador Haile Selassie I que viola o Direito Internacional e invade a Eritreia, em 1962. Um ano antes, tinha sido criada a Frente de Libertação da Eritreia (ELF), já antecipando que uma anexação forçada fosse acontecer. Começava assim uma guerra que se prolongaria até 1991, sendo que a ELF foi recebendo apoio de Cuba e outros Estados marxistas, adotando a mesma ideologia. Durante este período, o exército etíope agiu de forma brutal e destrutiva contra os civis e as suas aldeias, tendo sido registado um grande número de massacres e vítimas mortais.

Haile Selassie I sempre foi criticado entre os historiadores pela sua atitude agressiva perante as insurreições e a forma como reagia face aos opositores do regime. Mas o grande motivo que levou ao fim do seu Império, e inclusive ao seu assassinato, foi a fome que devastou a região de Wollo, entre 1972 e 1973 (de Waal, 1991). Apesar de inicialmente as causas para esta crise alimentar serem atribuídas à falta de chuvas na região e, conseqüentemente, à seca extrema, veio a descobrir-se que a indiferença do Imperador foi responsável por um dos episódios mais sombrios da história da Etiópia. Os relatos de fome foram persistentemente ignorados por Haile Selassie I, que considerava os camponeses de Wollo ingratos por difamarem a sua reputação, alegando que os mesmos se deixavam morrer à fome de forma propositada (de Waal, 1991).

Antiga província do Império Etíope localizada na zona nordeste, Wollo corresponde hoje às regiões de Afar, Tigray e Amhara. Como referido anteriormente, as revoltas eram persistentes nesta região, sobretudo contra o sistema feudal agrário que permitia a uma pequena parte da população de controlar a riqueza gerada (Kebbede & Jacob, 1988). É igualmente uma região que sempre enfrentou problemas associados às secas sazonais e falta de chuvas. No entanto, sabe-se que os nómadas pastoris, como é o exemplo na região de Afar, tinham criado sistemas de reserva de água que garantiam a várias gerações de minimizarem as perdas das suas colheitas (de Waal, 1991). Não existem dúvidas quanto à existência dos condicionalismos ambientais nesta região. Porém, o que acontece quando

um povo é privado dos seus meios de sobrevivência para responder às ameaças naturais? Quando a seca que se registou durante a década de 60 e 70 atingiu níveis alarmantes, a população de Afar descobriu que os recursos que utilizavam no combate à estiagem tinham sido sabotados (de Waal, 1991), deixando-os completamente desamparados. E por detrás de todas estas manobras que prejudicavam o povo de Afar, Oromo e Tigray, estava o poder central.

Haile Selassie I era visto pelo Ocidente como um aliado importante na região do Corno de África, algo que é visível na ajuda doada pelos EUA, sobretudo dado o contexto da época de Guerra Fria, ou então no apoio fornecido pelo Reino Unido aquando da 2ª invasão italiana. Tendo isto em conta, não é de admirar a sua constante preocupação pela reputação e imagem da Etiópia entre a comunidade internacional (Dugo & Eisen, 2016). Isso significava que quaisquer indícios de má governação, inclusive a intenção em destruir um grupo por conta de conflitos políticos, religiosos e raciais tinham que ser ocultados. E foi exatamente isso que o Imperador fez durante anos, até se tornar num escândalo internacional com o documentário britânico intitulado “*The Unkown Famine: A report on Famine in Ethiopia*”, apresentado por Jonathan Dimbleby, em outubro de 1973. Ao expor cenas gráficas chocantes de camponeses etíopes esfomeados e desnutridos no norte do país, Dimbleby enfatizou a magnitude da catástrofe e a necessidade urgente de ajuda humanitária (Jones, 2019). Apesar de inicialmente a fome ter resultado de uma seca prolongada, provocando a desertificação e destruição de colheitas, assim como a dizimação do gado, hoje sabemos que a fome foi sobretudo exacerbada pela ausência de resposta política do governo de Haile Selassie I.

De modo a fazer face aos seus opositores, a estratégia militar do governo incluía a violência indiscriminada contra civis, nomeadamente através da destruição da base económica do povo, sobretudo daqueles que participaram nas revoltas contra o Imperador. Essa resposta militar traduziu-se em cortes de abastecimento de alimentos, envenenamento de poços, restrição da circulação, impedindo o comércio e até mesmo dizimando o gado (de Waal, 1991), entre outros exemplos. Ou seja, a fome era usada deliberadamente como um instrumento de repressão nestas áreas que se opunham ao domínio imperial. E mesmo quando a negação deixou de ser uma opção viável, nomeadamente após o lançamento do documentário e da pressão da comunidade internacional, Haile Selassie I tentou obstruir a ajuda humanitária (que tinha aceite de má vontade), de chegar onde era mais precisa (Kapuscinski, 1978).

Tornou-se evidente que a inação de Addis Abeba era premeditada, sendo que com a agravação da fome entre 1972-73 e a constante negação dos factos e de ajuda humanitária, a situação despertou as massas a revoltarem-se contra o Imperador. Eis que surge então, em junho de 1974, o “Derg”, uma junta militar constituída por representantes e oficiais militares, liderada por Mengistu Haile Mariam. Este Comité das Forças Armadas apelava à união da nação e através de um golpe militar, em setembro de 1974, conseguiram finalmente derrubar o Imperador Haile Selassie I. Os símbolos da autoridade imperial foram para sempre estilhaçados, marcando o fim do Império Etíope. Porém, este novo episódio na história da Etiópia não trouxe paz para o seu povo, muito pelo contrário. Ao formar o Governo Militar Provisório da Etiópia Socialista, o Derg rapidamente instaurou o terror pelo país, que rapidamente se viu mergulhado numa guerra civil.

2.3 - A fome de 1982-84: O Derg e a TPLF

A transição de um regime Imperialista para um novo Governo Militar Provisório Socialista foi bastante conturbada. Desde que ascendeu ao poder, em setembro de 1974, o regime do Derg, oficialmente conhecido por “Conselho Administrativo Militar Provisório” (PMAC) sofreu uma intensa agitação política, tanto a nível internacional como doméstico. Como visto anteriormente, a origem desta junta militar é parcialmente atribuída à fome de 1972-73 que devastou o norte da Etiópia, por conta da tentativa do Imperador de esconder e subestimar a gravidade da situação, expondo a “insensibilidade das elites governantes aos cidadãos comuns” (Gudina, 2003). Para além disto, era ainda necessário dar resposta à questão da Eritreia, assim como a outros movimentos separatistas, mas também encontrar soluções para o problema da crise na reforma agrária, da nova organização do governo e ainda o destino dos detidos após o golpe militar (Marcus, 1994).

Como nos explica Clapham (2002), o Derg procurou “intensificar a longa trajetória da formação centralizada do Estado”, removendo as fontes de descontentamento periférico e abraçando um ideal de Estado-Nação no qual os cidadãos estariam igualmente associados a um Estado onnipotente. Porém, os meios utilizados para tentar chegar a esse objetivo foram tudo menos pacíficos. Na necessidade de incorporar uma postura ideológica que lhe conferisse legitimidade entre os estudantes e as massas rurais e urbanas, o líder do novo regime, Mengistu Hailemariam adotou *slogans* populistas que

apelavam à união, como *Ethiopia Tikdem* (“Etiópia acima de tudo”), mas ao mesmo tempo empregava a ameaça de força extrema (Adejumobi, 2007). Mengistu acreditava que os seus inimigos internos tinham de ser removidos, optando por soluções radicais. Deste modo, ao longo de mais de duas décadas - inclusive após 1987, altura em que o Derg instaurou a República Democrática e Popular da Etiópia (1987-1991), que continuou sob liderança de Mengistu Hailemariam - a Etiópia viveu sob o terror contante de uma ditadura comunista. E apesar de todos os episódios sangrentos que se registaram durante este período, a fome de 1982-84, que vitimizou mais de um milhão de pessoas (Kumar, 1990), ficará para sempre como um dos momentos mais trágicos da história.

O Derg procurou combinar a sua retórica socialista com o pragmatismo político, algo que os críticos mais tarde descreveriam como “esquizofrénico” e “ineficaz” (Adejumobi, 2007). A nível cultural, o derrube da monarquia ofereceu uma oportunidade para reconsiderar o estatuto imperial da Etiópia e corrigir a situação entre as populações mais prejudicadas pelo domínio imperialista (Andreas, 2004). Contudo, apesar das mensagens de igualdade e união, o regime do Derg não mostrou muita vontade política em trazer mudança para as comunidades rurais. E embora a revolução glorificasse a nação, no final não conseguiram unificar o povo, acabando por serem derrotados pela Frente Democrática Revolucionária do Povo da Etiópia (EPRDF), uma coligação étnica federalista que analisaremos em detalhe mais à frente.

No que diz respeito às reformas levadas a cabo neste período pelo Derg, um dos grandes objetivos de Mengistu seria a eliminação de quaisquer vestígios do feudalismo de Haile Selassie I e uma aproximação cada vez mais notória aos ideais marxistas-leninistas. Imediatamente foi emitida, em 1974, a Declaração de Política Económica da Etiópia Socialista que previa um Estado de partido único e a nacionalização dos principais setores da economia e uma agricultura coletiva (Harberson, 1977). Este documento apelava à necessidade da união nacional e de igualdade de oportunidades entre todos os grupos étnicos, culturais e religiosos da Etiópia. E de modo a adquirir apoio por parte das massas rurais, foi implementada uma reforma agrária, sendo que tal como afirma Pausewang (1990), trata-se de “uma das reformas agrárias mais radicais alguma vez tentada em África”, lançando as bases de um sistema de posse de terra baseado no modelo socialista.

No entanto, também se mantiveram alguns aspetos característicos do antigo regime, nomeadamente a questão da religião. O Derg continuou comprometido à religião Cristã

Ortodoxa, o que é visto como contraditório entre os historiadores por ser antitético à proclamação da igualdade que o regime tanto ambicionava alcançar entre os diferentes grupos étnicos (Adejumobi, 2007). Um outro exemplo está relacionado com a questão da Eritreia. Como mencionado anteriormente, Haile Selassie I teria tomado a decisão de invadir este país, em 1962, dando assim lugar a uma guerra sangrenta que acabou por ser herdada pelo Derg, que também desejava expandir militarmente os seus territórios. Importa ainda referir que é a partir do final da década de 70 que se começa a registar um grande fluxo de assistência militar proveniente da URSS (Adejumobi, 2007), intensificando a aliança entre estas duas nações e, ao mesmo tempo, o afastamento aos ideais ocidentais.

Certos estudiosos comparam esta questão da Eritreia a uma “caixa de Pandora”, pelo simples facto de ter despertado uma série de conflitos internos na Etiópia, muitos deles localizados no epicentro da fome que se deu na década de 80 (Kebbede & Jacob, 1988). Entre essas insurreições e disputas, destaca-se a luta da TPLF contra a ditadura militar imposta do Derg, tornando-se numa força notória da região contra o regime. É na verdade um dos motivos pelo qual a reforma agrária acima mencionada não ter tido os efeitos desejados nesta província. E no que diz respeito à forma como o Derg lidava com as insurreições e manifestações de autodeterminação de nacionalidades étnicas, a verdade é que a posição de Mengistu não era, em substância, muito diferente do seu antecessor (Berhe, 2009).

Criada em fevereiro de 1975, no norte da Etiópia, a TPLF surgiu enquanto uma pequena guerrilha que reivindicava pela autodeterminação do Tigray (Berhe, 2004). Com o acumular de retaliações e abusos sofridos ao longo do século XX, nomeadamente aquando da revolta de Woyane, em 1943, e sobretudo após a fome de 1972-73, surgiu esta necessidade de criar um movimento etnonacionalista que defendesse os direitos e interesses dos tigrenses e desafiasse, ao mesmo tempo, o domínio da autoridade do poder central. Durante o império de Haile Selassie I, as revoltas no Tigray já eram persistentes, em parte devido às suas tensões com a província de Amhara, sendo inclusive o Imperador proveniente desta região. Em causa estava a rivalidade histórica entre as duas casas reinantes do Império e as classes aristocráticas do Tigray e Amhara, traduzindo-se numa política deliberada e sistemática da classe dominante Showa-Amhara que visava enfraquecer e desmoralizar os tigrenses (Berhe, 2004). Ao mesmo tempo, a TPLF afirmava que todos os males do Tigray eram o resultado de atos deliberados do domínio

amharano (Balcha, 2007). Consequentemente, a sua luta consistia em abolir o domínio Amhara ou em libertar-se do "colonialismo" abissínio (Gudina; Mekuria in Muluye, 2020).

Porém, mesmo com o fim do regime imperial e na esperança de que um novo governo trouxesse igualdade e paz ao povo do Tigray, a realidade é que o regime militar de Mengistu não perdeu tempo em demonstrar a sua desaprovação às aspirações tigrenses. À semelhança da ELF, o Tigray também desejava liberdade política e o direito à autodeterminação, sendo que a necessidade de uma cooperação estreita para combater um inimigo forte em comum, o Derg, tornou a aliança entre estas duas forças políticas mais próxima (Berhe, 2009). Tal facto é visível com o reconhecimento da TPLF ao direito à independência da Eritreia (Young, 1996). Contudo, esta aliança não sobreviveu muito tempo, dando origem inclusive a uma guerra entre o Governo da Etiópia e da Eritreia entre 1998 e 2000, já com ambos os grupos no poder (Berhe, 2009).

Como seria de esperar, a ideologia ultranacionalista e autoritária do regime militar opunha-se a qualquer tipo de movimento nacionalista que visava a separação do território da Etiópia. Consequentemente, as políticas adotadas pelo novo governo a fim de se resolver as questões étnicas acabaram por se tornar cada vez mais repressivas (Berhe, 2009). Exemplo dessa perseguição é visível no final da década de 70, com a campanha de contrainsurreição urbana, também conhecida como “Red Terror” (de Waal, 1991). Este período reflete precisamente a forma como a violência excessiva do Derg foi usada para aterrorizar e controlar a população e eliminar qualquer tipo de desobediência. Vários adversários políticos foram assassinados, detidos e torturados, ao ponto deste regime militar ser ainda mais brutal do que o antigo regime na forma como respondia a manifestações que apelavam à justiça e democracia. Mas a verdade é que o terror e o medo não foram as únicas táticas utilizadas pelo Derg. Isto porque um elemento particularmente maquiavélico na estratégia do governo foi, uma vez mais, a criação de uma fome.

Em outubro de 1984, imagens dramáticas de pessoas subnutridas foram difundidas pela BBC, tendo a comunidade internacional ficado chocada com o cenário aterrador vivido no norte da Etiópia, mais especificamente na província do Tigray. A mortalidade registada foi tão excessiva que esta catástrofe humanitária ficou historicamente conhecida como uma “Fome Bíblica” (de Waal, 1991). As origens desta nova crise remontam às

carências alimentares intermitentes dos anos 70, mas está sobretudo relacionada com as revoltas sociais que abalaram a Etiópia na sequência da chegada ao poder do regime militar, e, conseqüentemente, os efeitos debilitantes da guerra civil entre o Derg e as forças separatistas a norte do país (Kumar, 1991). É certo que na altura o Corno de África enfrentava uma seca extrema acentuada pela falta de chuvas na região. Mas antes da seca atingir o país, a fome já se fazia sentir.

O regime do Derg não queria reconhecer a existência de uma fome, pois seria admitir o fracasso do governo e da ideologia marxista, sendo que Mengistu chegou mesmo a afirmar que se a fome existisse verdadeiramente, o melhor seria deixar a natureza seguir o seu curso (Dugo, 2016). De referir que o regime dependia do fluxo de dinheiro e armas provenientes do exterior, e de forma a manter os seus doadores satisfeitos, nomeadamente a URSS, era necessário encobrir esta tragédia, tal como Haile Selassie I fizera na década de 70. Foram precisos vários anos para o regime finalmente reconhecer a magnitude desta crise, contribuindo drasticamente para o aumento da mortalidade. Os países ocidentais foram igualmente criticados pela demora na prestação de assistência humanitária, pelo facto do regime etíope ser de índole marxista-leninista.

No entanto, após a reportagem da BBC, bem como o apelo feito pela *Christian Relief and Development Association*, o mundo ficou tão comovido perante este flagelo que se instaurou a maior demonstração global de compaixão e caridade do final do século XX: o concerto *Live Aid*. Com o objetivo de arrecadar fundos a fim de acabar com a fome na Etiópia, alguns dos nomes mais importantes do mundo da música da época, nomeadamente a banda Queen, Elton John, David Bowie, Mick Jagger, Madonna, entre muitas outras referências, juntaram-se para organizar um “superconcerto” global de beneficência, atraindo um número estimado de 1,5 mil milhões de telespectadores. Num triunfo da tecnologia e de solidariedade, o evento conseguiu angariar mais de 125 milhões de dólares (History, 2009), destinados a ajudar as vítimas desta “Fome Bíblica”.

Ao contrário de Haile Selassie I, Mengistu sabia que não poderia continuar a negar a existência desta fome, cujo epicentro seria o Tigray e Wollo. Porém, reconhecer o problema e efetivamente tomar uma atitude para colmatar a fome são duas ações completamente diferentes. Com a notícia espalhada pelo mundo, o governo do Derg anunciou um programa de reinstalação da população afetada (“resettlement program”), na promessa de que iria acabar com esta fome avassaladora. Contudo, o programa em

causa tornou-se num novo pesadelo entre aqueles que já sofriam com a grave carência alimentar, sendo apenas um pretexto para o governo continuar a receber ajuda financeira. Segundo de Waal (1991), tratou-se de uma mera ilusão, confirmando a intenção genocida do governo e prolongando ainda mais a fome. Isto porque este processo de deslocação forçada de milhões de pessoas visava sobretudo despovoar as zonas controladas pelas frentes de luta contra o Governo, levando-os para territórios onde o Derg poderia monitorizá-los de mais perto. Esta prática provocou inúmeras violações dos direitos humanos, sobretudo pela forma violenta com que os reinstalados foram transferidos, assim como a barbaridade contra os que tentavam fugir (de Waal, 1991).

Mais uma vez, um regime etíope utilizaria a fome como uma arma para aniquilar os seus inimigos políticos. Mas este programa não foi a única tática utilizada pelo Derg para acentuar a crise alimentar. Enquanto as doações internacionais iam chegando, nomeadamente provenientes do concerto *Live Aid*, o regime optou por utilizá-las para seu próprio proveito, para fins de contrainsurreição. O Derg reteve deliberadamente a ajuda humanitária, impedindo que esta chegasse às zonas controladas pela TPLF. A restrição sistemática do abastecimento alimentar nas zonas rebeldes através do corte de estradas ou do bombardeamento de mercados e outros meios de comunicação (de Waal, 1991), continuaram a sufocar a região e a contribuir cada vez mais para o prolongar da fome e do conflito.

O fornecimento em larga escala de ajuda alimentar foi uma iniciativa controversa, permitindo ao governo de manipular as doações e estender o seu controlo nas zonas contestadas. A ajuda humanitária generosamente fornecida ao governo etíope foi uma grande vantagem para os seus planos de guerra, pois ao receber uma parte desproporcionada da assistência em comparação com as zonas controladas pelos rebeldes, o governo obteve êxitos militares significativos (de Waal, 1991). Algumas organizações humanitárias, como foi o caso dos Médicos Sem Fronteiras, ao se aperceberem do que estava realmente a acontecer, começaram a protestar contra as condições desumanas impostas pelo governo, que acabou por expulsá-los do país (Dugo, 2016).

Ao analisarmos estes eventos podemos confirmar que estamos perante um autêntico genocídio. E apesar do governo ter reconhecido a fome, a sua insensibilidade e negligência flagrante não passam despercebidas na negação inicial desta catástrofe humanitária, assim como a apropriação indevida de recursos destinados às vítimas. A

grande fome de 1982-84 expôs o fracasso do tão proclamado regime militar e da sua reforma agrária, mas não significou o fim de Mengistu, pelo menos não tão cedo. Foi criada uma nova Constituição, que deu origem, em 1987, à proclamação da República Popular Democrática da Etiópia, com Mengistu Haile Mariam na Presidência (Adejumobi, 2007). Os problemas do Derg, agora o Partido dos Trabalhadores da Etiópia, o único partido político legal, arrastaram-se para o novo regime, entre eles a guerra da independência da Eritreia e a continuação da guerra civil etíope.

Eis que surge na mesma altura, mais especificamente em maio de 1988, a Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF), em oposição ao regime. Trata-se de uma coligação entre a TPLF e o Movimento Nacional Democrático Amhara (ANDM), à qual se veio juntar igualmente a Organização Democrática dos Povos de Oromo (OPDO) e o Movimento Democrático Nacional do Sul (SEPDM) (Milkias, 2003). Sob a liderança de Meles Zenawi, também líder da TPLF, este bloco de grupos políticos etnonacionalistas foi ganhando destaque na cena política. Face à tragédia vivida nos anos anteriores e o ódio crescente pelo governo, a TPLF e a EPRDF foram ganhando popularidade, sendo cada vez maior o número de etíopes que apoiavam as suas causas. A brutalidade geral do regime, o programa de reinstalação forçada, a fome e as rebeliões regionais começavam a ditar o fim de Mengistu. Para além disto, após o colapso da URSS, o principal patrocinador do regime, o Derg viu-se incapaz de sobreviver sem a sua ajuda. Ao mesmo tempo, a Frente de Libertação do Povo da Eritreia (EPLF), que se tornou na frente militar dominante da província após se ter separado da ELF, foi coordenando os seus ataques com o seu aliado, a TPLF.

Todos estes fatores contribuíram, finalmente, para a vitória militar da EPRDF e da EPLF contra o regime de Mengistu, em 1991. Após atacarem e neutralizarem as forças governamentais nas províncias centrais de Gondar e Gojjam e, dias depois, a capital Addis Abeba, o líder do regime sabia que tinha sido derrotado, optando por se exilar em Zimbabué (de Waal, 1992). Na sequência de uma conferência nacional, em julho desse ano, foi igualmente criado um Governo de Transição da Etiópia, de carácter amplamente representativo. E na província vizinha, com a conquista da EPLF ao entrar na capital, Asmara, foi também estabelecido o Governo Provisório da Eritreia, tendo proclamado a sua independência oficialmente em 1993, após 30 anos de guerra. Anos mais tarde, em 2007, Mengistu Hailemariam e os restantes membros do Derg foram condenados pelo Tribunal Federal da Etiópia pelos seus crimes contra a Humanidade (Tiba, 2007). Foi

inclusive o primeiro julgamento africano em que todo um regime esteve perante um tribunal nacional para responder às atrocidades cometidas enquanto esteve no poder.

Era o início de uma nova era, com grandes esperanças de que a paz e a democracia fossem finalmente estabelecidas na Etiópia. Nascia uma nova Constituição, consagrando os princípios do regionalismo e da autonomia étnica e devolvendo o poder aos Estados regionais e às minorias étnicas (Crummey et al., 2019). Meles Zenawi, o aclamado líder da EPRDF, foi constitucionalmente proclamado Primeiro-Ministro da República Federal Democrática da Etiópia.

2.4 - A República Federal Democrática da Etiópia: ventos de mudança

A criação da República Federal Democrática da Etiópia, e conseqüentemente, a adoção de uma nova constituição, provocou uma mudança radical na história deste país, dando origem a um período de maior estabilidade política, permitindo assim o desenvolvimento e o progresso agrícola, sobretudo na região do Tigray, pelo menos até 2020.

A EPRDF, encabeçado por Meles Zenawi, assumiu a importância única deste movimento, maioritariamente camponês, que reunia combatentes de todos os grupos étnicos e linguísticos da Etiópia, algo que preocupava a burguesia urbana de Addis Abeba (Marcus, 1994). Era o momento de dar um novo rumo a esta nação, de criar uma nova cultura oficial que refletisse a sua diversidade étnica. Como referido anteriormente, desde a Segunda Guerra Mundial que a cultura Amhara, do ramo semítico, dominava a vida política etíope. Mas com a ascensão da EPRDF, e sobretudo da TPLF - que passou a desempenhar um papel para além dos limites da província do Tigray (Young, 1996) -, assistiu-se a uma clara afirmação da autonomia provincial e cultural (outrora negada durante o tempo imperial e do Derg), e ao fim do domínio político de Amhara. Deste modo, em 1991, a Etiópia foi reestruturada enquanto um estado federal étnico, “integrando a etnia enquanto elemento político formal” (Abbink, 2011).

Inicialmente, quando a EPRDF assumiu o poder, a Etiópia foi reorganizada em 14 regiões federais, afastando-se do regime unitário de Haile Selassie I e do seu sucessor, o Derg. Mas a constituição acabou por fundir 5 regiões numa só, dando origem à Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul (SNNPR). O número total de regiões passou para nove: Afar, Amhara, Benishangul-Gumuz, Gambella, Harari, Oromia, Somali, Tigray e

SNNPR. Foram ainda criadas duas administrações autónomas: Addis Abeba e Dire Dawa. Mais recentemente, Sidama e a Região dos Povos do Sudoeste tornaram-se igualmente em estados regionais, em 2019 e 2021, respetivamente, após a sua separação da SNNPR.

O novo governo de Meles Zenawi acreditava que só a partir do reconhecimento da heterogeneidade étnica do país seria possível democratizar a Etiópia. E para que sobrevivesse enquanto entidade coletiva, os seus povos deviam sentir que as suas culturas e línguas estavam salvas pelo governo. A Constituição de 1994 consagrava os princípios do regionalismo e da autonomia étnica, passando a ser respeitadas como uma questão de direito, de modo a evitar a divisão da nação (Marcus, 1994). E esse equilíbrio étnico refletiu-se na seleção cuidadosa dos membros do Conselho de Ministros, sendo que o próprio Presidente da República, Negasso Gidada, era oriundo de Oromo. No entanto, nem todos os grupos concordavam com a nova política vigente, nomeadamente a Frente de Libertação de Oromo (OLF), que se tornou na força da oposição mais afrontosa contra o regime de Zenawi.

Existiam ainda outros problemas associados à criação de uma federação, nomeadamente a questão das fronteiras. Tensões fronteiriças como Amhara vs. Tigray, Amhara vs. Benshangul-Gumuz, Oromia vs. Somali, Afar vs. Somali e afins sempre foram notórias no país (Abbink, 2006). Mas o maior desafio colocado ao novo regime foi inegavelmente a guerra com a Eritreia, que teve lugar entre 1998 e 2000. Como visto anteriormente, a Eritreia declarou oficialmente a sua independência em 1993, mas tensões também relacionadas com as fronteiras levaram a Eritreia a violar o Direito Internacional e invadir a Etiópia, em maio de 1998. A guerra terminou oficialmente a 12 de Dezembro de 2000, com a assinatura do Acordo de Argel (Araia, 2018), mas as tensões fronteiriças, nomeadamente entre o Tigray, prolongar-se-iam por quase duas décadas, até à ascensão de Abiy Ahmed, que analisaremos mais à frente. Nesse acordo de paz ficou estabelecido que o território disputado entre ambas as partes, Badme, pertenceria à Eritreia. Foi inclusive implementada uma força de manutenção da paz da ONU para proteger a zona tampão entre os dois Estados (Adejumobi, 2007), mas até 2018 a Etiópia fez questão de continuar a ocupar esse território.

A disputa relativamente à estratégia da EPRDF na guerra contra a Eritreia serviu para levantar questões sobre a integridade do grupo liderado por Meles Zenawi. Os principais membros seniores do Comité Central opuseram-se a algumas das reformas do Primeiro-

Ministro e muitos ressentiam-se da sua aproximação à Eritreia, para além do descontentamento perante as despesas públicas destinadas à guerra. É igualmente nesta altura que Zenawi se inclina para o apoio do Partido Democrático de Amhara (ADP - outrora ANDM), conferindo a este grupo uma maior influência no seio da EPRDF (Tadesse e Young, 2003). Porém, veremos mais tarde como os desentendimentos entre a TPLF e a ADP se intensificaram, com a ADP a aliar-se ao governo de Abiy Ahmed na guerra contra a TPLF.

Nos anos que se seguiram ao conflito com a Eritreia, inicia-se uma nova fase que prioriza o Estado desenvolvimentista, que é definido pela sua “determinação em influenciar a direção e o ritmo do desenvolvimento económico, intervindo diretamente no processo de desenvolvimento, ao invés de confiar na influência descoordenada das forças de mercado para atribuir recursos económicos” (Meyns & Musamba in Admasu, 2022). A Etiópia assistiu assim a um período marcado pelo crescimento económico do país, bem como o desenvolvimento de programas como o “Programa de Desenvolvimento Sustentável e de Redução da Pobreza”, o “Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza” e o “Plano de Crescimento e Transformação” (MoFED in Admasu, 2022).

Os progressos notáveis do crescimento económico da Etiópia, medidos através do PIB, são claramente evidentes, sendo que “a taxa de investimento na Etiópia duplicou de cerca de 20% do PIB na segunda metade da década de 90 para cerca de 40% do PIB em 2014” (Shiferaw in Admasu, 2022). Porém, este não é um critério suficiente para um Estado ser considerado desenvolvimentista (Hsu, in Admasu, 2022), pois também “é esperado que resolva os níveis de desigualdade de rendimentos, desemprego e pobreza desenfreada” (Meyns & Musamba in Admasu, 2022). Mas infelizmente, a corrupção e a discriminação continuaram a caracterizar a política etíope e eis que as críticas ao regime da EPRDF - e sobretudo à TPLF - começam a intensificar-se.

Existia uma disparidade significativa na distribuição do rendimento a nível nacional, e como nos indica Getachew (in Admasu, 2022), no pós-1991, criou-se na Etiópia uma sociedade de poucos ricos e muitos pobres. Essa disparidade é sobretudo verificada na atribuição de orçamentos a nível regional, sendo que o Tigray foi a província mais favorecida de toda a federação. A sua parte *per capita* no subsídio federal foi sistematicamente superior à das regiões de Oromia, Amhara e SNNPR (Merera in

Admasu, 2022). A província do Tigray foi acumulando uma parte substancial da riqueza nacional e dispunha de universidades de renome, um parque industrial, aeroportos, dezenas de empresas de excelência e ainda a principal base militar do país (Hochet-Bodin, 2022).

Esse investimento – desproporcional – na região do Tigray permitiu igualmente o seu desenvolvimento agrícola e melhorar substancialmente os níveis de segurança alimentar. Entre 1991 e 2018, registou-se uma reabilitação impressionante da área, caracterizada por uma revegetação generalizada, a redução do escoamento das águas pluviais e a melhoria da qualidade dos solos (Gebrekirstos et al., 2023). A disponibilidade de alimentos para animais, géneros alimentícios e combustíveis aumentou e o coberto florestal passou de 3% para 17% . Adicionalmente, a região do Tigray serviu, inclusive, de modelo para a recuperação de terras em África, tendo recebido vários prémios e distinções (Whiting, 2017). Graças a esse esforço, foi possível melhorar a conservação dos solos e da água, para além de ter gerado 1,2 milhões de hectares de terras que permitiram a regeneração das plantas (Whiting, 2017). Durante este período, assistiu-se assim a um desenvolvimento humano e económico, bem como a uma melhoria da segurança alimentar e a avanços no bem-estar social, resultando na expansão do sistema de extensão agrícola e da construção de mais locais de investigação e demonstração, centros de formação de agricultores e explorações agrícolas modelo (Sew, 2022).

Mas enquanto esta província prosperava, outras regiões, nomeadamente Oromia, enfrentavam crises alimentares sérias, como a de 2008. A OLF chegou mesmo a acusar o governo de desviar a ajuda externa para o Fundo de Dotação para a Reabilitação do Tigray, dirigido na altura pela mulher de Zenawi, Azeb Mesfin (UNPO, 2011).

Resumindo, sob a égide da TPLF, a Etiópia tornou-se numa das nações com o crescimento económico mais rápido deste século, tendo conseguido renovar a sua imagem e impôr-se como uma potência relevante na região. Porém, nas três décadas que a EPRDF esteve no poder, nunca se registou alternância política, mas sim a institucionalização de um estado de partido único (Gudina, 2011), criando um único vértice de controlo político. E não é a única falha apontada ao regime, pois no próximo subcapítulo veremos como o descontentamento popular crescente face a este “novo autoritarismo” (Ottaway, 1995) e a política repressiva do regime da EPRDF levaram inevitavelmente ao seu fim e ao ressurgimento da questão da fome no Tigray.

2.5 - O fim da EPRDF e da prosperidade no Tigray

Com a morte de Meles Zenawi (1955-2012), o homem que esteve no epicentro da Etiópia durante 21 anos, instaura-se um ambiente político tenso que vai acabar por ditar, anos mais tarde, o fim da EPRDF. Apesar desta coligação ter surgido com a promessa de liberdade, democracia e respeito pela diversidade étnica, a verdade é que se tornou extremamente centralizada, controlando de perto a economia e restringindo a liberdade política, social, étnica e no país (Crisis Group, 2012). E nos últimos anos em que esteve no poder, Meles Zenawi optou mais notoriamente pelo uso da coerção, a fim de reprimir o descontentamento popular crescente, daí ser também ele considerado, pela opinião pública, como um governante autoritário. A estrutura política tornou-se cada vez mais instável, em parte devido à escalada da repressão da TPLF, que não conseguia aplicar a estratégia de federalismo étnico que desenvolveu durante mais de duas décadas de forma a adaptar-se às diversas identidades étnicas do país (Crisis Group, 2012). E em consequência, a centralização política aumentou, bem como as críticas ao regime.

Meles Zenawi foi imediatamente substituído pelo seu vice Primeiro-Ministro e também Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hailemariam Desalegn, que acabou por vencer igualmente as eleições de 2015. Nessas mesmas eleições, a EPRDF e os seus partidos afiliados conseguiram 100% dos assentos no parlamento, contribuindo para a narrativa da Etiópia ser um estado autoritário e pouco democrático. No entanto, foram colocadas em prática políticas de desenvolvimento, dando lugar a um período de crescimento económico sustentado (Lyons, 2019), que já era notório durante a época de Zenawi. Tal facto constitui a base fundamental para o apoio e a legitimidade do partido dominante da EPRDF, ou seja, a TPLF. A Etiópia continuou a registar um crescimento sem precedentes ao longo desses anos. Muitos cidadãos escaparam à pobreza como resultado desse progresso e do ponto de vista financeiro, a Etiópia era uma história de sucesso.

Mas apesar dos progressos económicos significativos - o PIB do país foi um dos que mais cresceu no mundo - houve uma clara deterioração dos direitos humanos. De 1991 a 2016, o sistema encabeçado pela TPLF manteve-se relativamente estável, em parte graças ao facto do “centro ser suficientemente forte e os novos Estados regionais suficientemente fracos para equilibrar as instituições etno-federais” (Lyons, 2019). Porém, as manifestações perturbaram esse equilíbrio, proporcionando a oportunidade para o

surgimento de uma nova liderança, que veio a concretizar-se em abril de 2018, com a eleição de Abiy Ahmed.

Em 2016, os protestos contínuos e por vezes violentos resultaram em tensões e em dezenas de milhares de detenções que não diminuíram apesar da declaração do estado de emergência em outubro desse mesmo ano (Dugo & Eisen, 2018). Essas manifestações, que resultaram do descontentamento generalizado pela crescente marginalização étnica e política do regime repressivo da EPRDF, tiveram início em 2015, envolvendo inicialmente apenas as populações das províncias de Oromia e de Amhara, até se terem espalhado pelo resto do país. Várias organizações internacionais começaram a acusar o governo etíope de abusos à liberdade de expressão, por restringir o espaço político e prender jornalistas críticos do regime e dirigentes da oposição (Lusa, 2018). Meles Zenawi no seu governo conseguira lidar com essas crises internas. Contudo, o seu sucessor não teve a mesma habilidade, vendo-se forçado a abdicar do poder.

Foi assim que Abiy Ahmed se tornou no terceiro Primeiro-Ministro a conduzir o país, desde que a EPRDF tomou o poder, em 1991, após Hailemariam Desalegn ter renunciado ao cargo por conta da forte contestação popular (Lusa, 2018). E pela primeira vez na história etíope, sobe ao poder um Primeiro-Ministro da etnia oromo, sendo atualmente o chefe de governo mais jovem do continente africano. Por ter chegado ao poder numa altura tumultuosa, Abiy Ahmed enfatizou a necessidade de uma política de paz, tendo mesmo afirmado que “os próximos tempos na Etiópia serão tempos de amor e perdão” (in Aljazeera, 2018). Mas essa afirmação provavelmente não poderia estar mais longe da verdade.

O novo Primeiro-Ministro lançou uma série de reformas com o objetivo de corrigir os erros históricos da coligação que agora liderava, e de resolver as falhas políticas da Etiópia. Deu início a um percurso ambicioso e revolucionário no país, libertando milhares de condenados, criando uma Comissão de Reconciliação e defendendo a privatização das empresas públicas (Mokaddem, 2019), tendo inclusive formado aquilo a que chamou um "gabinete reformista" – 50% do qual composto por mulheres. Além disso, numa rutura radical com o paradigma tradicional do Estado desenvolvimentista, o novo Primeiro-Ministro anunciou no Fórum Económico Mundial, em 2019, a sua visão para o crescimento do país, que afirma estar profundamente ancorada na noção de “Medemer”, que em amárico significa união. A abordagem de Abiy à paz na política etíope foi assim

reconhecida e aplaudida por todo o mundo, pelo facto de ter conseguido unificar as fações antagónicas, um feito nunca antes visto na história do país (Darar, 2023).

No entanto, foram as diligências que efetuou pela resolução da disputa com a Eritreia que lhe valeram a distinção mais honrosa no campo humanista: o Prémio Nobel da Paz. Desde a guerra fronteiriça (1998-2000) que as relações entre os dois países sempre foram conturbadas. A Eritreia exigia o respeito pela soberania e a integridade territorial do seu país, mas a Etiópia continuava sem reconhecer a região de Badme como sendo parte da Eritreia, mesmo após o Acordo de Argel. O feito histórico de Abiy Ahmed de pôr um fim às hostilidades com o inimigo de longa data permitiu o restabelecer de relações que estariam congeladas já há duas décadas. E pelos seus esforços de pacificação e cooperação internacional, foi-lhe atribuído o Prémio Nobel da Paz em 2019.

Esta decisão do Comité Nobel parece ter sido tomada com o propósito de promover o processo de paz na região do Corno de África. Porém, com o fim deste conflito, Abiy Ahmed teria agora que resolver as tensões profundamente enraizadas que voltaram a ferver em várias partes da Etiópia. Mas desta vez, a estratégia de Ahmed foi tudo menos pacífica, culminando num conflito brutal e sangrento com a TPLF que se prolongaria até ao final de 2022, num claro retrocesso face ao progresso alcançado, no campo alimentar, no período da EPRDF. Ainda que se tenham registado falhas a nível democrático e algumas desavenças políticas durante o governo da EPRDF, é impossível negar a relativa estabilidade que esta coligação assegurou ao Tigray no que toca à continuidade das políticas, projetos e programas de desenvolvimento, um fator determinante para a melhoria dos níveis de segurança alimentar no país (Durme, 2015). No entanto, este novo conflito fez explodir os casos de insegurança alimentar grave.

Capítulo 3 – A fome e a guerra civil de 2020-2022

Agora que apresentámos de forma mais aprofundada a história da Etiópia e os contextos das crises alimentares vivenciadas no último século, tornar-se-á mais clara a análise da crise humanitária registada recentemente na região do Tigray. O objetivo será perceber como a tática de Abiy Ahmed, o atual Primeiro-Ministro, se assemelha ao plano de Haile Selassie I e Mengistu Haile Mariam. Todos eles transformaram a fome num instrumento de guerra, numa tentativa de aniquilar o inimigo político e todos os seus apoiantes, destruindo todo o progresso em matéria de segurança alimentar registado nas últimas décadas na região do Tigray, e dando lugar, conseqüentemente, a uma crise alimentar catastrófica.

3.1 – Os primórdios do conflito entre a TPLF e Abiy Ahmed

Uma vez mais, a história repete-se: “Milhões de pessoas no Tigray enfrentam a fome enquanto esperam em vão por ajuda”. A notícia é avançada pelo *The Guardian*, em março de 2022, em plena guerra civil entre a Força de Defesa Nacional da Etiópia (ENDF) e a TPLF. Muitos comparam esta nova crise alimentar à tragédia vivida na Etiópia durante a década de 80, em parte pela seca que se volta a sentir na região do Corno de África, assim como o elevado número de vítimas e refugiados registados. Uma outra analogia apontada é o facto do Tigray ser novamente o epicentro de uma fome devastadora. Mas não se trata de uma mera catástrofe humanitária, tal como certos órgãos de comunicação social e analistas a caracterizaram. Ao longo deste capítulo vamos averiguar como a mão do governo está, novamente, por detrás desta tragédia que ceifou a vida a milhares de pessoas e contribuiu para a explosão dos níveis de insegurança alimentar na região.

Ao receber o prémio Nobel da Paz, em 2019, Abiy Ahmed proferiu no seu discurso que “a guerra é o epítome do fracasso para todas as partes envolvidas” (in Walsh, 2021). Porém, um ano depois, eclodiria uma guerra civil na Etiópia. E por conta das suas ações, milhões de civis etíopes viram-se forçados a enfrentar uma das piores crises humanitárias a nível mundial, tal como aconteceu há 40 anos atrás.

Enquanto uma geração mais velha de tigrenses tinha crescido com o estereótipo humilhante do seu país ser constituído por pobres famintos que dependiam de ajuda

externa, a geração mais nova tinha a esperança num país de oportunidades e progresso. No entanto, as notícias e as imagens voltam a ser as mesmas e a Etiópia é novamente lembrada pelos piores motivos.

Este conflito tem as suas raízes na complexa multiétnica presente no território etíope. Como visto anteriormente, a TPLF liderou o país durante cerca de 30 anos, e pela primeira vez na história sobe ao poder um Primeiro-Ministro da etnia historicamente marginalizada de Oromo. Num nítido afastamento da estratégia de desenvolvimento liderada pela EPRDF nas últimas três décadas, Abiy Ahmed decide, em 2019, dissolver esta coligação constituída pelos quatro partidos - com raízes em movimentos de guerrilha marxista - que representavam os principais grupos étnicos do país. A antiga coligação é unificada num único partido pan-etíope, dando origem ao “Prosperity Party”, que surge como fruto da ambição de Abiy Ahmed de remodelar radicalmente a paisagem política e económica da Etiópia (Lashitwe, 2019).

Este novo partido defende uma doutrina económica liberal, atribuindo um papel mais importante ao setor privado na economia e ao contrário da EPRDF, inclui pessoas de todos os grupos étnicos (Yibeltal, 2019). E um dos grandes motivos por detrás desta fusão é a revolta popular perante o poder que a TPLF foi acumulando enquanto partido dominante da coligação (agora extinta), apesar das suas pretensões de ser um instrumento revolucionário que defendesse os interesses de todos os grupos étnicos. E com os partidos dentro da EPRDF a quererem evidenciar-se no meio da indignação local, com especial enfoque para a OPDO e ANDM, esta coligação tornou-se cada vez mais instável, e o seu fim inevitável.

Deste modo, com a criação do “Prosperity Party” - que visa representar todo o povo etíope -, os três antigos partidos étnicos da EPRDF cessaram igualmente de existir (Allo, 2019), num claro apoio à política de centralização de Abiy Ahmed. Só restou a TPLF, que se tornou a face da oposição mais vinculada ao novo partido de Abiy Ahmed. A criação deste partido nacional “pan-etíopico” esteve na origem de uma guerra civil entre federalistas e forças unionistas, com ambos os lados a tentar controlar a política da Etiópia (Getachew, 2020). Desde então, funcionários da TPLF foram presos por alegados crimes de corrupção e demitidos de cargos federais e estatais. Esta perseguição à TPLF fez crescer um sentimento de discriminação sentido entre os membros do partido e entre os restantes membros da minoria tigrense.

Tendo isto em conta, vários tigrenses, sobretudo residentes na capital, já previam há algum tempo um conflito iminente entre o governo central e a TPLF. Porém, o que não estariam à espera seriam as atrocidades cometidas por Abiy Ahmed (Freudenthal, 2020) e os seus aliados. Apesar da EPRDF ter sido acusada de autoritarismo e abusos de poder ao longo de 27 anos, a verdade é que desde que o novo Primeiro-Ministro assumiu funções, os níveis de conflito, divisão e violência dispararam.

Claramente descontentes com o novo partido a governar o país, do qual recusaram-se a fazer parte (Lyons, 2021), a TPLF sabia que as eleições regionais, agendadas para agosto de 2020, seriam a oportunidade ideal para começarem a reconstruir o seu poder e marcar a oposição ao Prosperity Party. Parte da objeção e revolta residia no facto do novo partido abandonar o modelo de votação igualitário da EPRDF – onde cada partido teria o mesmo número de votos, independentemente da sua dimensão – em favor de um sistema proporcional, favorecendo assim os grupos de Amhara e Oromia (Gardner, 2020), as etnias com maior representatividade na Etiópia.

No entanto, Ahmed decidiu adiar essas eleições por tempo indefinido, usando como justificação a pandemia do covid-19. As tensões começaram a fazer-se sentir com cada vez mais intensidade no Tigray. E numa tentativa de desafiar o Primeiro-Ministro, a TPLF desobedece a essas ordens e organiza as suas próprias eleições regionais, em setembro desse mesmo ano, deixando de reconhecer o governo de Abiy Ahmed.

Por considerar estas eleições como inconstitucionais e ilegais, as tensões entre estas duas forças políticas começam a escalar, com o governo central a acusar a TPLF de instigar conflitos étnicos e religiosos com vista a tornar o país ingovernável, enquanto, do outro lado, a TPLF culpa o Primeiro-Ministro de querer consolidar o poder e silenciar a oposição (Makonye, 2022). Abiy Ahmed respondeu a essa desobediência com cortes de financiamento ao Tigray, tendo a TPLF tomado a decisão de retaliar, atacando uma das bases militares federal baseada no Tigray. Este ataque, justificado com o propósito de evitar o que consideravam ser uma invasão iminente das forças federais (Lauvau, 2021), feriu vários oficiais do exército nacional e levou à apreensão de quantidades substanciais de *hardware* com informações confidenciais.

Com provocações de ambos os lados, o governo central marca firmemente a sua posição e, em novembro de 2020, foi dado início a uma operação de “Law Enforcement” para

combater aquilo que considerava ser um ataque terrorista. Rapidamente as forças federais etíopes cercaram Mekelle, a capital do Tigray, através de uma ofensiva sangrenta lançada por Abiy Ahmed, a fim de eliminar a TPLF como força política (Burke, 2020). O vencedor do Prémio Nobel da Paz insistia que os esforços militares faziam parte de uma operação de ordem pública, cujo alvo seriam apenas os líderes da TPLF - aos quais se refere como um grupo criminoso - e não a comunidade tigrense em geral. No entanto, os refugiados tigrenses que se viram forçados a exilar-se no país vizinho, o Sudão, acusam o exército da Etiópia e as milícias apoiadas de abuso de poder, discriminação, assédio, incentivo ao ódio e perseguição.

O seu desejo de manter o seu poder e restringir a influência da TPLF foi um fator significativo na sua decisão de unir forças com as tropas da Eritreia, apesar da sua reputação de terríveis violações dos direitos humanos, colocando-os contra a minoria tigrense (Lauvau, 2021). Consequentemente, pessoas indefesas apanhadas no fogo cruzado testemunharam atrocidades cometidas tanto pelas forças da Eritreia como pelas Forças de Defesa Nacional da Etiópia (ENDF). E com esta relação a beneficiar tanto Abiy Ahmed como o ditador da Eritreia, Isaias Afwerki – que desejava vingança pelo longo conflito fronteiriço com a TPLF –, a verdade é que ambos não hesitaram em perseguir os seus objetivos políticos à custa de vidas inocentes (Lauvau, 2021).

Mas a Eritreia não foi a única a aliar-se à ENDF, pois também a milícia da etnia Amhara desenvolveu uma relação simbiótica com o Primeiro-Ministro, potencialmente satisfeita com a repressão aos federalistas do Tigray, mas também de Oromia (Gemechu, 2022). Foi também uma oportunidade para esta etnia, a segunda maior do país, de recuperar territórios perdidos em 1991 (Tronvoll, 2021). Ao mesmo tempo, o Exército de Libertação de Oromo (OLA) – que separou-se da OLF em 2018 – torna-se no maior aliado da TPLF, em parte por partilharem a mesma visão de um sistema federal multiétnico com estados regionais que mantenham a sua autonomia (Tronvoll, 2022). Esta aliança tem sobretudo as suas raízes no descontentamento perante as políticas governamentais de Ahmed, natural desta mesma região, e o objetivo comum de derrubar o seu governo. E à semelhança da TPLF, o governo também passou a considerar este grupo como terrorista.

A guerra dividiu-se em várias fases, tendo durado sensivelmente dois anos, sempre com várias reviravoltas. Após a ocupação do Tigray pela ENDF, em novembro de 2020, a TPLF só consegue recapturar Mekelle em junho do ano seguinte. Mas o conflito vai se

agravando ao longo de 2021, com avanços e recuos da TPLF entre Mekelle e Addis Abeba. Com uma trégua humanitária declarada pelo governo da Etiópia e retribuída pela TPLF, em março de 2022, foi finalmente permitida a retoma da ajuda internacional. Porém, as hostilidades militares recomeçaram, 5 meses depois, com ambas as partes a culparem-se mutuamente pelo ataque (Agence France-Presse, 2022). Por último, o assalto final da ENDF, do exército da Eritreia e da milícia de Amhara, pôs fim às hostilidades com a rendição da TPLF. A assinatura do acordo de paz entre a TPLF e o governo de Abiy Ahmed teve lugar em Pretória, África do Sul, em novembro desse mesmo ano (van Niekerk, 2023), marcando finalmente o fim de uma guerra sangrenta e destruidora, com ambas as partes a concordarem com um plano de desarmamento e com o reinício de serviços essenciais, incluindo o fornecimento de assistência humanitária.

Durante o conflito, o Tigray ficou praticamente isolado do resto do mundo, sem qualquer tipo de acesso a Internet, telefones ou eletricidade. Foi igualmente negada a entrada de repórteres na província, sendo que o governo, por deter o controlo dos meios de comunicação estatais, foi espalhando a sua narrativa de como a TPLF era um grupo perigoso que tinha de ser combatido. Mas não se tratou meramente de um bloqueio aos meios de comunicação, pois rapidamente se instaurou um cerco na região do Tigray pela ENDF, provocando a morte de civis, a deslocação maciça de residentes, a destruição de infraestruturas, a interrupção de todos os serviços públicos, inclusive na área da saúde, educação, transportes, e o quase colapso das atividades económicas na região (Weldergiagris, et al, 2023). E ao fazer isso, tornou-se mais fácil bloquear a ajuda humanitária, nomeadamente a ajuda alimentar, uma tática bárbara do governo que analisaremos de seguida.

Ao longo destes dois anos de conflito, várias atrocidades foram cometidas, e a verdade é que o número de vítimas poderá nunca ser conhecido. No entanto, com base em estimativas, o conflito na Etiópia é um dos mais mortíferos do século XXI (Naranjo, 2023). Jan Nyssen, um geógrafo da Universidade de Gante, Bélgica, prevê que até 600 mil civis tenham morrido durante a guerra entre novembro de 2020 e novembro de 2022 (in Naranjo, 2023). As três categorias incluídas no estudo de Nyssen são: as vítimas de bombardeamentos e massacres (10% do total de vítimas mortais), as que morreram por falta de assistência médica devido ao encerramento ou escassez de hospitais e centros de saúde (30%) e as vítimas que morreram de fome, sendo esta de longe a maior causa de morte durante o conflito armado (60%).

Mas é claro que as acusações de crimes não são apontadas unicamente à ENDF ou ao exército eritreu. Também a TPLF é acusada de atacar e perseguir o povo amárico (Freudenthal, 2020), entre outros exemplos. No entanto, apesar dos crimes também cometidos pela TPLF, a alegação de que se tratou de uma guerra com motivações étnicas destinada a subjugar e extinguir toda uma etnia só pode ser feita contra um dos lados, e como explanado, entre todos os crimes de guerra cometidos, existem evidências claras de que a fome tenha sido provocada intencionalmente pelo governo.

3.2 – A fome como arma de guerra no Tigray entre 2020-2022

Utilizar a fome, quer seja de forma direta ou indireta, é uma tática intemporal na guerra e tem sido a arma de eleição dos diferentes governos da Etiópia quando são confrontados com o descontentamento popular, que muitas vezes está na origem das insurreições e das guerras civis. As táticas de extermínio através da fome impostas por Abiy Ahmed durante o recente conflito armado já não passam despercebidas, sobretudo por se assemelharem aos ardis dos seus antecessores, nomeadamente Haile Selassie I e Mengistu Haile Mariam. Ao longo de dois anos de guerra civil, o Primeiro-Ministro foi utilizando este método de forma sistemática, colocando assim em risco a vida de milhares de pessoas, e consequentemente, aumentando exponencialmente o número de vítimas associados a casos de fome grave.

Como referido, a privação de alimentos e de outros meios e atividades necessários à manutenção da vida – nomeadamente saúde e abrigo – são elementos compreendidos pela Convenção de Genebra na consideração daquilo que constitui um crime de guerra (ICRC, 1977). Existia um entendimento por parte do governo etíope sobre como ocultar estas infrações e atentados aos direitos humanos. Deste modo, ao negar a existência de uma catástrofe humanitária, Abiy Ahmed mostrou-se cúmplice de um ato criminoso contra o povo tigrayense, levando a adiante as suas táticas que instigavam a fome em massa, mesmo ciente da gravidade da situação.

Durante uma entrevista à BBC no dia das eleições gerais do país, em junho de 2021, o primeiro-ministro afirmou que “não há fome no Tigray” (BBC, 2021). Reconheceu, contudo, a existência de um “problema” na região mas que o governo era capaz de o resolver. Porém, a verdade é incontornável, e nessa mesma altura, o índice internacional

que mede a fome a nível mundial, a Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar (IPC), colocou cerca de 5,5 milhões de pessoas da região do Tigray na Fase 4 da Escala IPC - emergência humanitária - e 350 mil na Fase 5, que corresponde a catástrofe humanitária / “famine” (Naranjo, 2023).

O governo de Abiy negou veementemente a entrada de quase todos os meios de comunicação independentes do mundo exterior no Tigray. Ciente das implicações da exposição de uma nova crise alimentar catastrófica no país, o novo governo sabia que não poderia arriscar a sua reputação com as manchetes internacionais a exporem imagens de pessoas esfomeadas, sobretudo quando esta fome tem origem num problema político interno. Foi imposto um *blackout* total de notícias a fim de impedir que as imagens e a informação se espalhassem (de Waal, 2021). Tom Gardner, correspondente da revista “The Economist” e colaborador do The Guardian, foi inclusive expulso da Etiópia, em maio de 2022, com o argumento de que tinha adotado uma abordagem errada em relação ao conflito. No início desse mês, a Africa News também noticiou uma repressão governamental contra jornalistas e ativistas, resultando na detenção de mais de 4 mil pessoas (Inza, 2022).

Acresce ainda o facto dos serviços telefónicos e a internet no Tigray também terem sido cortados, desde novembro de 2020, numa clara restrição à liberdade de expressão. O impacto deste *shutdown*, que durou mais de 2 anos, foi devastador, permitindo que as violações dos direitos humanos continuassem longe dos olhares da comunidade internacional (Tackett & Felicia, 2023). E é claro que sem os dados exatos sobre os níveis de subnutrição, o número de vítimas mortais ou o consumo de alimentos, torna-se difícil categorizar a fome, pois não existem informações precisas para provar a dimensão do problema (de Waal, 2021). Mas apesar de um rigoroso bloqueio de informação, foram divulgadas notícias perturbadoras de crimes contra a humanidade, nomeadamente indícios de limpeza étnica, utilizando a fome como um instrumento de guerra, que vamos mais à frente analisar.

O governo de Abiy Ahmed fez o seu melhor para impedir que esta fome se tornasse do conhecimento público, quer seja através do bloqueio de repórteres na província do Tigray, como também o bloqueio da ajuda humanitária às zonas controladas pelos rebeldes. A ideia seria deixar a fome seguir o seu curso e não intervir de forma alguma, exceto para bloquear o acesso à ajuda humanitária (Ghebrehiwet, 2021). Ou seja, não se trata apenas

de esconder os seus crimes, pois ao obstruir sistematicamente o fornecimento de ajuda essencial à região o governo também está a instigar a crise alimentar.

É igualmente um dilema para as agências humanitárias, uma vez que ao denunciarem os abusos que testemunham arriscam-se a ser expulsas do país, como chegou a acontecer. Por outro lado, se permanecerem em silêncio, tornar-se-ão cúmplices dos crimes de fome cometidos pelo governo (de Waal, 2021). E tendo em conta que os recursos das organizações humanitárias já são limitados, é fulcral evitar a todo o custo comprometer a missão a que se dedicam.

O governo etíope foi bastante rigoroso no controlo da distribuição de ajuda humanitária, acusando certas organizações humanitárias de fornecerem bens a favor das tropas rebeldes (Agence France-Presse, 2022), levando inclusivamente à expulsão do país de sete funcionários-chave das Nações Unidas, entre eles o chefe da UNICEF, o chefe da UNOCHA e um alto funcionário do gabinete do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, numa clara afronta aos princípios humanitários da ONU (The New Humanitarian, 2021).

A ajuda de emergência foi extremamente politizada, com o governo central a controlar de perto o modo de atuação das organizações humanitárias. Alguns trabalhadores humanitários foram acusados de parcialidade e sujeitos a desinformação e hostilidade por parte do governo (Clark, 2021). E aqueles que se manifestavam contra o bloqueio à ajuda e outros crimes cometidos pela ENDF eram percecionados por Abiy Ahmed como apoiantes da TPLF, numa tentativa de ajudarem a derrubar o seu governo. A situação piorou sobretudo quando a TPLF foi ganhando força e começou a avançar em direção à capital, ao longo do verão de 2021. Mas mesmo assim, não existem provas claras que sustentem estas alegações e as agências humanitárias e os doadores rejeitam-nas firmemente (The New Humanitarian, 2021).

Por outro lado, a TPLF também acusou certas organizações humanitárias de trabalharem de perto com o governo e abandonarem o povo tigrense. As agências de ajuda humanitária relataram uma dificuldade crescente em sair da capital, Mekelle, para as zonas mais rurais, invocando problemas de segurança e vários impedimentos burocráticos (Clark, 2021). Isto porque a presença militar etíope ao longo das principais estradas continuava a impedir a circulação livre e segura dos agentes humanitários. Em meados de março de

2021, a OCHA confirmou inclusive que grande parte da prestação de serviços humanitários estava limitada a Mekelle. A ajuda humanitária foi alvo de acusações de ambos os lados do conflito e o seu trabalho no terreno foi claramente comprometido e dificultado.

Este bloqueio governamental *de facto* ao Tigray fazia assim parte da estratégia intencional de Abiy Ahmed a fim de subjugar o povo do Tigray à autoridade do governo. E embora o governo tenha sido repetidamente acusado de bloquear o Tigray, negou sempre ter obstruído propositadamente a ajuda. O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, chegou mesmo a alertar para o facto da situação humanitária estar a ser agravada pela suspensão contínua dos serviços básicos essenciais (Inza, 2022). Também o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, antigo Ministro da Saúde da Etiópia, se pronunciou em relação à situação vivida no seu país natal, afirmando que o bloqueio da ajuda humanitária estaria a “causar o inferno” na região do Tigray. Em contrapartida, o governo etíope acusou igualmente Tedros Adhanom de tentar obter armas e apoio diplomático para as forças rebeldes, acusações essas que o próprio negou (Aljazeera, 2022).

No entanto, existem ainda várias provas que indicam que outras táticas, mais diretas, do uso da fome como arma de guerra foram também utilizadas pelas Forças de Defesa Nacional da Etiópia, assim como pelo Exército da Eritreia e as forças da região vizinha de Amhara (Gebregiorgis, 2021). Esta tríplice aliança anti-Tigray, formada convenientemente entre os inimigos da TPLF antes do início das hostilidades, visava aniquilar a TPLF e o seu exército, destruir a estrutura de desenvolvimento da província, obliterar grande parte do seu património cultural e sobretudo, desmembrar o seu domínio (Ghebrehiwet, 2021). Na verdade, antes da guerra eclodir, os nacionalistas de Amhara já estariam a preparar este plano de aniquilação do Tigray, cultivando durante anos o ódio étnico à população tigrense e retratando-os como o inimigo, preparando assim o terreno para o ataque total à região junto do exército etíope. As milícias de Amhara foram inclusive acusadas de "limpeza étnica" (Walsh, 2021) ao Tigray Ocidental, que representa quase um terço do território constitucionalmente estabelecido do Tigray.

Existem inúmeros testemunhos de destruição coletiva de equipamento e propriedades agrícolas, roubo de colheitas e de gado, bem como assédio constante e perseguição a agricultores de forma a impedi-los de lavrarem e cultivarem os seus terrenos agrícolas. E

como é óbvio, todos estes atos têm ramificações a longo prazo. Segundo dados da OCHA (in Clark, 2021), em novembro de 2020, as forças de Amhara ocuparam a região ocidental do Tigray e várias cidades a noroeste e sul da província, expulsando os residentes tigrênses, especialmente das terras baixas, onde muitos residentes foram realojados após a TPLF ter assumido funções no governo. Estima-se que cerca de 140 mil pessoas tenham sido removidas à força.

No entanto, fugir também nem sempre era tarefa fácil, pois existem testemunhos de que soldados de Amhara tenham impedido repetidamente a população de sair da região, evidenciando assim indícios de abuso e manipulação psicológica a estes residentes. E aqueles que conseguiram fugir depararam-se com a escassez de cuidados de saúde essenciais, água e saneamento nos abrigos onde se protegiam do conflito. Esta situação também dificultava seriamente a ajuda alimentar em intervir. A OCHA revelou a existência de desafios contínuos no fornecimento de alimentos após a sua chegada ao Tigray, sobretudo porque não tinham a capacidade para registar todas as pessoas deslocadas internamente, tornando-as ineligíveis para receber assistência alimentar (Clark, 2021).

Tudo aparentava ser um estratagema que visava criar uma fome particularmente devastadora, submetendo o povo tigrênses a uma situação desumana e dependente de ajuda internacional humanitária, mas que poderia ser a qualquer momento bloqueada pelo governo. Além disso, era evidente a tática que visava garantir que nenhum alimento fosse produzido na área, com os soldados etíopes e eritreus a exercer a sua autoridade sob o Tigray e proibindo sistematicamente os agricultores de prepararem as suas plantações durante a estação chuvosa, que dura sensivelmente entre junho a setembro (Paravicini & Houreld, 2021).

O conflito começara no pico da principal época agrícola (Meher), quando muitos agregados familiares ainda não tinham efetuado a colheita, e estima-se que mais de 90% dessas colheitas se tenham perdido e que milhares de cabeças de gado da região tenham sido saqueados ou abatidos (Paravicini & Houreld, 2021). Ora, tendo em conta que a maioria dos tigrênses depende da agricultura de subsistência, é evidente que os casos de fome tenham disparado. No entanto, outros decidiram desobedecer a esses comandos, por uma questão de sobrevivência, levando à sua detenção, bem como à apreensão dos seus

equipamentos agrícolas. Em certos casos o próprio gado era assassinado pelo exército. O objetivo era muito simples: garantir que a população morresse à fome.

As operações militares visavam especificamente atingir os sistemas alimentares, com saques e pilhagens sistemáticos de alimentos e explorações agrícolas, um esforço evidente para usar a fome como instrumento de guerra e levar à rendição (e extinção) da TPLF. Testemunhas afirmam que grupos armados se apoderaram dos fornecimentos de ajuda, relatando o caso de militares eritreus terem retido a ajuda alimentar até que as famílias apresentassem os seus homens e rapazes, provavelmente para serem presos ou até mesmo executados (Clark, 2021). O relatório da Amnistia Internacional (2021) sobre os bombardeamentos e o massacre na cidade de Aksum, no Tigray, inclui uma descrição exaustiva dos bens confiscados à população pelas forças da Eritreia, muitos dos quais estão diretamente relacionados com a alimentação e produção agrícola.

Na mesma ótica, os residentes da cidade de Humera relataram à Comissão Etíope dos Direitos Humanos que os soldados eritreus esvaziaram os armazéns de alimentos e cereais (Clark, 2021). As infraestruturas hídricas, essenciais para a agricultura, também foram alvo de danos, sendo que muitos dos fundos dos doadores foram utilizados para construir e desenvolver estas redes urbanas de água e saneamento (Clark, 2021).

Eis que surge um vislumbre de esperança no final de junho de 2021, após oito meses de conflito, quando o regime etíope declara um "cessar-fogo unilateral", uma decisão que foi amplamente aplaudida pelas diferentes organizações internacionais (de forma errónea), no pressuposto de que conduziria à abertura da região à assistência humanitária e ao diálogo. Mas o que não estariam à espera era de que se tratava de uma continuação da campanha de guerra genocida ao Tigray, e talvez a fase mais sombria do conflito (Weldemichel, 2022). E as forças da TPLF desde logo desconfiaram das intenções de Abiy Ahmed ao declarar este cessar-fogo.

Alegando que o objetivo do “cessar-fogo unilateral” seria permitir aos agricultores plantarem os seus terrenos agrícolas e aos agentes humanitários de prestarem auxílio, mais tarde veio a descobrir-se que o verdadeiro propósito do acordo do governo seria punir o povo do Tigray por apoiar as forças da TPLF que tinham derrotado o exército do regime, no verão de 2021 (Weldemichel, 2022). Pouco tempo depois, em finais de agosto, as tensões acabaram por recomeçar, com as partes a culparem-se mutuamente pelo ataque

que violou o breve período de tréguas (CNN, 2022). Adicionalmente, a TPLF alegou que o governo e os seus aliados teriam posicionado as suas tropas junto à fronteira sul, na semana anterior ao reemergir do conflito.

As armas silenciaram-se finalmente em novembro de 2022, após as partes envolvidas terem acordado o cessar permanente das hostilidades. Na verdade, a TPLF dera o primeiro passo para afirmar a trégua, em parte devido ao seu estado debilitado nesta última fase do conflito. A debilidade do grupo teria principalmente origem na privação de alimentos, mostrando-se então a TPLF disposta a “respeitar uma cessação imediata e mutuamente acordada das hostilidades, a fim de criar uma atmosfera propícia” (Government of Tigray, 2022).

Podemos constatar que existe uma tentativa de utilizar a fome como arma de guerra no Tigray, e que o conflito teve um efeito devastador na segurança alimentar da região. De acordo com os dados da FEWS NET (in Clark, 2021), o Tigray era uma das regiões com menor insegurança alimentar registada na Etiópia em meados de 2020. No entanto, anos de investimento e progresso económico e social nesta região foram destruídos, em consequência do plano estratégico de Abiy Ahmed para enfraquecer o inimigo. Esse retrocesso teve especial repercussão no trabalho desenvolvido no campo da segurança alimentar.

3.3 – Quando a fome é sobretudo um problema político

A fome sempre marcou a imagem da Etiópia, assim como dos restantes países da região do Corno de África. Ano após ano, surgem notícias e estudos que tentam explicar este fenómeno e, ao mesmo tempo, encontrar uma solução que ponha fim a este ciclo de crises alimentares constantes. E ao relatarem a problemática da insegurança alimentar, os *media* e alguns académicos têm tendência a focar-se maioritariamente nas questões ambientais e/ou socioeconómicas para explicar o porquê da fome persistir nesta região. Uns olham sob o prisma do agravamento das alterações climáticas, que por sua vez intensificam os períodos de seca extrema e dificultam a produção agrícola. Do outro lado, o discurso desenvolvimentista problematiza a fome e a insegurança alimentar como resultado da pobreza crónica que contribui para o exacerbar das fragilidades socioeconómicas, o que pode resultar numa situação de insegurança alimentar crónica. Porém, o estudo da

insegurança alimentar associada a conflitos armados continua a ser negligenciado e insuficientemente explorado no Tigray (Weldegiargis et al, 2023).

Ora, é certo que estes problemas também existem no território etíope e obviamente são merecedores de atenção, sendo também eles fatores que contribuem para a escassez alimentar. No entanto, resolver estas questões de carácter socioeconómico e ambiental com vista a dar resposta ao problema da fome e da insegurança alimentar, é manifestamente insuficiente, sobretudo quando analisamos as grandes crises alimentares que marcaram a história do Tigray, seja na segunda metade do século XX, ou mais recentemente, em 2022, e rapidamente percebemos que coincidem com os períodos em que o país se vê mergulhado em guerras civis.

Este facto é comprovado através da resposta internacional à fome na Etiópia durante a década de 80, simbolizada pelo concerto *Live Aid*, em julho de 1985, em Wembley e Filadélfia (Grill, 2010). Quando os meios de comunicação revelaram as dimensões daquela que seria a maior catástrofe humanitária do final do século XX, vários artistas de renome reuniram-se com um objetivo comum: realizar um concerto de beneficência a fim de angariar fundos para ajudar a aliviar a fome na Etiópia.

E num triunfo da tecnologia e da boa vontade, o evento conseguiu angariar no total mais de 125 milhões de dólares, e a publicidade que gerou incentivou as nações ocidentais a disponibilizarem excedentes de cereais para acabar com a crise alimentar em África (History, 2009). Foi um evento retratado como um grande sucesso e o Ocidente mostrou-se orgulhoso da sua solidariedade. O *Live Aid* estabeleceu o modelo para os concertos de angariação de fundos e o rosto da ajuda transformou-se. Porém, o rosto da fome continuou a ser a Etiópia.

Após uma investigação sobre o curso dos fundos angariados durante os concertos, veio a descobrir-se que ao invés do dinheiro ser alocado para o alívio da fome na Etiópia, grande parte acabou por ser utilizada pelo ditador Mengistu Haile Mariam, que canalizou as doações provenientes do Ocidente para a aquisição de armas sofisticadas, possibilitando-o de esmagar a oposição de forma mais rápida, eficiente e cruel (Spin Staff, 2015), e perpetuando ainda mais o conflito e a fome.

Como supramencionado, existem evidências de que, antes do conflito rebentar, em novembro de 2020, o Tigray já tinha alcançado um certo nível de segurança alimentar

que permitia uma qualidade de vida superior à de gerações passadas (Clark, 2021). Mas hoje o Tigray volta a ser lembrado pelos piores motivos, enfrentando uma crise alimentar grave cujas proporções são semelhantes às vividas nas décadas de 70 e 80.

Porém, mesmo durante o decorrer do conflito, em que a fome estaria a ser instrumentalizada como arma de guerra, certos órgãos de comunicação e alguns analistas continuaram a enfatizar outros problemas, nomeadamente a questão ambiental, sem mencionar a politização da fome por detrás desses fenómenos.

Ao longo do verão de 2022, em plena guerra civil, intensificam-se as notícias sobre o fenómeno “La Niña”, que consistiu no arrefecimento em grande escala das temperaturas da superfície do oceano no Pacífico (WMO, 2022). Tal anomalia afetou os padrões de temperatura e de precipitação em diferentes partes do mundo, com especial enfoque para a região do Corno de África, agravando as secas e inundações (Schlein, 2022).

Na altura já se falava igualmente das falhas das chuvas sazonais pelo quinto ano consecutivo, sendo que a temporada longa de chuvas, que dura sensivelmente entre os meses de março e maio, tem ficado cada vez mais seca com o passar dos anos. Acresce ainda o facto destas condições de seca resultarem em solos severamente compactados, impossibilitados de absorver a água, e portanto, tornando as inundações mais severas (Agência Lusa, 2023).

O artigo de Berhane & Tesfay (2020) expõe este problema ambiental em mais detalhe, analisando as tempestades “El Niño” e “El Niña” na Etiópia, inclusive na região do Tigray, e o seu impacto na agricultura e na segurança alimentar. O artigo em questão centra-se principalmente na importância da adoção de estratégias de adaptação adequadas que possam resolver e/ou reduzir os impactos negativos destes fenómenos naturais. Ora, pouco tempo após a publicação deste artigo, eclode o conflito entre a TPLF e as Forças de Defesa Nacional da Etiópia, e as atenções de Ahmed voltam-se para esta guerra sangrenta, e o combate às alterações climáticas deixa de ser a prioridade.

Enquanto decorria esta guerra civil, na outra ponta do país, mais propriamente na província de Somali, na região sul, os riscos associados à seca intensificaram-se gravemente, ameaçando a vida de cerca de 8 milhões de pessoas que se encontravam em situação de fome potencialmente fatal (Gerth-Niculescu, 2022). Por conta da guerra no

norte, a capacidade do governo de responder à seca, na região sul, foi gravemente comprometida, pelo facto do conflito armado absorver grande parte da atenção e das receitas do governo federal. Esta realidade é retratada por Mahmoud Hussein, um pastor de 22 anos desta região, que afirma que "durante as secas anteriores, o governo fornecia-nos alimentos, mas agora não recebemos nada" (Gerth-Niculescu, 2022). Deste modo, podemos ver como a violência resultante do conflito torna a seca não só numa questão climática, mas também num desafio de desenvolvimento e segurança (Aydid in Creta, 2022), dificultando a ajuda a outros setores fundamentais. Esta guerra não só desencadeou inúmeras violações dos direitos humanos e a morte de milhares de pessoas, como também arruinou uma das economias mais promissoras de África (Financial Times, 2022), impedindo inclusive o combate adequado às alterações climáticas e aos seus efeitos adversos na produção agrícola.

Contudo, no relatório publicado pelo FSIN, "Global Report on Food Crises 2023", apesar de fazerem referência ao conflito, os extremos climatológicos foram considerados o principal fator de insegurança alimentar grave na Etiópia, "onde a seca afetou mais pessoas do que o conflito". Adicionalmente, prevê-se que a insegurança alimentar aguda atinja o seu pico durante o período de escassez de julho a setembro, "devido aos efeitos de cinco estações consecutivas de precipitação abaixo da média, de conflitos prolongados e de choques macroeconómicos, que afetam principalmente os preços dos alimentos e dos combustíveis" (FSIN, 2023). No entanto, verificamos como não existe nenhuma referência ao facto da fome ter sido gravemente exacerbada num ato deliberado do governo.

Ao analisar a insegurança alimentar no Corno de África, Bedasa e Bedemo (2022), também são parte integrante desta narrativa, continuando a afirmar que "a situação de segurança alimentar da Etiópia está a piorar devido às alterações climáticas globais", ignorando o facto do conflito armado estar a devastar o Tigray e a contribuir drasticamente para o agudizar da fome.

A mesma visão é partilhada num dos relatórios da FEWS NET (2022), referindo que o Tigray permanece a área de maior preocupação no que toca à crise humanitária, em parte porque a migração sazonal – que é normalmente uma fonte crítica de rendimento – "não é uma opção viável por conta da insegurança". Este artigo em questão também menciona como as "distribuições de ajuda humanitária não são suficientes para atenuar os défices

de consumo alimentar”. Por conseguinte, apesar do clima de insegurança ser supramencionado, pouca atenção é dada ao conflito e ao seu real impacto na insegurança alimentar da região.

Mas hoje sabemos que parte do esquema de guerra de Abiy Ahmed incluía impedir a população de se deslocar livremente, mesmo estando ciente que os tigrênses em muito dependem da mobilidade, sobretudo por conta da agricultura sazonal. Acresce ainda o facto da ajuda humanitária ter sido bloqueada minuciosamente pelo governo, dificultando seriamente o trabalho das organizações humanitárias que se viram impossibilitadas de levar a ajuda onde esta era mais precisa.

A FAO apresenta a cada ano o relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, atualizando os progressos realizados a nível mundial para atingir as metas de erradicação da fome e de todas as formas de subnutrição. E no relatório mais recente, publicado em julho de 2023, a FAO sublinha repetidamente que “a intensificação e a interação dos conflitos, os extremos climáticos e os abrandamentos e recessões económicas, combinados com alimentos nutritivos altamente inacessíveis e desigualdades crescentes, estão a desviar-nos do caminho para atingir as metas do ODS 2”. No entanto, ao mencionarem o caso da Etiópia, não existe nenhuma referência ao conflito do Tigray ou aos efeitos adversos da guerra na insegurança alimentar. Existe contudo uma área dedicada ao papel da proximidade urbana na intensificação agrícola aplicado ao caso de estudo da Etiópia.

A abordagem do problema da fome no Tigray tem sido tradicionalmente atribuída a estes fatores de origem ambiental e socioeconómico, relacionados maioritariamente com a disponibilidade de alimentos, o desenvolvimento agrícola ou os efeitos adversos do clima. Ou seja, a abordagem vigente sobre este tema da insegurança alimentar não tem tanto a questão do problema político como prioridade máxima a ser solucionada. Ora, é claro que o problema das alterações climáticas deve ser discutido, pois a combinação letal de temperaturas elevadas e pouca chuva tem um impacto real e preocupante na vida da população etíope, sobretudo daqueles que vivem da agricultura, lembrando que é o setor mais importante do país (Bühne, 2022). Mas ao mesmo tempo, sabe-se que desde a década de 90 - altura em que a EPRDF, nas mãos da TPLF, passou a governar o país - que o Tigray tem vindo a ser objeto de uma recuperação paisagística bem-sucedida,

contribuindo não só para o bem-estar do ecossistema como para a segurança alimentar da região (Bühne, 2022).

Para fazer face à pobreza e à insegurança alimentar, especialmente após terem vivenciado em primeira mão a grave crise alimentar dos anos 80, o governo regional do Tigray há muito que promove soluções pensadas no ambiente. Com Meles Zenawi no comando, foi implementada desde logo uma política de desenvolvimento agrícola baseada na conservação, colocando ênfase na sustentabilidade ambiental e na conservação dos recursos naturais como forma de aumentar a produtividade agrícola e a soberania alimentar (Bühne, 2022). De reforçar ainda que a liberalização da economia e o acompanhamento dos programas de desenvolvimento do sector agrícola também foram incentivando os agricultores a otimizar as suas produções agrícolas (Edwards, Egziabher, & Araya, 2010).

Na mesma ótica, a aproximação da EPRDF ao Ocidente também permitiu ao Tigray de desenvolver projetos através de contribuições dos doadores internacionais, aliviando alguns dos problemas associados à seca. Isto significa que esta nova crise humanitária é também um desafio para a comunidade internacional, que gastou recursos e conhecimentos substanciais nas últimas três décadas para garantir que as províncias da Etiópia, anteriormente propensas à fome, não tivessem que passar novamente por uma crise alimentar grave (Clark, 2021). Graças à ajuda internacional, foi então possível colocar em prática projetos como o “Productive Safety Net Programme” (PSNP), implementado em 2005, e financiado em cerca de 75% por doadores internacionais e 25% pelo Governo Federal (Clark, 2021). Pretendia-se com isso a redução da pobreza da Etiópia, e a transformação da agricultura do país num sector mais produtivo e competitivo.

O PSNP tornou-se amplamente reconhecido como um sucesso em termos de assistência a agregados familiares em situação de insegurança alimentar crónica e de prevenção da venda forçada de ativos produtivos em tempos de necessidade. O programa também provou ser benéfico durante a crise económica causada pela pandemia do Covid-19, com o Banco Mundial a descobrir provas adicionais do efeito protetor das transferências do PSNP no estado da segurança alimentar das famílias participantes (Clark, 2021). No entanto, as transferências do PSNP pelo governo federal terminaram em outubro de 2020,

quando as relações entre a autoridade regional de Tigray e o governo federal se deterioraram (Clark, 2021).

Um outro exemplo é o “National Disaster and Risk Management Commission” (EDRMC), a principal agência de coordenação de prevenção e resposta a catástrofes. Foi estabelecido em 2015 pelo Conselho de Ministros, e também tem a responsabilidade de distribuir apoio de emergência, nomeadamente fertilizantes, novas sementes, alimentos para animais e cereais (Creta, 2022). No que toca aos objetivos desta Comissão, a função de resposta continua a dominar a maior parte do seu orçamento e financiamento, sendo que progressos significativos foram registados na redução do número de vítimas e de perdas económicas relacionadas com as catástrofes naturais. E os parceiros internacionais deste projeto incluem a União Europeia, a USAID, o Grupo do Banco Mundial, a UNDRR, a Fundação de Investigação CIMA, o projeto “Building Resilience in Ethiopia” (BRE), a Fundação Bill e Melinda Gates, a AECID, o Centro Asiático de Preparação para Catástrofes, entre outros parceiros de desenvolvimento (Reliefweb, 2022). Mas no âmbito do processo de reforma governamental de Abiy Ahmed, o EDRMC ganhou autonomia e está agora sob a alçada do gabinete do Primeiro-Ministro (Reliefweb, 2022).

A Etiópia também desenvolveu o programa “Food-for-Work” (FFW), em parceria com o PAM, a fim de reduzir as vulnerabilidades relacionadas com as crises alimentares. Na verdade, o Tigray foi uma das primeiras regiões do país a testar este projeto, e também a que recebia a maior parte da ajuda alimentar (Clay et al., 1999). A ajuda alimentar na Etiópia tem assumido tradicionalmente a forma de alimentos gratuitos e de alimentos por troca de trabalho, frequentemente em resposta à seca e à escassez de alimentos associada (Jayne et al., Caeyers in Debela, 2021). Em resultado da insegurança alimentar persistente, a política de segurança alimentar do país passou a incluir gradualmente a ajuda a longo prazo a agregados familiares rurais desfavorecidos. E desde 2005 que os programas etíopes do FFW têm sido geridos principalmente pelo PSNP. Estes projetos do FFW, no Tigray, centram-se principalmente na reabilitação dos recursos naturais, nomeadamente a construção de lagos, de estruturas de conservação do solo e da água, de estradas de acesso rural e o cercamento de áreas e a florestação.

Iniciativas como o PSNP, o EDRMC, o programa “Food-for-Work”, entre outras iniciativas, permitiram à maior parte do Tigray de finalmente integrar a categoria de “Segurança Alimentar” (IPC Fase 1) pouco tempo antes do início das hostilidades, em

novembro de 2020 (Clark, 2021). Foi inclusive graças a esse plano de desenvolvimento que a resposta à seca severa de 2015-2016 foi eficaz, mostrando como a Etiópia tem a capacidade de montar grandes operações humanitárias (Clark, 2021). Cientes da gravidade da quebra de colheitas durante essa época, o governo etíope, na altura ainda sob liderança da EPRDF, contribuiu com 500 milhões de dólares das suas próprias reservas e desenvolveu um programa, utilizando o PNSP, que levou a ajuda alimentar adicional a mais de 10 milhões de pessoas em necessidade. O governo assumiu a liderança, tendo os doadores e as organizações internacionais, nomeadamente o PAM, aplaudido estas políticas. Graças a este esforço e compromisso, a seca e a crise alimentar desse ano terminaram com muito poucas vítimas registadas (Clark, 2021).

Toda esta estratégia e planeamento transformou o Tigray “de uma região agrícola improdutiva e cronicamente insegura do ponto de vista alimentar, “a uma das regiões com maior segurança alimentar do país” (Clark, 2021). Os dados mostram melhorias substanciais em termos de segurança alimentar na região, sendo que antes do conflito, a produção de sésamo e a exploração mineira artesanal constituíam os principais meios de rendimento de cerca de 1/3 da população total tigrense e de cerca de 40% da população rural (Clark, 2021). Além disto, segundo dados do PAM (2022), antes do início das hostilidades, o sistema alimentar existente tinha a capacidade de apoiar e sustentar a grande maioria da população tigrense.

Apesar da população ter sido exposta repetidamente a múltiplos choques, nomeadamente a seca, infestações de gafanhotos do deserto e a pandemia de COVID-19, os resultados de várias avaliações à segurança alimentar confirmam como a maioria conseguiu fazer face a estas situações. Foi sem dúvida uma conquista importante e que levou cerca de três décadas para ser alcançada. No entanto, este sucesso foi completamente ameaçado pela desflorestação e destruição provocada pelo recente conflito armado.

Ora, não deveriam os doadores internacionais reagir com indignação face à destruição intencional do seu “parceiro de desenvolvimento” de um esforço comum de redução da pobreza e da prevenção da fome? (Clark, 2021). De que serve colocar em prática projetos que ajudam a combater o problema do aquecimento global e as vulnerabilidades relacionadas à insegurança alimentar quando um governo decide deliberadamente arrasar todo esse progresso ao declarar guerra a um inimigo político?

As piores crises alimentares ocorreram em zonas de conflito armado, o que ilustra uma forte correlação entre estas variáveis (Weldergiaris et al, 2023). A guerra civil de 2020-2022, no Tigray, veio nos mostrar uma vez mais como o progresso feito em matéria de segurança alimentar e desenvolvimento agrícola pode ser gravemente comprometido por conta da guerra. Décadas de progressos e ganhos duramente obtidos invertem-se em alguns anos de destruição imprudente e irresponsável (Clark, 2021), sendo inegável que se tratou claramente de um ato consciente e deliberado do governo de Abiy Ahmed. E mesmo em períodos de paz, o investimento na segurança alimentar pode não ser garantido, pois hoje existem provas de como a ajuda alimentar no Tigray tem sido desviada após o acordo de paz (Getachew, 2023).

Antes do cessamento temporário da ajuda alimentar, a FEWS NET, também financiada pela USAID, tinha advertido para a urgência de assistência alimentar e como esta “deveria, no mínimo, ser mantida nos níveis atuais, a fim de se evitar a mortalidade generalizada relacionada com a fome e o colapso total dos meios de subsistência”. Mas enquanto milhões de pessoas continuam a depender da ajuda alimentar, tanto a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) como o PAM viram-se forçados a suspender as suas atividades, no Tigray, por conta de alegações de roubo de alimentos em grande escala. E ao que tudo indica, funcionários do governo federal regional, comerciantes privados e também o exército estão envolvidos neste escândalo. Numa carta enviada pelo diretor do PAM, em abril deste ano, foi solicitado aos parceiros humanitários que partilhassem “quaisquer informações ou casos de utilização indevida, apropriação indevida ou desvio de alimentos” que tivessem conhecimento (VOA, 2023).

A abordagem do problema da fome continua a ser um dos maiores desafios de desenvolvimento da Etiópia, tornando-se num tema delicado e que continua vinculado ao nome do país. No entanto, é preciso reforçar o estudo do papel dos conflitos no declínio da segurança alimentar e dos meios de subsistência no país. Devereux (2000) mencionara já que as explicações da fome na Etiópia pelas lentes de interpretação da “ecologia física” assim como da “economia política” são meramente explicações parciais da vulnerabilidade da Etiópia à insegurança alimentar, e que nenhuma delas é considerada suficiente por si só. É impossível discutir o problema da fome no Tigray como algo isento dos conflitos armados, e esta ligação entre fome e política não pode ser ignorada, tal como aconteceu em crises humanitárias passadas. Outros autores, nomeadamente White (2005) e de Waal (1991), também fazem alusão a este problema, apontando para o facto de

durante a grande fome etíope de meados da década de 80, nem a cobertura mediática internacional (tardia) nem os relatórios das agências de ajuda humanitária contemporâneas prestaram muita atenção à guerra travada entre o regime do Derg contra a EPLF e a TPLF.

Hoje sabemos que esta crise humanitária não foi acidental, mas o resultado de um projeto pernicioso e deliberado do governo. Esta catástrofe demonstra a urgência em resolver o problema da politização da fome e impedir que esta seja novamente utilizada como um instrumento de guerra. Ao continuarem a focar-se unicamente na questão ambiental e a culpar o agravamento das alterações climáticas ou as catástrofes naturais para se explicar a fome, outros fatores, nomeadamente as políticas destrutivas levadas a cabo pelo governo – quer seja em períodos de conflito armado ou não - vão sendo convencionalmente evitados. Pensar em soluções para o problema ambiental antes do problema político estar resolvido torna-se inconsequente, pois nada impede uma nova guerra de rebentar e arrasar os desenvolvimentos registados até lá, o que não é uma hipótese improvável, visto que o acordo de paz só foi assinado pelo facto de uma das partes beligerantes do conflito se encontrar num estado debilitado e enfraquecido.

Conclusão

A segurança alimentar é um pilar central no bem-estar e na segurança global. Embora o direito à alimentação seja considerado como um dado adquirido para alguns, infelizmente, continua a ser um dos direitos mais violados no mundo. A situação alimentar mundial tem se agravado nos últimos anos, e o mundo continua a afastar-se do objetivo da Fome Zero (ODS 2) – acabar com a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição em todas as suas formas até 2030.

A tragédia humana que assola hoje a região do Tigray é o resultado de uma catástrofe orquestrada – principalmente, embora não exclusivamente – pelo homem. Não se trata de uma mera crise; é um projeto planeado que assenta na criação deliberada de uma crise alimentar, executado por quem jurou defender e proteger os desígnios de uma nação. As atrocidades cometidas em massa na região do Tigray são desumanas, mas o uso da fome como instrumento de guerra é um ato ignóbil, para além de ser um crime de guerra segundo o Direito Internacional Humanitário. Ao privar a população dos seus meios de subsistência e destruindo as cadeias alimentares, é difícil acreditar que as ordens de Abiy Ahmed tivessem outro propósito que não o de enfraquecer (e exterminar) a TPLF e todos os seus apoiantes por via da fome, prolongando a pobreza crónica e a dependência de ajuda externa.

A região do Tigray vê-se, assim, novamente mergulhada numa crise humanitária, uma das piores do século, comprovando como a falta de vontade política é uma das principais causas desta crise alimentar, exacerbando drasticamente o número de vítimas associadas à fome. Nenhum ser humano deveria ver os seus meios de subsistência destruídos, muito menos devido a uma estratégia de guerra impiedosa e atroz que ameaça vidas inocentes e compromete gravemente o direito à alimentação.

Porém, constatamos que não é a primeira vez que esta tática é usada, pois as provas e os testemunhos recolhidos durante esta última guerra civil remetem para contornos muito semelhantes aos ocorridos nesta mesma região, no final do século XX. A catástrofe humanitária que assolou o norte da Etiópia durante o governo de Mengistu Haile Mariam, na década de 80, atingiu proporções alarmantes. Um episódio negro que ficará para sempre na história da Humanidade, pois a comunidade internacional não foi capaz de impedir tamanha tragédia. Ainda que o mundo se tenha unido num grande gesto de

solidariedade, apesar de tardio, demonstrámos como essa ajuda pode, de forma não intencional, ser prejudicial às vítimas, havendo o risco de prolongar o conflito por conta da politização da ajuda.

Apesar destes factos, o estudo da insegurança alimentar associada a conflitos armados continua a ser negligenciado e insuficientemente explorado no Tigray (Weldegiargis et al, 2023). O problema da insegurança alimentar na Etiópia tende a ser apresentado como uma questão separada do campo político, e certos académicos, e sobretudo os órgãos de comunicação social, continuam a focar-se essencialmente noutros fatores, nomeadamente de índole socioeconómico e ambiental, para explicar a persistência da fome. Porém, este último conflito na Etiópia veio provar que a politização da fome está na origem da sua causa. É um facto que as grandes crises alimentares no Tigray coincidem com os períodos de guerra civil, seja no reinado de Haile Selassie I, durante a ditadura de Mengistu Haile Mariam, e hoje, no governo de Abiy Ahmed, todos eles com um ponto em comum: a criação da fome como uma arma de guerra.

Tal como evidencia de Waal (1991), as fomes repetidas foram em grande parte criadas pelas políticas governamentais, especialmente as estratégias de contra-insurgência a fim de dominar as fações rebeldes. E é claro que estas táticas prejudicam o desenvolvimento socioeconómico e ambiental da região do Tigray, obliterando anos de investimento por parte dos doadores internacionais e também do governo da EPRDF, nas várias vertentes do desenvolvimento, mas sobretudo no campo alimentar.

Não faz sentido dissociar estas sucessivas crises alimentares. Muito menos procurar justificação para as mesmas aos olhos da crise ambiental ou socioeconómica, pois são apenas explicações parciais da vulnerabilidade da Etiópia face à insegurança alimentar, não podendo ser consideradas suficientes por si só. É necessário abordar o problema da politização da fome e compreender melhor de que forma esta perspetiva contribui para o agudizar da insegurança alimentar, o perpetuar dos conflitos e a obstrução do desenvolvimento socioeconómico, num ataque sério ao direito à alimentação.

Apesar da ligação entre conflito e fome ser ocasionalmente mencionada, nem sempre se verifica nessa análise o facto da fome ter sido criada, de forma consciente e deliberada, como uma tática de guerra. Continuar a olhar para o problema da fome como se estivesse dissociado do campo político e pudesse ser resolvido somente através de fundos

monetários, com vista ao desenvolvimento socioeconómico do país. Se fosse o caso, a fome já teria sido erradicada há muito, mas a realidade é que este problema persiste, e tende a agravar-se com a politização da fome. Sem vontade política e, sobretudo, sem a resolução do conflito entre estes grupos políticos na Etiópia, não será possível garantir ao Tigray o direito básico à alimentação.

Mas não é apenas a Etiópia que utiliza, atualmente, este tipo de tática. Os crimes de fome são evidentes em conflitos recentes e atuais, como é o caso do Mali, Myanmar, Nigéria, Sudão do Sul, Síria, Iémen e agora na Ucrânia (Dannenbaum et al., 2022). Relativamente a este último, para além das forças russas terem invadido e anexado ilegalmente certos territórios ucranianos, há registos de que também estejam a usar a fome como arma de guerra contra ucranianos, nomeadamente na cidade de Mauripol (Schreck, 2022), atrocidades estas que ecoam à tragédia do Holodomor, em 1933, no período da União Soviética.

Desta modo, será interessante, para futuras pesquisas, comparar este fenómeno nos diferentes conflitos armados, e observar como esta tática continua presente nos dias de hoje, assim como a tendência em colocar a ênfase nas questões económicas ao invés de políticas para explicar a fome. O atual panorama social revela a urgência em dar resposta ao problema da insegurança alimentar em conflitos antes desta se propagar a um nível de ameaça de grande escala, assim como a premência em criminalizar este tipo de estratégias. Mas o “objetivo final não é pôr um vilão na cadeia, mas sim tornar a imposição da fome tão moralmente tóxica que se torne impensável” (de Waal, 2019).

Se o Governo Federal da Etiópia, o exército da Eritreia e a milícia de Amhara não forem responsabilizados pelos crimes de guerra no Tigray, nomeadamente os crimes de fome, estaremos a compactuar com a instrumentalização da fome para fins bélicos e com a impunidade destes criminosos de guerra. Este conflito mostrou ao mundo o lado genocida de um falso apologista da paz, indigno de receber um Prémio Nobel da Paz. O plano deliberado de Abiy Ahmed de debilitar e eliminar a TPLF e toda uma etnia através de atos de limpeza étnica, privando-os de um direito fundamental à vida, num ato lento e doloroso, é hediondo e maquiavélico. A segurança alimentar é um direito; não um privilégio.

Referências Bibliográficas

Abbink, J. (2006). Ethnicity and conflict generation in Ethiopia: Some problems and prospects of ethno-regional federalism. *Journal of contemporary African studies*, 24(3), 389-413.

Abbink, J. (2011). Ethnic-based federalism and ethnicity in Ethiopia: reassessing the experiment after 20 years. *Journal of Eastern African Studies*, 5(4), 596-618.

Addis Abab University (2017). “Ethiopianism a symbol of resistance to injustice”, Thabo Mbeki. *AAU Featured News*. Obtido em julho, 5, 2023. Disponível em: <http://aau.edu.et/oerpc/?p=1474>

Addis Abab University (2017). “Ethiopianism a symbol of resistance to injustice, Thabo Mbeki”. *Addis Abab University*. Disponível em: <http://aau.edu.et/oerpc/?p=1474>

Adejumobi, S. A. (2007). *The History of Ethiopia*. Westport, CT: Greenwood.

Admasu, G. E. (2022). Reexamining the Politics of “Developmental State” in Ethiopia: Was/Is Ethiopia a Developmental State in EPRDF Regime? A Study From 1991-2018. *PanAfrican Journal of Governance and Development (PJGD)*, 3(1), 163-185.

Agence France-Presse (2022). Fighting in northern Ethiopia shatters months-long truce. *The Guardian*. Obtido em junho, 17, 2023 Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/aug/24/fighting-in-northern-ethiopia-shatters-months-long-truce-tigray>

Agence France-Presse (2022). Le gouvernement éthiopien accuse les agences humanitaires de livrer du matériel interdit et trop de carburante au Tigré. *Le Soleil*. Obtido em fevereiro, 14, 2023. Disponível em: <https://www.lesoleil.com/2022/06/05/le-gouvernement-ethiopien-accuse-les-agences-humanitaires-de-livrer-du-materiel-interdit-et-trop-de-carburant-au-tigre-baf34e631fa6f34fa055317629fff3b3/>

Agência Lusa (2023). Mudanças climáticas agravaram seca extrema no Corno de África. *Observador*. Obtido em maio, 28, 2023. Disponível em: <https://observador.pt/2023/04/27/mudancas-climaticas-agravaram-seca-extrema-no-corno-de-africa/>

- AghaKouchak, A. (2015). A multivariate approach for persistence-based drought prediction: Application to the 2010–2011 East Africa drought. *Journal of Hydrology*, 526, 127-135. Disponível em : https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0022169414007549?fr=RR-2&ref=pdf_download&rr=7e92ac1d1af43154
- Akande, D., & Gillard, E. C. (2019). Conflict-induced food insecurity and the war crime of starvation of civilians as a method of warfare: The underlying rules of international humanitarian law. *Journal of international criminal justice*, 17(4), 753-779.
- Aljazeera (2022). WHO chief says uncle was “murdered” by Eritrean troops in Tigray. *Aljazeera*. Obtido em maio, 28, 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/12/15/who-chief-says-uncle-was-murdered-by-eritrean-troops-in-tigray>
- Allo, A. (2019). Why Abiy Ahmed’s Prosperity Party could be bad news for Ethiopia. *Aljazeera*, 5. Obtido em abril, 19, 2023. Disponível em: [Why Abiy Ahmed’s Prosperity Party could be bad news for Ethiopia | Abiy Ahmed | Al Jazeera](https://www.aljazeera.com/news/2019/04/19/why-abiy-ahmeds-prosperity-party-could-be-bad-news-for-ethiopia)
- Aly, H. (Host). (2021, November). Rethinking Humanitarianism | The politicisation of aid in Ethiopia. In *The New Humanitarian*. Obtido em maio, 17, 2023. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/podcast/2021/11/10/politicisation-of-aid-in-Ethiopia-rethinking-humanitarianism>
- Amnesty International (2021). Ethiopia: Eritrean troops’ massacre of hundreds of Axum civilians may amount to crime against humanity. *Amnesty International*. Obtido em abril, 19, 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2021/02/ethiopia-eritrean-troops-massacre-of-hundreds-of-axum-civilians-may-amount-to-crime-against-humanity/>
- Andreas, E. (2004). Ethnic federalism: New frontiers in Ethiopian politics. In *First National Conference on Federalism, Conflict and Peace Building* (pp. 142-172). Addis Ababa: Ministry of Federal Affairs and GTZ.
- Araia, T. (2018). Remembering Eritreia-Ethiopia border war : Africa’s unfinished conflict. *BBC News*. Obtido em abril, 19, 2023. Disponível em : <https://www.bbc.com/news/world-africa-44004212>

- Balcha, B. (2001). Food Insecurity in Ethiopia: The impact of socio-political forces.
- Balcha, B. (2007). Restructuring state and society: Ethnic federalism in Ethiopia.
- Barata, C. (2023). Ameaça de fome para sobre o Corno de África, que vive a pior seca em 70 anos. *Público*. Obtido em julho, 20, 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/02/02/azul/foto-legenda/ameaca-fome-paira-corno-africa-vive-pior-seca-70-anos-2037289>
- BBC News (2021). Ethiopia's Tigray crisis: Abiy Ahmed denies reports of hunger. *BBC News*. Obtido em julho, 18, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-57556740>
- Bedasa, Y., & Bedemo, A. (2023). The effect of climate change on food insecurity in the Horn of Africa. *Geojournal*, 88(2), 1829-1839.
- Berhane, A., & Tesfay, T. (2020). Impact of El Niño and La Niña on Agriculture in Ethiopia: Implications for El Niño and La Niña Adaptation and Food Security in Ethiopia. Obtido em abril, 12, 2023. Disponível em : <https://www.preprints.org/manuscript/202009.0074/v1>
- Berhe, A. (2004). The Origins of the Tigray People's Liberation Front. *African Affairs*, 103(413), 569-592.
- Berhe, A. (2009). *A political history of the Tigray People's Liberation Front (1975-1991): Revolt, ideology and mobilisation in Ethiopia*. Los Angeles: Tsehai Publishers & Distributors.
- Bezu, S., & Holden, S. (2007). Impact of Food-For-Work in Tigray, Ethiopia. *Norwegian University of Life Sciences, Department of Economics and Resource Management, Addis Ababa University, Ethiopia*.
- BouSSION, C., CRUDELI, C., PICCINI, A. (2011). « 8. La crise alimentaire 2007-2008: opportunité pour une révision des politiques de sécurité alimentaire », dans : Dominique Kerouedan éd., *Santé internationale. Les enjeux de santé au Sud*. Paris, Presses de Sciences Po, « Hors collection », 2011, p. 141-155. DOI :

10.3917/scpo.kerou.2011.01.141. Disponível em :
<https://proxy.sciencespobordeaux.fr:2061/---page-141.htm>

Britannica, T. Editors of Encyclopaedia (2023). Ethiopia: Ethnic groups and languages. *Encyclopedia Britannica*. Obtido em fevereiro, 12, 2023. Disponível em :
<https://www.britannica.com/place/Ethiopia/Ethnic-groups-and-languages>

Britannica, T. Editors of Encyclopaedia (2023). Haile Selassie I. *Encyclopedia Britannica*. Obtido em fevereiro, 12, 2023. Disponível em :
<https://www.britannica.com/biography/Haile-Selassie-I>

Bühne, H. (2022). The war in Tigray is undermining its environmental recovery. *Conflict and Environment Observatory*. Obtido em maio, 29, 2023. Disponível em:
<https://ceobs.org/the-war-in-tigray-is-undermining-its-environmental-recovery/>

Burke, J. (2020). Rise and fall of Ethiopia's TPLF—from rebels to rulers and back. *The Guardian*. Obtido em março, 7, 2023. Disponível em : [Rise and fall of Ethiopia's TPLF – from rebels to rulers and back | Ethiopia | The Guardian](#)

Castro, J. D. (1946). Geografia da fome: a fome no Brasil. *O cruzeiro*

Castro, J. D. (1961). Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. In *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo* (pp. 252-527).

Clapham, C. (2002). Controlling space in Ethiopia. In W. James (Ed.), *Remapping Ethiopia : socialism & after* (pp. 9-30). James Currey.

Clark, H. (2021). Starving Tigray: How Armed Conflict and Mass Atrocities Have Destroyed an Ethiopian Region's Economy and Food System and Are Threatening Famine. *World Peace Foundation*. Disponível em:
<https://reliefweb.int/report/ethiopia/starving-tigray-how-armed-conflict-and-mass-atrocities-have-destroyed-ethiopian>

Clay, D. C., Molla, D., & Habtewold, D. (1999). Food aid targeting in Ethiopia: A study of who needs it and who gets it. *Food policy*, 24(4), 391-409.

Conley, B., & de Waal, A. (2019). The purposes of starvation: Historical and contemporary uses. *Journal of International Criminal Justice*, 17(4), 699-722.

Creta, S. (2022). Ethiopia's worsening drought sees hunger number soar. *The New Humanitarian*. Disponível em : <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2022/08/17/drought-Ethiopia-hunger-pastoralism-climate-change>

Crisis Group (2012). Ethiopia After Meles. *Crisis Group Africa Briefing N°89*. Obtido em abril, 12, 2023. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/horn-africa/ethiopia/ethiopia-after-meles>

Crummey, D. E., Marcus, H. G., & Mehretu, A. (2019). Ethiopia. *Encyclopædia Britannica*. *Encyclopædia Britannica, inc.* Obtido em abril, 12, 2023. Disponível em : <https://www.britannica.com/place/Ethiopia>

Dannenbaum, T., de Waal, A., Maxwell, D. (2022). Starving civilians is an ancient military tactic, but today it's a war crime in Ukraine, Yemen, Tigray and elsewhere. *The Conversation*. Obtido em julho, 26, 2023. Disponível em: <https://theconversation.com/starving-civilians-is-an-ancient-military-tactic-but-today-its-a-war-crime-in-ukraine-yemen-tigray-and-elsewhere-184297>

Darar, M. (2023). Abiy Ahmed and Ethiopia's Perilous Path to Peace. *The National Interest*. Obtido em abril, 14, 2023. Disponível em : <https://nationalinterest.org/feature/abiy-ahmed-and-ethiopia%E2%80%99s-perilous-path-peace-206291>

De Schutter, O. (2008). *Analysis of the World Food Crisis By The UN Special Rapporteur On the Right to Food*.

De Schutter, O. (2014). UN Special Rapporteur on the right to food. *Report on agroecology and the right to food*.

De Waal, A. (1991). *Evil days: Thirty years of war and famine in Ethiopia* (Vol. 3169, No. 69). Human Rights Watch.

De Waal, A. (1992). Ethiopia: Transition to what?. *World Policy Journal*, 9(4), 719-737.

De Waal, A. (2019). Mass Starvation is a crime – It's time we treated it that way. Boston Review. Obtido em julho, 26, 2023. Disponível em: <https://www.bostonreview.net/articles/alex-de-waal-starvation-crimes/>

De Waal, A. (2021). Steal, Burn, Rape, Kill. Alex de Waal on Ethiopia's new famine. London Review of Books. Obtido em dezembro, 3, 2022. Disponível em: [Alex de Waal · Steal, Burn, Rape, Kill: Famine in Tigray · LRB 17 June 2021](#)

De Waal, A. (2021). The world watches as Abiy loses it – and risks losing Ethiopia, too. Responsible Statecraft. Obtido em junho, 1, 2023. Disponível em : [The world watches as Abiy loses it — and risks losing Ethiopia, too. - Responsible Statecraft](#)

De Waal, A. (2021). Viewpoint: From Ethiopia's Tigray region to Yemen, the dilemma of declaring a famine. *BBC News*. Obtido em fevereiro, 18, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-55879681>

Debela, B. L., Shively, G. E., & Holden, S. T. (2021). Implications of food-for-work programs for consumption and production diversity: Evidence from the Tigray Region of Ethiopia. *Agricultural and Food Economics*, 9, 1-24.

DECLARATION, O. (1948). Universal Declaration of Human Rights. *Proclaimed by the United Nations General Assembly in Paris on, 10*.

Devereux, S., & Sussex, I. (2000). *Food insecurity in Ethiopia* (p. 7). Brighton, UK: Institute for Development Studies. Disponível em : <https://opendata.uni-halle.de/bitstream/1981185920/106819/37/647454408.pdf>

DFID (Department for International Development) (2004). Scoping study towards DFID-SA's Hunger and Vulnerability Programme, prepared by the Southern African Regional Poverty Network, abridged version January 2004. Disponível em : http://www.sarpn.org.za/documents/d0001016/P1133-DFID_Hunger_Vulnerability_Aug2004.pdf

Du Toit A & Ziervogel G (2004). *Vulnerability and food insecurity: background concepts for informing the development of a national FIVIMS for South Africa*. Unpublished paper. Pretoria: Human Sciences Research Council.

Dugo, H., & Eisen, J. (2018). The politics of genocide denial in Ethiopia. *Africology: The Journal of Pan African Studies*, 11(4), 61-89.

Dugo, H., & Eisen, J. D. (2016). Famine, genocide and media control in Ethiopia. *Africology: The Journal of Pan African Studies*, 9(10). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312028368_Famine_Genocide_and_Media_Control_in_Ethiopia_Background_to_Defining_Genocide_by_Attrition

Edwards, S., Egziabher, T. B. G., & Araya, H. (2010). Successes and challenges in ecological agriculture experiences from Tigray, Ethiopia. *Tigray Project*.

EPA (United States Environmental Protection Agency) (2022). Climate Change Indicators: Weather and Climate. *EPA*. Obtido em julho, 18, 2023. Disponível em: <https://www.epa.gov/climate-indicators/weather-climate>

Erokhin, V., & Gao, T. (2020). Impacts of COVID-19 on trade and economic aspects of food security: Evidence from 45 developing countries. *International journal of environmental research and public health*, 17(16), 5775.

Etana, D., & Tolossa, D. (2017). Unemployment and food insecurity in urban Ethiopia. *African Development Review*, 29(1), 56-68.

FAO (2015). Climate change and food security: risks and responses. *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) Report*. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i5188e/I5188E.pdf>

FAO (2022). UN Report: Global Hunger numbers rose to as many as 828 million in 2021. *FAO*. Obtido em julho, 12, 3, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/un-report-global-hunger-SOFI-2022-FAO/en>

FAO, IFAD, UNICEF, WFP & WHO (2023). The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. *Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum*. Rome, FAO. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en?details=cc3017en>

FAO, IFAD, UNICEF, WFP & WHO. (2021). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO.

FEWS NET (2022). Ethiopia Food Security Outlook June 2022 to January 2023. *FEWS NET*. Obtido em julho, 17, 2023. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/ethiopia/ethiopia-food-security-outlook-june-2022-january-2023>

Financial Times (2022). After the war ends, can Ethiopia's economic "miracle" get back on track?. *Financial Times*. Obtido em julho, 17, 2023. Disponível em: <https://www-ft-com.ezp.lib.cam.ac.uk/content/a74b5486-d2fa-4cdd-98d0-20a7eaf4ede2>

Freudenthal, E. (2020). Ethnic profiling of Tigrayans heightens tensions in Ethiopia. *The New Humanitarian*, 16. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2020/12/16/Ethnic-profiling-Tigray-tensions-Ethiopia>

FSIN & Global Network Against Food Crises (2023). *Global Report on Food Crises 2023*. GRFC 2023. Rome. Disponível em: <https://www.fsinplatform.org/sites/default/files/resources/files/GRFC2023-hi-res.pdf>

Gardner, T. (2020). Will Abiy Ahmed's Bet on Ethiopia's Political Future Pay Off?. *Foreign Policy Magazine*. Obtido em junho, 6, 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/01/21/will-abiy-ahmed-eprdf-bet-ethiopia-political-future-pay-off/>

Gebregiorgis, D. (2021). The war in Tigray: the makings of a man-made famine, and what can be done. *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/the-war-in-tigray-the-makings-of-a-man-made-famine-and-what-can-be-done-165406>

Gebrekirostos, A., World Agroforestry (ICRAF), Birhane, E., Mekelle University (2023). The War in Tigray Wiped Out Decades of Environmental Progress. How to Start Again. *Global Citizen*. Obtido em: julho, 23, 2023. Disponível em: <https://www.globalcitizen.org/en/content/tigray-environment-progress-conflict-agriculture/>

Gedamu, Y. (2018). A blessing in disguise for Ethiopia's Abiy Ahmed. Obtido em junho, 6, 2023. *Aljazeera*. Disponível em : <https://www.aljazeera.com/opinions/2018/4/15/a-blessing-in-disguise-for-ethiopias-abiy-ahmed>

Gemechu, M. M. (2022). How Abiy Ahmed betrayed Oromia and endangered Ethiopia. *Foreign Policy*, 25. Obtido em maio, 17, 2023. Disponível em :

Gerth-Niculescu, M. (2022). Funding shortages thwart Ethiopia drought response as crises multiply. *The New Humanitarian*. Obtido em junho, 28, 2023. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/news/2022/03/24/funding-shortages-thwart-ethiopia-drought-response-as-crises-multiply>

Getachew, A. (2019). *Worldmaking after empire: The rise and fall of self-determination*. Princeton University Press.

Getachew, S. (2023). USAID/WFP food aid freeze leads to suffering and deaths in Tigray. *The New Humanitarian*. Obtido em julho, 20, 2023. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/news/2023/06/22/usaidwfp-food-aid-freeze-leads-suffering-and-deaths-tigray>

Ghebrehiwet, Y. (2021). The “peace” that delieverd total war against Tigray. Ethiopia Insight. Obtido em maio, 20, 2023. *Ethiopia Insight*. Disponível em: <https://www.ethiopia-insight.com/2021/01/23/the-peace-that-delivered-total-war-against-tigray/>

Gill, P. (2010). *Famine and foreigners: Ethiopia since live aid*. OUP Oxford.

Government of Tigray (2022). The Government of Tigray's Stance on a Peaceful Resolution of the Current Conflict. *External Affairs Office*.

Governo da Etiópia (2022). *The Midterm Review of the Implementation of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030 - Ethiopian Voluntary National Report*, September 2022. Disponível em : <https://reliefweb.int/report/ethiopia/midterm-review-implementation-sendai-framework-disaster-risk-reduction-2015-2030-ethiopian-voluntary-national-report-september-2022>

- Gráda, C. Ó. (2009). *Famine: a short history*. Princeton University Press.
- Gráda, C. Ó. (2019). The famines of WWII. *VocEU Debate*. Obtido em julho, 19, 2023. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/famines-wwii>
- Greenspan, Jesse (2022). “How Ethiopia Beat Back Colonizers in the Battle of Adwa”. *History*. Obtido em, março, 24, 2023. Disponível em: <https://www.history.com/news/battle-adwa-ethiopia-africa-colonization>
- Gudina, M. (2003). The elite and the quest for peace, democracy, and development in Ethiopia: lessons to be learnt. *Northeast African Studies*, 10(2), 141-164.
- Gudina, M. (2011). Elections and democratization in Ethiopia, 1991–2010. *Journal of Eastern African Studies*, 5(4), 664-680.
- Harbeson, J. W. (1977). Socialism, traditions, and revolutionary politics in contemporary Ethiopia. *Canadian Journal of African Studies/La Revue canadienne des études africaines*, 11(2), 217-234.
- Hart, T. G. (2009). Exploring definitions of food insecurity and vulnerability: time to refocus assessments. *Agrekon*, 48(4), 362-383.
- Harvey, F. (2023). Human-driven climate crisis fuelling Horn of Africa drought-study. *The Guardian*. Obtido em, julho, 24, 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/apr/27/human-driven-climate-crisis-fuelling-horn-of-africa-drought-study>
- Hess, R. L. (1973). Italian imperialism in its Ethiopian context. *The International Journal of African Historical Studies*, 6(1), 94-109.
- HISTORY (2009). Live Aid concert raises \$127 million for famine relief in Africa. *A&E Television Networks*. Obtido em março, 17, 2023. Disponível em: <https://www.history.com/this-day-in-history/live-aid-concert>
- Hochet-Bodin, N. (2022). How the war in Ethiopia brought Tigray region to its knees. *Le monde*. Obtido em março, 17, 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/le-monde-africa/article/2022/06/02/how-the-war-in-ethiopia-brought-tigray-region-to-its-knees_5985502_124.html

Hourelid K, Paravicini G (2021) Exclusive: UN official accuses Eritrean forces of deliberately starving Tigray. Obtido em junho, 3, 2023. *Reuters*, 11 June 2021.

IIEA (2022). The Rome Statute and Hunger as a Weapon of War- The Journey Towards Ending Impunity for Starvation Tactics. Disponível em: <https://www.iiea.com/blog/the-rome-statute-and-hunger-as-a-weapon-of-war-the-journey-towards-ending-impunity-for-starvation-tactics>

International Committee of the Red Cross (1977), Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts (Protocol I), Geneva, 8 June 1977, Article 54(1). Article 54 was adopted by consensus. CDDH, *Official Records*, Vol. VI, CDDH/SR.42, 27 May 1977, p. 208. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ae6b36b4.html>

Inza, B. P. (2022). *El hambre como arma de guerra. El ejemplo de Tigray* (Etiopía, IIEE: Instituto Español de Estudios Estratégicos. Spain).

Jones, A. (2019). The Unknown Famine: Television and the politics of British humanitarianism. *Global humanitarianism and media culture*, 122.

Kakaei, H., Nourmoradi, H., Bakhtiyari, S., Jalilian, M., & Mirzaei, A. (2022). Effect of COVID-19 on food security, hunger, and food crisis. In *COVID-19 and the Sustainable Development Goals* (pp. 3-29). Elsevier.

Kaplan, R. D. (1994). The coming anarchy. *The Atlantic*. Disponível em : <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1994/02/the-coming-anarchy/304670/>

Kapuscinski, R. (1978). *The Emperor : Downfall of an Autocrat*. Disponível em : <https://mrbscigladstone.files.wordpress.com/2017/05/kapusc2b4cinc2b4ski-ryszard-the-emperor-19831.pdf>

Kebbede, G., & Jacob, M. J. (1988). Drought, famine and the political economy of environmental degradation in Ethiopia. *Geography*, 73(1), 65-70.

Kemmerling, B., Schetter, C., & Wirkus, L. (2022). The logics of war and food (in) security. *Global Food Security*, 33, 100634.

Kumar, B. G. (1990). Ethiopian famines 1973-1985: A case study. *The Political Economy of Hunger Volume 2 Famine Prevention*, 173-216.

Lashitew, A. (2019). Ethiopia's newly unified ruling party pivots to a liberal political economy. *Brookings*. Obtido em junho, 3, 2023. Disponível em : <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2019/12/06/ethiopias-newly-unified-ruling-party-pivots-to-a-liberal-political-economy/>

Lauvau, E. (2021). Ethiopia's Humanitarian Crisis: How Nobel Peace Prize Winner Abiy Ahmed Led His Country Into Civil War. *The McGill International Review*. Obtido em junho, 3, 2023. Disponível em: <https://www.mironline.ca/ethiopias-humanitarian-crisis-how-nobel-peace-prize-winner-abiy-ahmed-ali-led-his-country-into-civil-war/>

Levine, D. N. (2014). *Greater Ethiopia: The evolution of a multiethnic society*. University of Chicago Press.

Lewis, K. (2017). Understanding climate as a driver of food insecurity in Ethiopia. *Climatic Change*, 144, 317-328.

Lusa (2018). Coligação no poder na Etiópia elege Abiy Ahmed como seu presidente. Disponível Obtido em junho, 4, 2023. *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/coligacao-no-poder-na-etiofia-elege-abiy-ahmed-como-seu-presidente-9218782.html>

Lyons, T. (2019). *The puzzle of Ethiopian politics*. Lynne Rienner Publishers, Incorporated.

Lyons, T. (2021). The Origins of the EPRDF and the Prospects for the Prosperity Party. *Journal of Asian and African Studies*, 56(5), 1051-1063.

Makaudze, E. (2013). The impact of climate change, desertification, and land degradation on the development prospects of landlocked developing countries. *UN Office of the High Representative of the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States*.

Makonye, Felix (2022). The Federal Democratic Republic of Ethiopia's War with the Tigray Region: History, Causes of War, Humanitarian Crisis and Mitigation Measures to Stem Conflict. *Journal of Nation-building & Policy Studies*, 6 (1), pp.73-86

Malthus, T. R. (1986). An essay on the principle of population (1798). *The Works of Thomas Robert Malthus, London, Pickering & Chatto Publishers, 1*, 1-139.

Marcus, H. (1994). *A History of Ethiopia*. Berkeley : University of California Press.

Mesfin, A. H., Gebremedhin, K. G., Birhan, Y. T., Yohannes, T., Weldeyesus, H., Tefera, T., ... & Fikadu, D. (2022). Weather information and shocks: Policy implications to ensure food security in Tigray Region of Ethiopia. *Journal of Arid Environments*, 205, 104769.

Messer, E. (1990). *Food wars: Hunger as a weapon of war. The Hunger Report: 1990*. In The Alan Shawn Feinstein World Hunger Program. Brown University.

Milkias, P. (2003). Ethiopia, the TPLF, and the Roots of the 2001 Political Tremor. *Northeast African Studies*, 10(2), 13-66.

Mokkadem, S. (2019). Abiy Ahmed's 'Medemer' Reforms: Can it Ensure Sustainable Growth for Ethiopia and What are the Challenges Facing the New Government?. *Policy Center for the New South*. Obtido em junho, 3, 2023. Disponível em : <https://www.policycenter.ma/publications/abiy-ahmed%E2%80%99s-%E2%80%98medemer%E2%80%99-reforms-can-it-ensure-sustainable-growth-ethiopia-and-what-are>

Muluye, K. (2020). The formation of Ethiopia's federation and its implications for the Amharas' quest for recognition and boundary demarcations. *Modern Africa: Politics, History and Society*, 8(1), 35-63.

Naranjo, J. (2023). Ethiopia's forgotten war is the deadliest of the 21st century, with around 600,000 civilian deaths. *El País International*. Obtido em julho, 17, 2023. Disponível em: <https://english.elpais.com/international/2023-01-27/ethiopias-forgotten-war-is-the-deadliest-of-the-21st-century-with-around-600000-civilian-deaths.html>

Niang, I., Ruppel, O. C., Abdrabo, M. A., Essel, A., Lennard, C., Padgham, J., & Urquhart, P. (2014). Africa. In V. R. Barros, C. B. Field, D. J. Dokken, M.

D. Mastrandrea, K. J. Mach, T. E. Bilir, ... L. L. White (Eds.), *Climate change 2014: Impacts, adaptation, and vulnerability. Part B: Regional aspects. Contribution of working group II to the fifth assessment report of the intergovernmental panel on climate change* (pp. 1199–1265). Cambridge: Cambridge University Press.

Nyssen, J. (2021). Catastrophe stalks Tigray, again. *Ethiopia Insight*. Obtido em março, 5, 2023. Disponível em : [Catastrophe stalks Tigray, again - Ethiopia Insight \(ethiopia-insight.com\)](https://ethiopia-insight.com)

OHCHR (2010). The Right to Adequate Food. Fact Sheet No. 34. Obtido em julho, 15, 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/FactSheet34en.pdf>

OHCHR (n.d). About the right to food and human rights. Obtido em julho, 15, 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-food/about-right-food-and-human-rights>

Ottaway, M. (1995). The Ethiopian transition: democratization or new authoritarianism?. *Northeast African Studies*, 2(3), 67-84.

Paddison, C. (2023). Catastrophic drought that's pushed millions into crisis made 100 times more likely by climate change, analyses finds. *CNN World*. Obtido em julho, 20, 2023. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/04/27/africa/drought-horn-of-africa-climate-change-intl/index.html>

Pausewang, S. (1990). *The peasant perspective*. In: Pausewang, S./Cheru, F./Brune, S./Chole, E. (eds.). *Ethiopia: Rural development options*. London and New Jersey: Zed Books Ltd. Pp. 213-226.

Pausewang, S., Tronvoll, K., & Aalen, L. (2002). *Ethiopia since the Derg: a decade of democratic pretension and performance*.

Pérez-Escamilla, R., & Segall-Corrêa, A. M. (2008). Food insecurity measurement and indicators. *Revista de Nutrição*, 21, 15s-26s. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/rn/a/mfgJyKLc9HP7nXLRX5fH3Fh/abstract/?lang=en>

Provost, R. Starvation as a Weapon: Legal Implications of the United Nations Food Blockade Against Iraq and Kuwait' (1992). *Columbia Journal of Transnational Law*, 30, 577.

Ramakrishna, G., & Demeke, A. (2002). An empirical analysis of food insecurity in Ethiopia: the case of North Wello. *Africa Development/Afrique et Développement*, 127-143.

Right to Food (s.d). UN Special Rapporteur on the Right to Food. Obtido em outubro, 12, 2022. Disponível em: <http://www.righttofood.org/work-of-jean-ziegler-at-the-un/un-soecial-rapporteur-on-the-right-to-food/>

Rights, C. (2000). Substantive issues arising in the implementation of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G99/420/12/PDF/G9942012.pdf?OpenElement>

Ross Michael L (2004) What do we know about natural resources and civil war? *Journal of Peace Research* 41(3): 337–356.

Runge, C. F., & Graham, L. (2020). Hunger as a weapon of war: Hitler's Hunger Plan, Native American resettlement and starvation in Yemen. *Food Policy*, 92, 101835.

Saint Ville, A., Po, J.Y., Sen, A. *et al.* (2019). Food security and the Food Insecurity Experience Scale (FIES): ensuring progress by 2030. *Food Sec.* 11, 483–491. Disponível em : <https://doi.org/10.1007/s12571-019-00936-9>

Sandstrom, S., & Juhola, S. (2017). Continue to blame it on the rain? Conceptualization of drought and failure of food systems in the Greater Horn of Africa. *Environmental Hazards*, 16(1), 71-91.

Schlein, L. (2022). Prolonged La Niña likely to worsen drought in Horn of Africa. *VOA News*. Disponível: <https://www.voanews.com/a/prolonged-la-ni%C3%B1a-likely-to-worsen-drought-in-horn-of-africa/6614144.html>

Schreck, A. (2022). The AP Interview: UN food chief says Mauripol is starving. AP NEWS. Obtido em julho, 25, 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/russia->

[ukraine-kyiv-united-nations-david-beasley-europe-c366ee40872be664c8af3945da42ef02](https://www.kyivpost.com/ukraine-kyiv-united-nations-david-beasley-europe-c366ee40872be664c8af3945da42ef02)

Schwab, P. (1970). Rebellion in Gojam Province, Ethiopia. *Canadian Journal of African Studies/La Revue canadienne des études africaines*, 4(2), 249-256.

Seife, T. K. (2021). The impact of climate change on agriculture and food security in the greater horn of Africa. *Politikon*, 48(1), 98-114.

Sénat (2016). Le fédéralisme ethnolinguistique en Éthiopie. Obtido em julho, 17, 2023. Disponível em : https://www.senat.fr/ga/ga132/ga132_mono.html

Sew, M. (2022). Tigray's once-thriving agriculture sector has been purposely destroyed. *Ethiopia Insight*. Obtido em julho, 25, 2023. Disponível em : <https://www.ethiopia-insight.com/2022/05/29/tigrays-once-thriving-agriculture-sector-has-been-purposely-destroyed/>

Spin Staff (2015). Live Aid: The Terrible Truth. *Spin*. Obtido em julho, 21, 2023. Disponível em: <https://www.spin.com/2015/07/live-aid-the-terrible-truth-ethiopia-bob-geldof-feature/>

Srivastava, N. (2006). Anti-colonialism and the Italian Left: Resistances to the Fascist Invasion of Ethiopia. *interventions*, 8(3), 413-429. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13698010600955990>

Tacket, C., Felicia, A. (2023). After years in the dark, Tigray is slowly coming back online. *Access Now*. Obtido em julho, 17, 2023. Disponível em: <https://www.accessnow.org/tigray-shutdown-slowly-coming-back-online/>

Tadesse, M., & Young, J. (2003). TPLF: reform or decline?. *Review of African political economy*, 30(97), 389-403.

The Guardian. (2022). "Trying to survive": million in Tigray face hunger as they wait in vain for aid. *The Guardian*. Obtido em janeiro, 12, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2022/mar/23/trying-to-survive-millions-in-tigray-face-hunger-as-they-wait-in-vain-for-aid>

The World Bank. (2022). Population, total – Ethiopia. Obtido em janeiro, 12, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=ET>

Thomas, E., Jordan, E., Linden, K., Mogesse, B., Hailu, T., Jirma, H., ... & Collins, G. (2020). Reducing drought emergencies in the Horn of Africa. *Science of the Total Environment*, 727, 138772.

Tiba, F. K. (2007). The Mengistu genocide trial in Ethiopia. *Journal of International Criminal Justice*, 5(2), 513-528.

Tronvoll, K. (2021). Ethiopia's Tigray war is fueling Amhara expansionism. *Foreign Policy*, 28. Disponível em : [How Ethiopia's Tigray War Fuels Amhara Expansionism \(foreignpolicy.com\)](https://www.foreignpolicy.com/story/how-ethiopia-s-tigray-war-fuels-amhara-expansionism)

Tronvoll, K. (2022). The anatomy of Ethiopia's civil war. *Current History*, 121(835), 163-169.

UN Geneva (2023). MORNING - Conflict and Violence are the Primary Causes of Hunger and Famine, Special Rapporteur on the right to Food Tells the Human Rights Council. *United Nations Information Service in Geneva*. Obtido em julho, 23, 2023. Disponível em : <https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2023/03/les-conflits-et-la-violence-sont-les-principales-sources-de>

UN News (2022). "This is the worst drought in forty years" : Millions of Ethiopians at risk from failed rains. *UN Ethiopia*. Obtido em janeiro, 23, 2023. Disponível em : <https://news.un.org/en/story/2022/04/1116872>

UNDP (2015). Towards a Human Rights-Based Approach to Food Security : A Self-Assessment Tool to Achieve Balanced Plant Regimes. Disponível em : <https://www.undp.org/publications/towards-human-rights-based-approach-food-security-self-assessment-tool-achieve-balanced-plant-regimes>

UNESCO (s.d). World Heritage List. Obtido em março, 28, 2023. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/&search=&searchSites=&search_by_country=&search_y earinscribed=&themes=&criteria_restriction=&media=&description=&order=region

UNPO (2011). Oromo: OLF Urges International Community to Channel Emergency Assistance to Ethiopia Through Aid Agencies. Obtido em abril, 11, 2023. Disponível em : <https://unpo.org/article/13070>

Van Durme (2015). *Problématique de l'aide alimentaire: comment l'assurer de façon durable au Tigré?*. Louvain School of Management. Disponível em : <https://dial.uclouvain.be/memoire/ucl/object/thesis:2940>

Van Niekerk, P. (2023). Ethiopia's Tigray war and the "big lie" behind the century-defining 600,000 civilian deaths". *Daily Maverick*. Obtido em julho, 14, 2023. Disponível em: <https://www.dailymaverick.co.za/article/2023-02-22-ethiopia-tigray-war-and-the-big-lie-behind-the-century-defining-600000-civilian-deaths/>

Van Uffelen, J. G. (2013). The de-disasterisation of food crises: Structural reproduction or change in policy development and response options? A case study from Ethiopia. In *Disaster, Conflict and Society in Crises* (pp. 58-75). Routledge.

Vaughan, S. (2012). Revolutionary democratic state-building: party, state and people in the EPRDF's Ethiopia. *Journal of Eastern African Studies*, 5:4, 619-640

VOA (2023). UN Agency suspends food aid to Ethiopia's Tigray amid theft. *VOA News*. Obtido em julho, 14, 2023. Disponível em : <https://www.voanews.com/a/un-agency-suspends-food-aid-to-ethiopia-s-tigray-amid-theft/7074646.html>

Walsh, D. (2021). The Nobel Peace Prize That Paved the Way for War. *The New York Times*. Obtido em julho, 14, 2023. Disponível em : <https://www.nytimes.com/2021/12/15/world/africa/ethiopia-abiy-ahmed-nobel-war.html>

Weldearegay, S. K., & Tedla, D. G. (2018). Impact of climate variability on household food availability in Tigray, Ethiopia. *Agriculture & Food Security*, 7, 1-9.

Weldegiargis, A. W., Abebe, H. T., Abraha, H. E., Abrha, M. M., Tesfay, T. B., Belay, R. E., ... & Mulugeta, A. (2023). Armed conflict and household food insecurity: evidence from war-torn Tigray, Ethiopia. *Conflict and Health*, 17(1), 22. Disponível em : <https://link.springer.com/article/10.1186/s13031-023-00520-1>

Weldemichel, T. G. (2022). Inventing hell: how the Ethiopian and Eritrean regimes produced famine in Tigray. *Human Geography*, 15(3), 290-294. Disponível em : https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/19427786211061431?casa_token=CfEIP0o6czEAAAAA%3AKCK8YaNECOTWaktpkzDVirkyPzDezYDnGSA5HXaTtoem5hYeWAKij3qF429vD73OALmkD5IYqiKFB

WFP (2022). *Tigray Emergency Food Security Assessment*. Tigray Crisis Response. Obtido em junho, 29, 2023. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/tigray-emergency-food-security-assessment>

White, P. (2005). War and food Security in Eritrea and Ethiopia, 1998–2000. *Disasters*, 29, S92-S113.

Whiting, A. (2017). Ethiopia’s Tigray Regions bags gold award for greening its drylands. *Thomson Reuters Foundation*. Obtido em julho, 21, 2023. Disponível em : <https://www.reuters.com/article/us-land-farming-idUSKCN1B21CT>

WMO (2022). *El Niño/La Niña Southern Oscillation (ENSO)*. World Meteorological Organisation. Disponível em : <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/el-ni%C3%B1o-la-ni%C3%B1a-update>

Woldesenbet, W. G. (2020). The tragedies of a state dominated political economy: shared vices among the imperial, Derg, and EPRDF regimes of Ethiopia. *Development Studies Research*, 7(1), 72-82.

World Food Summit (1996). Plan of Action. Disponível em : <https://www.fao.org/3/w3548e/w3548e00.htm>

Yibeltal, K. (2019). Ethiopia’s Abiy Ahmed gets a new ruling party. *BBC News*. Obtido em maio, 14, 2023. Disponível em: [Ethiopia's Abiy Ahmed gets a new ruling party - BBC News](https://www.bbc.com/news/ethiopia-50844444)

Yohannes, T. G. (2022). *Analyzing the Media Framing of Armed Conflict-Induced Food crisis in Tigray, Ethiopia*. *Social Justice Perspectives (SJP)*. International Institute of Social Studies.

Young, J. (1996). The Tigray and Eritrean Peoples Liberation Fronts: A history of tensions and pragmatism. *The Journal of Modern African Studies*, 34(1), 105-120.

Ziegler, J. (2011). *Destruction massive. Géopolitique de la faim*. Média Diffusion.